

BOLETIM

DA-SOCIEDADE
LUSO-AFRICANA
DO RIO DE JANEIRO

ANGOLA



C. VERDE



GUINÉ



INDIA



MACAU



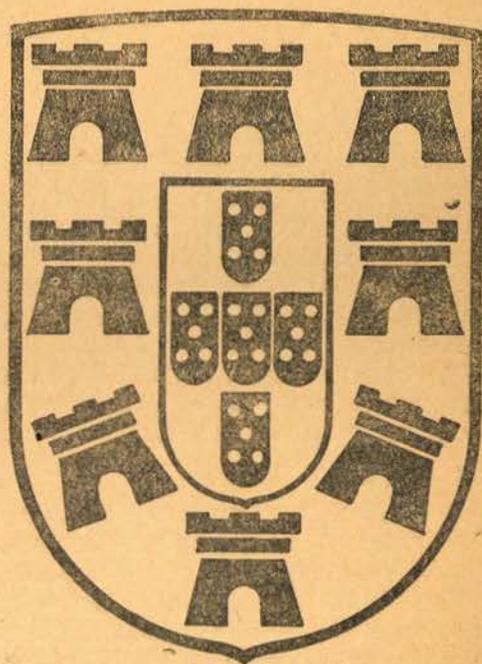
MOÇAMBIQUE



S. TOMÉ



TIMOR



TOMA-SE UMA VEZ
E REPETE-SE TODA A VIDA



PASSAGENS — DOCUMENTOS

CARTAS DE CHAMADA

PREÇOS SEM CONCURRENCIA

Cartas de chamada aprontamos em
oito dias.

PASSAGENS DESDE 575\$000

CONSULTEM SEMPRE A

CASA ALLIANÇA

AVENIDA RIO BRANCO, 27

TEL. 23-2215

SUMARIO

PONTOS NOS I í — Por Franc. Dôres
Gonçalves.

CONFERENCIAS

SEMANA DO ULTRAMAR PORTUGUÊS
ITINERARIO SENTIMENTAL DO ULTRAMAR

— Pela Dra. Fernanda Bastos Casimiro.

NEGROS BANTUS NO BRASIL — Pelo Prof.
Dr. Artur Ramos.

GRANDE SEculo DECISIVO NA FORMAÇÃO
DO BRASIL — Pelo General Moreira Gui-
marães.

A SOC. LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEI-
RO E O SENTIDO DA SUA OBRA — Pelo
Prof. Dr. Evaristo de Moraes.

PALESTRAS

LIDAS E RADIO DIFUNDIDAS DURANTE A
SEMANA DO ULTRAMAR PORTUGUÊS.

TIMOR — Por Paulo Braga (jornalista).

A TERRA DO SOCOPE' E DO OSSOBO' — Pelo
Dr. Américo Chaves de Almeida, advoga-
do, escritor e jornalista.

PALAVRAS SOBRE CABO VERDE, PARA SE-
REM LIDAS NO BRASIL por Osorio de
Oliveira, escritor e jornalista.

COLLABORAÇÃO

OS HOMENS DO BOSQUE E A CIVILIZAÇÃO

PRIMITIVA (Continuação) — Por Maria
Archer.

COLONIZAÇÃO POR SOLDADOS E CONDE-
NADOS EUROPEUS — (Continuação) —
Pelo Coronel Genipro C. de E. e Almeida.

AFRICA DE ONTEM, AFRICA DE HOJE —
Pela Dra. Branca Possolo (Helena de
Portugal).

INTRODUÇÃO A MODERNA POESIA POR-
TUGUESA (Resumo de uma conferencia)
— Pelo Dr. Hernâni Cidade (Prof. da Fa-
culdade de Letras de Lisboa).

INCONFIDENCIA MINEIRA (o Dr. José Al-
vares Maciel) — Pelo Padre Ruela Pomba
(da Rev. Diogo Cão).

O SOLDADO AFRICANO DE MOÇAMBIQUE
— Pelo Tenente Mário Costa, (Escritor e
publicista).

O ESPIRITO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUE-
ZA (Instituto Indígena) — Pelo Prof. Cap.
Gastão de Sousa Dias (Escritor).

POUCO A POUCO (a evolução de Lourenço
Marques) — Pelo Dr. Manuel Peres.

A GUINE' PORTUGUESA — Pelo Conego An-
tônio Miranda de Magalhães (antigo Mis-
sionario Português).

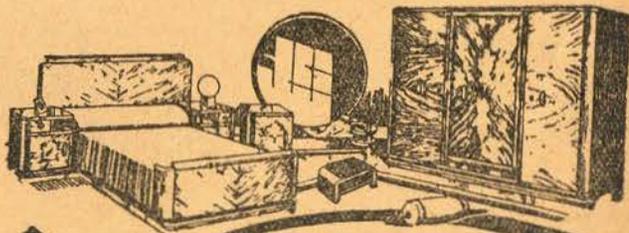
PORTUGAL COLONIZADOR — pelo Tenente
Theophilo Duarte.

REDAÇÃO
NOTICIARIO

VARIAS NOTAS

Mobiliarios Tapeçarias Decorações

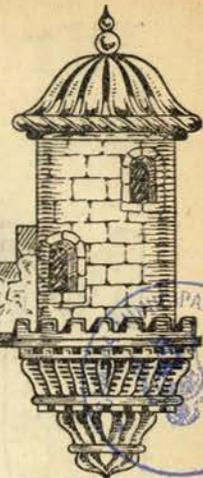
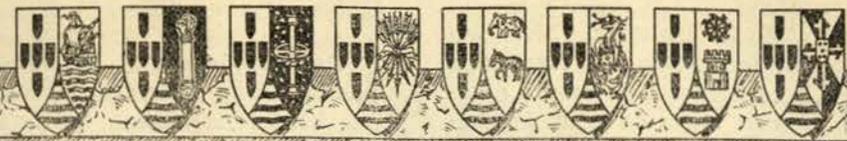
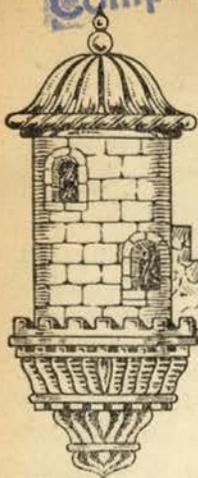
Garantidos e Economicos



ASA
MARCA

UNES
REGISTRADA

65, Rua da Carioca, 67 - RIO



Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro

Praça Tiradentes, 60, 2º andar

RIO DE JANEIRO — BRASIL

"As ideias não se vendem, dão-se — TEÓFILO BRAGA

DISTRIBUÍDO GRATUITAMENTE

Ns. 18—19
Quarta Série

COMISSÃO DIRECTORA
António de Souza Amorim — Carlos Cesar dos Santos
Francisco das Dôres Gonçalves

Julho a Dezembro
1936

PINGOS nos iii



presente número do "Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro" aparece com atraso considerável. Não deve o facto causar estranheza nem poderá surpreender aquelas pessoas de boa vontade que não ignoram o nosso esforço, antes pelo contrário, o conhecem minuciosa e perfeitamente e sabem quanto êle tem sido

arduo e hercúleo, porque acompanham os nossos passos ha seis anos, têm visto os obstáculos vencidos e não desconhecem que, durante êsse já longo lapso de tempo outra coisa não fizemos do que sacar sobre o futuro, na esperança de melhores horas e de tempos mais tranquilos. Nessa expectativa côr de rosa vivemos até á hora amarga em que promovemos a "Semana do Ultramar Português". Êsse empreendimento, em que tanta confiança depositamos, poderia ser a salvação, e a êle nos abalancarmos, como quem assina um cheque em branco, na esperança de obter-se a necessária cobertura com o produto da venda dos livros que editamos.

Puro engano, no entanto! Se o êxito moral ultrapassou os cálculos mais optimistas, a despeito da ausência de fungágas, de retratos, estampilhas e outros processos desacreditados de propaganda, outro tanto não aconteceu no que se refere aos resultados financeiros, que foram um desastre...

Por êste caminhar, estava a repetir-se o caso da bola de neve, e como nos não sorria a pers-

pectiva de morrer esmagado ao peso de compromissos que já iam tomando proporções perigosas, — e outro não seria o nosso destino se não mudássemos de rumo —, tivemos de fazer das fraquezas forças, vencer o entusiasmo que nos embalava, — parar, numa palavra! Era preciso que fizessemos o maior e o mais doloroso dos sacrificios, que estacionássemos, que deixássemos por momentos de subir. Era necessario parar afim de arrumar e até limpar a casa, já que se fez mister reajustar umas tantas peças...

Tudo isso foi trabalho que nos levou tempo. Essa a nossa tarefa durante um ano e êsses os motivos por que só hoje reaparece o nosso "BOLETIM", mais pobre de indumentaria mas cada vez mais rico e opulento de texto, pleno de ensinamentos e como sempre ardente de fé e confiança na vitória, talvez longinqua mas certa, do espirito de Lusitanidade que nos anima, por-isso que, se a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro não logrou ainda dos portugueses em geral aquela cooperação efectiva que lhe é devida, em compensação, já alcançou, de há muito, dos verdadeiros intellectuais da nossa Terra, dos autenticos valores da lusa gente, daqueles que realmente exprimem todo o poder criador da intelligência portuguesa, daqueles que, de facto, honram luminosamente a cultura da Grei, as boas graças e a colaboração de que justamente nos orgulhamos, porque representam a máxima recompensa que poderíamos ambicionar para o nosso devotado esforço.

RIO —

FRANCISCO DAS DÔRES GONÇALVES

Itinerario Sentimental do Ultramar



MINHAS senhoras. Meus senhores. Não vou fazer uma conferência de cunho didático, cheia de erudição. Palestra simples, elevada, somente pela insigne e honrosa presidência e pela distinta presença de VV. Exas. Palestra ligeira, leve, baseada em conhecimentos adquiridos uns na própria origem, outros procurados em documentos e leituras, tratados sábiamente por historiadores, geógrafos e literatos. Muito se tem dito e escrito acerca das províncias ultramarinas, êsses prolongamentos sagrados da nossa Pátria. Colonialistas sabedores têm apresentado com verdadeiro conhecimento suas riquezas, valor e inúmeras possibilidades.

A análise dessa epopéa gloriosa escrita no Universo por portugueses — soldados, missionários e pombeiros está feita. Mas, nunca se cansa um filho de falar nos seus maiores, mórmente quando por seus feitos e actos “se libertaram da lei da morte”. Nunca é demais folhear essas páginas maravilhosas onde há sempre que estudar, novos encantos, ensinamentos, fontes renovadoras de energia, de vigor, de trabalho e amor à terra. O nosso príncipe da literatura, Carlos Malheiro Dias, na belíssima conferência — bela a todos os títulos — com que honrou a **Sociedade Luso Africana** na comemoração de seu terceiro aniversário tem o seguinte período — com muito de observação e muito para observar:

“Nenhum português poderá ter uma noção do lugar que Portugal ocupa no mundo se ignorar a sua expansão territorial nos continentes africano, asiático e oceânico”.

Nestas linhas li e aprendi uma admirável lição! O período me sugeriu o tema a desenvolver perante VV. Exas.. E' natural que o assunto tenha sido tratado brilhantemente já. Eu o farei com a simplicidade que me caracteriza e que é meu lema. Proponho-me somente pintar oito pequenas quadros focalizando essas continuações de Portugal colocados aqui e ali no grande mapa do Mundo. Quadros a traços largos que terão como colorido o exaltado affecto á Pátria e deixarão impressos os caracteres históricos, físicos, morais e sociais.

Reprodução singela do êxtase que liga as nossas almas distantes a todos êsses irmãos que bebem na mesma taça, falam a mesma língua suave e doce embevecem-se, robustecendo o espírito com as orações da mesma bíblia — “Os Lusíadas”. Vamos fazer uma romagem — romagem de saudade.

Não iremos como os peregrinos de terra em terra para chegarmos por fim cobertos de pó e de fadiga. Não será um cruzeiro de férias como o realizado o ano passado somente a uma província — Angola. Nem mesmo um empreendimento aviatório como o que últimamente e com tanto êxito foi levado a térmo. Do nosso cruzeiro participarão todos — ricos e pobres, os que conhecem e os que ignoram, sábios e humildes. O homem que val de progresso em progresso, que insatisfeito procura sempre, ainda mais, apesar de seus prodigiosos inventos de locomoção rápida e confortável não conseguiu suplantar a mais rápida — a viagem do pensamento. E' essa que nos levará em digressão pelo grandioso Portugal Ultramarino. Vamos partir cheios de alegria, acompanhados de bons votos, porque seguimos por bem fazer e melhor conhecer. Dois sentimentos nos acompanham — o desejo de vêrmos aquêles que longe adoram o mesmo Deus, seguem as mesmas tradições e se regem pela mesma lei; os que comungam do mesmo ardor considerando-se em tudo e por tudo portugueses e o grande amor à terra Mãe. Iniciemos a viagem. Tempo magnífico. O sol desce com todo o esplendor iluminando o espaço e as nossas almas. Caleidoscópico magnífico e maravilhoso vamos rodar. 1.º quadro. Macau. Cidade santa, pérola do Oriente por muito tempo o único ponto de refúgio para acalmar a nostalgia dos marinheiros que navegavam no mar da China. Cidade de beleza estranha, cidade crômo onde se conservam bem patentes as qualidades rácicas, principalmente a hospitalidade. E' ali tão notória e proverbial como em qualquer canto do contiente. Orgulham-se de seus ancestrais. Terra única por tudo, tradição, clima, papel na história, pois serviu de intermediária entre o mundo oriental e ocidental. Cabe-nos a primazia de sulcarmos os mares orientais. Nêsse extrêmo Oriente fundamos algumas felforias entre elas a de Ming-pó — “A muito

nobre e sempre lial cidade de Liampó por el-rei Nosso-Senhor". Uma das mais ricas e nobres povoações de toda a Índia. Irrequietos por temperamento e devoção, mostrando desde logo o devotamento e o braço pronto ao auxílio, ajudamos os chineses contra terríveis corsários num memorável combate em que possuindo apenas seis naus, poucas peças e uma centena de homens, apreendemos com a vitória mais de vinte juncos — embarcações — muitas peças e milhares de homens e mulheres. Como recompensa o Imperador de então Cha-Tsung deu-nos essa península do delta do rio de Cantão — Macau. Sua história é acidentada — lances e horas de angústia, dias felizes e lampejos de glória. E' bem um expoente do espírito intrépido que sempre e em toda a parte nos conduziu e animou. Terra de turismo e repouso, com um clima adorável o melhor de todos ao sul da China, é recomendada como refúgio por sua amenidade durante os rigores do inverno que ali mal se faz sentir.

Há em todas as actividades por mais patrióticas um quê de costumes chineses, o que é natural e se compreende, pois resulta do amálgama das duas civilizações e do cruzamento das raças. Porém, em tudo se percebe a marca indelével e perene do lusiada. A principal ocupação é a pesca, praticam no entanto vários indústrias, sendo as mais importantes a dos fogos de artifício ou panchões, fabricação de ópio, de vidro e outros. Comunicam-se com o exterior pelos processos actuais. Instrução desenvolvida. A religião mais professada é o catolicismo. São os macaístas cumpridores do dever, trabalhadores e ordeiros. Apesar do nefasto passatempo — o conhecidíssimo Fantan, que deu a Macau o nome de Monte Carlo do Oriente, sua gente tem merecido os melhores elogios de homens conhecidos pelo seu valor e cultura. Antes de deixarmos Macau e seus bairros modernos, bem europeus, façamos rápida visita a uma pequena e arborizada colina. Ali, um homem que através dos séculos se torna cada vez maior, errou para o mundo uma epopéa gloriosa. E' a célebre gruta onde Camões chorou de saudade e cantou o heroísmo dos portugueses. Deixando a "Cidade do Nome de Deus, não há outra mais lial", guardemos a nota vibrante de seus jardins cheios de flores emoldurando e embelezando o cenário onde se destaca o casario. Moldura dourada circunda esta cidade — quadro de sonho e encantamento.

2.ª tela — Índia. Antes de a esboçarmos, recordemos como preto a figura enérgica, a

vontade férrea dêsse vulto que "passou além da Taprobana", Vasco da Gama.

E outros nomes nos vem à memória, que nessa antiga terra portuguesa deram, além do valor, o sangue e a vida. Afonso de Albuquerque, Lourenço de Almeida, Francisco de Almeida, António da Silveira e D. João de Castro. A custa de bravura e abnegação formou-se o estado da Índia. Dêsse grande império guardamos — Gôa, Damão e Diu. A Índia portuguesa — é uma floresta imensa de árvores das mais variadas e madeiras as mais preciosas. Há uma profusão, quasi maravilhosa, de flores por toda a parte, formando soberbos jardins ou guarnecendo em modestos vasos as casas pobres dando uma nota de frescor e harmonia.

Os indígenas, apesar da célebre divisão em castas, são fatalistas e supersticiosos. Cultuam e seguem a tradição com a maior obediência. Adoram alguns animais com fanatismo exagerado, desprezando outros que consideram impuros, entre eles o cão. Veneram com o maior respeito — qualquer que seja o seu credo religioso — o insigne discípulo de Loyola, o Apostolo das Índias — S. Francisco Xavier; as flores; e o grande Afonso de Albuquerque, visitando seu tumulo ou para alívio de dores e tristezas ou para clamar justiça e vingança.

Entre as muitas culturas destaca-se a do arroz de que há mais de vinte e seis variedades. Sendo o principal alimento merece-lhes grande trato e muita atenção. Celebram sua colheita a 24 de Agosto com uma interessante festa "Adás". As vias de comunicação acompanham o progresso. Instrução bem adiantada. No Liceu Afonso de Albuquerque além das cadeiras que pertencem ao curso, ministram o ensino do sanscrito e de maratá. Os hindús são inteligentes, vivos, hospitaleiros. Do elemento feminino que excede o masculino salientam-se as bailladeiras — motivos de orgulho e admiração nas festas gentilicas. As suas danças — verdadeiros sonhos orientais — são acompanhadas pelos mordangueiros — homens que tocam tamboril.

A religião católica é a mais difundida. As indústrias embóra indígenas estão desenvolvidas. E a grande Índia de maravilhosas florestas, grande por tudo e principalmente por ter facilitado a penetração em todo o Oriente e ter originado talvez o livro sagrado do heroísmo português — Os Lusíadas — afasta-se suavemente...

Agora... é um deslumbramento. Um tufo de verdura elevando nas aguas. Timor é como uma bela mulher que perturba e atrai

pelo mistério e pela beleza. Desconhecida atribuem-lhe defeitos que não possui, ignoram suas qualidades, suas maravilhas, seus encantos. Cenário magnífico para impressionar fortemente qualquer artista. Emoções profundas que podem ser conhecidas e sentidas pela inteligência e intelectualidade: "Timor vale um mundo de sugestões". Não tem uma formação cavalheiresca como Macau, nem guerreira como a Índia. É uma criação missionária. Se a ocupação se fez pacificamente pela água e pelo sal — os indígenas converteram-se facilmente, em 1640 havia na ilha muitas igrejas, — lutas heroicas se travaram com o estrangeiro que, como em Angola soube induzir e levar o nativo à revolta e à guerra. Sacrificaram-se muitas vidas, destruíram-se esforços e atestados de trabalho e só em 1902 se garantiu definitivamente a posse de metade, quando toda a ilha nos pertencia.

Os timorenses têm um culto feito veneração pelas cousas antigas especialmente pelas casas sagradas — lúlics onde se guardam as bandeiras velhinhas da Pátria — são de boa índole e bem dirigidos compreendem a missão do chefe. Aprendem a trabalhar e começam a ter aspirações e quasi sem darem por isso estão integrados em suas funções, antevendo alguma cousa para além de suas primitivas necessidades de homens a quem a terra quasi miraculosamente dá tudo. Cultivam o milho, a fava, ervilha, chá e café. Manufacturam tecidos de algodão e seda, utensílios de bambú, artefatos de palha, e os celebres desfiados — reliquia de ensino de freiras portuguesas. Mergulhando o ciza em tintas do seu conhecimento fazem interessantes adornos — pulseiras — cordões — pentes. As mulheres além dos bordados e rendas fazem os afamados panos timoreses tão conhecidos pela tonalidade forte de suas cores. Vestem-se simplesmente. Uma lipa ou cambati — especie de sala presa na cintura, uma faca e um galo eis definidos um timorense. A vida decorre naquêl paraíso serena trazendo para a emoção os combates de galos com consideráveis apostas, e os estílos feitos semelhantes aos batuques africanos — de ritual estranho e motivos impressionantes.

Bela rede de estradas. As missões religiosas e outras escolas ministram a instrução.

Perde-se ao longe, essa linda ilha onde tudo é cor, claridade e beleza!

Avistamos um outro continente — Africa. A nossos olhos uma extensa costa com 22 baías, um delta importante e um porto de alto valor. Província de Moçambique. Aqui

desfiamos de novo as contas desse rosário bendito e sem fim do heroísmo e sacrificio: Vasco da Gama aportando em Bons Sinais — hoje Quelimane — na sua derrota para a Índia. Alvares Cabral depois. Em 1505 ergue em Sofala, Pedro de Anhaia a primeira fortaleza. Visitam a seguir a costa Cide Barbudo, Pero Quaresma, Diogo de Sequeira e Duarte de Lemos. Duarte de Melo ergue a fortaleza de Moçambique e em 1544 Lourenço Marques estabelece uma feitoria a que dá o seu nome. Depois caminho aberto, dificuldades removidas, novos horizontes, novos mares, novos céos. Aproveita a cobiça, o momento azado. Vêm holandeses, ingleses, mas... pouco tempo se demoram visto que a recepção não é cordial. Moçambique desliga-se do governo da Índia e fica com sua regência própria. Iniciam as suas revoltas os indígenas. Estas lutas duram anos. As mais notáveis foram as dos vátuas a quem José Augusto Sá e Simas derrota completamente. Serenados os ânimos continua a acção colonizadora por excelencia. Em 1894 data que não esquece porque a Campanha de Chaimite é daqueles feitos que sempre lembramos com emoção o grande Mousinho faz ajoelhar reverente e humilde o celebre Gungunhana na presença de sua corte que treme de pavor. E cobrem-se de gloria homens como Jorge de Melo, António de Sousa, Lacerda de Almeida, Serpa Pinto, Azevedo Coutinho, Caldas Xavier, Raul Costa, Aires de Ornelas, Couceiro, António Enes. A' nossa memoria acodem os combates de Coolela e o quadrado de Marracuene. Submetido o gentio admirado de tanta bravura procura de novo o estrangeiro a revolta — tudo são pretextos — tratados, questões de limites, levantamento de cartas geográficas e científicas.

Há necessidade de uma arbitragem. O marechal Mac-Mahon — presidente da Republica Francesa em 1875 a 24 de julho resolve que os direitos de Portugal sobre os territorios conquistados sejam reconhecidos. Soldados, missionarios e pombeiros foram semeando, abrindo oficinas, armazens, escolas, rasgando a terra para o cultivo, abrindo estradas e em pouco o preto confiava no "muzungo" — o português porque ele espalhava a paz, o conforto, a saúde. Os dois portos importantes Beira e Lourenço Marques são escoadouros naturais. A Beira dá saída às duas Rodésias. Surgiu numa lingua de areia cercada de mangals. Pequena povoação tomou este nome quando do nascimento do malogrado príncipe o senhor D. Luís Felipe que recebeu o titulo de Príncipe da Beira. Beira se ficou chamando o porto

que é hoje lindo, alegre, arejado, testa de dois caminhos de penetração o da Rodésia e o Transzambezião.

Agora Lourenço Marques. Ao chegarmos surpreende-nos a cidade centro cosmopolita, com uma vida social em plena actividade. O pequeno estabelecimento que tomou o nome do primeiro comerciante que ali negociou, tem progredido extraordinariamente sendo hoje um perfeito espelho de qualquer terra europeia das mais adeantadas. Ruas amplas, avenidas, movimento constante de electricos, automoveis, omnibus, cafés luxuosissimos, teatros, enfim todos os divertimentos e todas as comodidades. Centro cosmopolita disse ha pouco e não raro encontrámos — o chinês horticultor, o muçulmano, vendedor ambulante, gregos vendendo frutas, indianos comerciantes, além do movimento de turistas do Transwal, do Cabo, da Rodésia, da Europa, da America. Cabem no seu porto 16 transatlanticos. O caes tem mais de 80 Km. de linhas ferreas para serviço de embarque e desembarque. 2 cabrestantes electricos e duas carvoelras efetuando cada uma um carregamento diréto de 600 toneladas de carvão por hora. Comboios de luxo aguardam no caes a chegada dos vapores para receberem os passageiros que imediatamente se vêm desembarçados de todos os encomodos de bagagem — serviço feito com a maior rapidês. Há pouco tempo inauguravam-se automotoras que permitem belas excursões pela provincia. Chegando a Lourenço Marques centro de grande movimento marítimo e estancia de turismo ninguém se julgará na Africa. Na epoca do Natal é visitadissima. A atracção maior é a sua vizinha do mar a praia de Polana — ideal para os doentes — abrigada dos ventos, de aguas sempre tranquilas e tendo uma areia tão firme e polida que sobre ela se póde andar de automovel. Sobranceiro à praia que possui todos os divertimentos e conforto ergue-se o hotel o mais vasto e mais luxuoso da Africa Meridional. E' Lourenço Marques escoadouro natural do Transwal, da Suazilandia.

Os moçambicanos que descendem da raça bantú filiam-se em 4 grupos ou famílias — Macúas, Tongas, Zulus e Mocuangas.

Esses grupos dividem-se, subdividem-se em tribus cada uma com costumes diferentes. O que mais facilmente se adapta é o monhé — cruzamento de negro e arabe. Falam e escrevem bem. Os macúas adoram a lua. As principais culturas arroz, amendoim, mandioca, feijão, milho e a mapira. No sul cultivam a cana sacarina não só para o fabrico

de açúcar como para o preparo de uma bebida — sopé.

Apesar da diversidade de tribus, com costumes diferentes nos adornos, penteado, vestes, alimentos têm duas tendências comuns — a dança e o canto coral. Possuem aptidões reais para a musica.

Falar dos seus batuques de guerra e de seus canticos guerreiros, do seu instrumento preferido o tambor, dos senhores de Magaisa — os que saem do territorio e se julgam superiores seria assunto curioso sim, mas que nos deteria na nossa viagem. Não cabe a estes indigenas a expressão "trabalhar como um negro" — a maior parte do serviço é feito pelas mulheres. Eles... visitam-se, pescam, caçam. O sub-solo é riquissimo — ouro, chumbo, carvão, petroleo, ferro, mica e grafite. Possuclimas muito variados. Boas vias de comunicação, otimas estradas de rodagem. Instrução primaria e secundaria bastante desenvolvida auxiliados pelas missões religiosas — auxiliares valiosos em todo o Imperio Ultramarino.

Prossigamos a viagem. Surge o 5º quadrõ. Maravilhoso, belo, imponente. Angola! A mais extensa e a mais portuguesa de todas as provincias. Se fossemos buscar á Europa algumas nações para collocarmos aqui, caberiam à vontade. — Portugal, Espanha, França, Holanda, Belgica e a Suissa. A história de Angola está bem divulgada e já por duas vezes me foi dada a honra, sob os auspicios desta Sociedade, de tratar com o maior enterneclimento e orgulho da provincia de Angola.

Se o Egipto é um presente do Nilo, Angola é uma dadiua do Oceano. Belo todo o litoral. Luanda a capital é uma burguesinha que se alinha dia a dia na ansia de foros de nobreza. Os planaltos dão-nos cenarios deslumbrantes, panoramas sem palavras para os descrever. Regiões maravilhosas cercadas de imensas florestas, onde vivem os mais raros e belos exemplares da fauna africana. Nova Lisbõa, rainha do planalto do Huambo tem um clima dos melhores a mais de 1.600 metros de altitude. Futura capital concentra grande actividade no comércio, na industria, na viação. Fazendas modelos por toda a parte.

País maravilhoso para o turismo, pela diversidade de cenarios, pelo clima, pelas atrações, pela facilidade de transporte. Grande riqueza no sub-solo. Fauna e flóra variadissima. Os indigenas pertencendo ao tipo bantú estão no entanto divididos pelos usos, costumes e caracteres fisicos.

Qualquer que seja a sua origem têm comum o espírito da justiça e da gratidão. Supersticiosos em extremo, são uns para os outros cheios de amabilidade, repartindo as dadas, obsequiando-se mutuamente, com um instinto proprio, pois que a alguns ainda não tocou a civilização.

Têm gosto pela musica que cultivam nos seus instrumentos grosselros, mas harmoniosos. Ouvir numa missão um côro religioso emociona e perturba, tal a religiosidade, a perfeição, a imponencia e respeito. Seus canticos funebres são de tão profundo sentimento que contagiam quem os escuta. Desde que se agrupam entoam cantos variadíssimos desde o funebre à loucura ardente do seu Carnaval. Seus ranchos e sambas organizados só de elementos indigenas são originaes e interessantes à vista e ao ouvido.

Ao deixarmos Angola todo o seu passado glorioso resurge cheio de sacrificios, heroismos, abnegação, tendo escrito por toda a parte -- Portugal! Portugal!

Festa magnifica se oferece agora a nossos olhos. Tudo ri, os muros brancos; os telhados vermelhos, o céu azul, o mar verde, as montanhas cobertas de vegetação tão colorida que lembram tapetes. Terra generosa e fertil.

S. Tomé. Deve-se este florão saindo das aguas a João de Santarém e Pedro de Escobar. De infancia acidentada — ilha dos tristes destinos — sofreu todas as torturas, todos os vexames, o proprio abandono. Mas, um grupo de homens, Sousa e Silva, Francisco Mantero, Costa e Silva, Ferreira do Amaral e o Marquês de Valflor e outros verificaram ao pisar a terra que ela era preciosa. Pela cultura transformaram em parte as condições climatericas tornando a cidade suportavel ao europeu. No interior o clima é muito bom. O solo dá tudo com uma fecundidade que admira. A cultura mais importante é o cacau e o café. Aqui e all manchas claras, escuras. Pequenas cidades onde não falta nada — escolas, igrejas, hospitais, comboios, luz electrica, todo o conforto e higiene. São as conhecidas roças. Algumas têm portos privativos. Os indigenas são doces e morigerados, peritos na arte de carpinteiro e cesteiro. São excelentes musicos tendo bandas de destaque. Espalhados pelas florestas de arvores enormes e preciosas como o Pau Sangue (assim chamado porque deixa sair um liquido vermelho), encontram-se "alminhas", muito semelhantes às que pelos caminhos das Beiras, do Minho e de Trás-os-Montes chamam a atenção do viandante pedindo esmola ou oração.

S. Tomé é bem um padrão para avaliar a actividade e a competencia colonizadora dos portugueses.

Deste canteiro florido que parece boiar na ondulação das aguas seguimos rumo a Guiné. O que encontramos? Basto arvoredo, dum verde escuro refletindo na agua. Taboleiros de verdura colocados artisticamente no mar. Tem parte continental e maritima. Como as outras provincias teve alternativas de dias bons e maus. Foi desde cedo cubiçada por todos que se faziam ao mar para a captura de negros. Só em 1915 conseguiu tranquillidade relativa depois da formação de companhias estrangeiras, arbitragem, revolta do gentio. São tantas, tantas as raças e sub-raças desta região que o etnógrafo encontra campo vasto e cheio de interesse para saciar sua sêde de investigação e estudo. Destacamos os bijagós, por sua bondade ingenua e simples, deixando antever uma civilização remota que desapareceu sem se saber como, nem a causa. Numa das ilhas destes indigenas existe atualmente um reino excêntrico onde o regime da familia assenta na base do matriarcado. A mulher é quem tem a responsabilidade do lar e rege os destinos de sua tribu. E os homens? Passam os dias no mar, ou no mato, dedicando-se à pesca e à caça.

Na Guiné encontramos bem espalhada a tatuagem feita em desenhos bizarros a que não falta um pouco de arte. Fabricam louças de barro, sandalias, esteiras, punhais e os conhecidos e vistosos panos — panos da Costa. O clima é razoável com todas as possibilidades de adaptação. As comunicações fazem-se quasi todas por via fluvial. Seus pôrtos são muito frequentados. A provincia vai aumentando progressivamente, visto que qualquer iniciativa encontra campo propicio à sua realização e propaganda. Os mercados são verdadeiros taboleiros de xadrez, quer pelas raças, costumes, quer pela diversidade de mercadorias à venda.

Seguimos levando no olhar esta policroma gravura! A' medida que nos aproximamos das descobertas de João da Nola e Diogo Gomes sentimos um aperto de alma. Que aridez! Mas... um pouco mais... O cenario é outro — verdejante pelucia encanta a vista. O clima varia de ilha para ilha; umas de caracter tropical, outras temperado e ameno. Os seus dois pôrtos principais Praia e S. Vicente têm um amplo e prospero futuro. Praia é base de aviação, tem lindas avenidas, jardins, elegantes edificios. S. Vicente devido à sua situação, abastece os na-

vios de carvão e óleo e serve de cruzamento a muitos cabos submarinos.

Os caboverdeanos são laboriosos, inteligentes, estudiosos, pois a percentagem de analfabetos é diminuta. Sua colaboração à metropole tem sido excelente. Falam bem a língua, mas possuem um dialecto — Creoulo — formado de termos franceses, ingleses, espanhoes de mistura com palavras que remontam ao seculo XV e XVI. Estè dialecto tem um sabor tipico especial e interessante. Viajantes por indole dizem sempre com orgulho: — Somos portugueses de Cabo Verde. Fatalistas tudo confiam à sorte. Seu folclore é riquissimo. Cultivam a poesia simples, mas sentida. A par do sentimentalismo de que impregnam suas canções e danças trabalham muito. Pescam, extraem sal, fabricam aguardente, fazem rendas, e promovem a industrialização de café, feijão, milho, algodão e mandioca.

O caboverdeano é um continuador das glorias dos antepassados. Um dos seus grandes poetas Eugenio Tavares deixa ver nas

suas poesias, a alma, a melguice, o heroísmo, a emotividade, o lirismo da raça. Esta raça que escreveu paginas maravilhosas, de historia sendo umas das mais belas é para meditar as que se referem — á nosso história colonial. A terra precisa ser vista, auscultada para se adorar e na hora propria ser defendida, pois são pedaços da Patria, onde ondula o mesmo pavilhão, onde se fala a mesma lingua, onde se obedece às mesmas leis.

O passado é uma estrada cheia de luz. O futuro deve corresponder-lhe numa apoteóse quando todos compreenderem e conhecerem o nosso Imperio. Gratos de terem sido revelados seus encantos, na historia, seu trabalho nobilitante e proficuo, purificados e iluminados duma chama ardente e divina dirão com orgulho, triunfo e admiração:

— Pátria querida, Pátria dos nossos maiores, Pátria nossa.

— Bendita sejas!

Rio 20 de Junho de 1936.

Fernanda de Bastos Casimiro



VINHOS PORTUGUESES — *Maduro* — *Verde*

ESTORIL PROVEM **LAVRADIO**

DISTRIBUIDORES:

TEIXEIRA BARBOSA & CIA. LTDA.

Rua do Lavradio, 155 — Rio.

os vinhos genuinamente portugueses
que dominam o mercado pela sua
pureza e superior qualidade.

VINHO DE MESA "ALCOBAÇA"
VINHO VERDE "RIO LIMA"
AZEITE "ALCOBAÇA"

SÃO PRODUTOS DE LEI

Unicos importadores:

PEREIRA LIMA & C.^a

RUA 1.^o DE MARÇO, 22

RIO DE JANEIRO

AGENCIA PORTUGAL

FERREIRA & PINTO LTDA.

CARTAS DE CHAMADA — PASSAGENS
E PASSAPORTES

A MAIS VASTA REDE DE AGENTES

EM TODO MUNDO

8, RUA DA CONSTITUIÇÃO, 8

Telephone 22-6963 — Teleg.: ACETUBAL

RIO DE JANEIRO

LIVRARIA MOURA

MOURA FONTES & FLORES

Rua do Ouvidor, 145

Rio de Janeiro — Brasil

TELEFONES: 22-922 e 22-9308

Endereço Telegráfico: AGLIBOSIRI

ACEITA PEDIDOS DE
LIVROS DE CIÊNCIAS
E LITERATURA FRAN-
CESES, INGLESES,
ALEMÃES,
AMERICANOS,
ITALIANOS,
— ETC. —

* * *

FORNECEDOR DAS
PRINCIPAIS LIVRA-
RIAS DO BRASIL

DEPOSITARIO
DAS EDIÇÕES:

A. M. TEIXEIRA & CIA.
EDIÇÕES EUROPA
EMP. NACIONAL

PUBLICIDADE

SOC. NACIONAL

DE TIPOGRAFIA

TAVARES MARTINS L.tda

* * *

ALBUNS COM RISCOS
— PARA BORDADOS —

DISTRIBUIDOR NO
BRASIL DA
GRANDE ENCICLOPE-
DIA PORTU-
GUESA-BRASILEIRA

* * *

VENDAS POR ATACADO
E ASSIGNATURAS DE
FIGURINOS E REVISTAS
DE TODAS AS ORIGENS

A. B. MOITINHO

RADIOS:

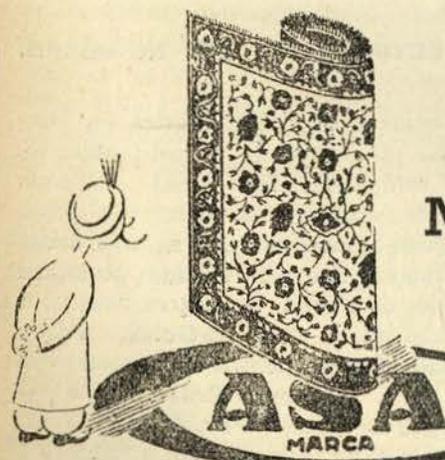
Philco
Philips
e outras marcas

REFRIGERADORES :

Norge
Sparton
e outras marcas

EM PEQUENAS PRESTAÇÕES FACILITA-SE O PAGAMENTO

Av. Mem de Sá 238-B Tel. 22-4311



Tapetes ORIENTAIS

E DE TODAS AS QUALIDADES E TAMANHOS

Mobiliarios e Tapeçarias

INCOMPARÁVEIS EM BELEZA E PREÇO.

ASA
MARCA

UNES
REGISTRADA

A CASA DIGNA
DA SUA PREFERENCIA

65, Rua da Carioca, 67

NEGROS BÂNTUS NO BRASIL

CONFERENCIA REALISADA PELO DR. ARTHUR RAMOS, NA SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, DURANTE A SEMANA DO ULTRAMAR PORTUGUÊS



O conferencista salienta a importância do estudo das populações negro-africanas para um mais perfeito conhecimento dos elementos étnicos do Brasil. Congratula-se com a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro por haver incluído no seu vasto programa de actividades, um capítulo, e dos de maior significação para os brasileiros, de estudos culturais sobre o negro das colónias portuguesas.

A missão colonizadora de Portugal em Africa foi tão importante, tão decisiva, que o estudo histórico, etnográfico e comparado, das suas colónias, antigas e actuais, virá esclarecer quasi todos os problemas ligados à influencia africana no Brasil.

II — O MÉTODO CULTURAL E O MÉTODO HISTÓRICO

Refere-se o Dr. Arthur Ramos às deficiências do método histórico com relação a esta influencia do negro escravo, deficiências cujas causas já tem apontado em mais de um trabalho: — destruição dos documentos do tráfico queima dos arquivos alfandegários e dos "assentos" dos "senhores", o trabalho posterior da "aculturação" do negro, etc. Só o método cultural, corrigindo o histórico, poderá lançar algumas luzes em assuntos tão controversos. Faz o autor uma síntese desses métodos, demorando-se na classificação do professor norte-americano Melville J. Herskovits.

Divide o prof. Herskovits o continente africano em nove áreas culturais e duas sub-áreas, assim discriminadas:

1 — **Área hotentote** — povos gregários, agricultores; crenças na lua e em espiritos.

2 — **Área boximane** — pobreza de cultura material e riqueza de cultura espiritual; folclore desenvolvido; pinturas rupestres.

3 — **Área oriental do gado** — "complexo do gado"; povos pastores e agricultores; dialectos bântus e rilóticos; *nature-gods*.

3-A — **Sub-área ocidental** — algumas tribus bântus como os **Ovaherero, Ovambo e Ovimbundu**.

4 — **Área do Congo** — povos de lingua bântu; agricultores; cerâmica e trabalhos em ferro; esculturas de madeira; "arte africana"; organização politica complexa; culto dos antepassados e práticas mágicas.

4 A — **Sub-área ocidental do Golfo da Guiné** — povos de lingua sudanesa; grande densidade de população; técnica desenvolvida; história de reinados célebres; organização politica e religiosa já bem complexa.

5 — **Ponta oriental** — cultura "marginal"; influencia muçulmana.

6 — **Área do Sudão Oriental** — povos nómades; influencia muçulmana.

7 — **Área do Sudão Ocidental** — história agitada; lutas célebres entre o Islam e as culturas aborígenes; impérios famosos; área típica da chamada "civilização sudanesa".

8 e 9 — **Áreas do Deserto e Egípcia** — culturas "marginaes", europeia e maometana...

III — AS CULTURAS NEGRAS NO BRASIL

As deficiências do método histórico são corrigidas, como já acentuou o conferencista, pelo estudo comparado das áreas culturais africanas e das instituições sociais do negro no Brasil. Pode-se afirmar que as três áreas culturais africanas que sobreviveram no Brasil foram: a área do Congo, de negros bântus, a sub-área ocidental, do Golfo da Guiné e a área do Sudão ocidental, de negros sudaneses.

Em seus livros "O Negro Brasileiro" e "O Folk-lore Negro do Brasil", o Dr. Arthur Ramos teve ocasião de estudar a religião, o folclore e outras instituições sociais do negro brasileiro, mostrando a contribuição respectiva daquelas áreas referidas.

Em tôdas as áreas culturais do Continente Negro, encontra-se a influência da colonização lusa. Da cultura do Sudão ocidental, que forneceu ao Brasil o grande contingente malê, de negros islamizados e de antigas influências bérbere-etíopes, Portugal conserva a Guiné Portuguesa. Na Guiné Portuguesa, Portugal guardou o traço predominante da sua aproximação cultural com os povos çuinéano-sudaneses.

Aquela "babel negra" como a chama Landerst Simões, é de facto, uma verdadeira *officina gentium*, onde se encontram representantes de quasi todos os povos do Sudão islamizado, com a sua cultura "marginal" característica, expressão de lutas seculares entre a civilização maometana e as culturas originais: **félupes, baiotes, manjacas, brames, papéis, biafadas, mandingas, futa-fulas, fulas, balantas, nalús, bijagós...**

Na sub-área ocidental do Golfo da Guiné, estão antigas colónias portuguesas, hoje pertencentes à Inglaterra. São os povos **iorubas** e seus vizinhos que tanta importância viriam a ter no Brasil. Foi o extraordinário mérito de Nina Rodrigues e seus discípulos haver demonstrado a influência ioruba entre a população negra da Bafa.

IV — OS POVOS BÂNTUS

A área bântu propriamente dita, a dos povos negros da bacia do Congo, foi a que conservou, quasi intactos, o esforço e o espírito colonizador português. A sua influência no Brasil foi extraordinária.

Explica o orador que a palavra bântu é o plural de **muntu**, pessoa, e tornou-se uma expressão geral para designar os negros da vasta área sub-africana que, à excepção dos **boximanes** e dos **hotentotes**, falam a língua bântu. Esta é um vasto conglomerado linguístico, com mais de 260 dialectos, como o provaram os estudos fundamentais de Lepsius.

Spix e Martius, no seu tempo, já haviam reconhecido, na sua indagação da procedência dos negros escravos do Brasil, as suas origens angola-conguenses e moçambiques. Assinalaram os contingentes de **Angolas, Congos** ou **Cabindas, Benguelas** e **Moçambiques**.

A Angola portuguesa actual tem representantes não só de antigos elementos **congolezes** (**quissamas, libôlos e gingas**), como também de **hotentotes** (**mucuiços e mugangalas**) e **cafres** (**mucurocas, mundombes, muhumbes,**

munanos, bailundos, ganguelas...). Quanto a Moçambique, encontram-se: **ba-rongas (landins, ba-tongas, ba-shopes, ba-sengas, ba-angonis, macuas e ajauas**.

Esses povos bântus influenciaram de modo decisivo a religião, o folclore e outras instituições sociais no Brasil. O culto dos espíritos (**orodére** em Benguela), o culto dos antepassados e dos grandes deuses primitivos (**Zambi, Zambiapungu...**), as práticas mágicas, etc., estão sobreviventes nas macumbas brasileiras, como demonstram os trabalhos do Dr. Arthur Ramos. Também as festas populares — **congos, reisados, maracatús, sobrevivências** carnavalescas, os contos populares... reflectem a influência daquêles povos negros. Foi êsse estudo comparativo das culturas que o Autor realizou nos seus dois primeiros volumes dedicados ao problema do Negro no Brasil: "O Negro Brasileiro" (1934) e "O Folk-lore Negro do Brasil" (1935).

V — CONCLUSÃO

Conclue o Conferencista por uma saudação à Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, que vai reproduzida na íntegra:

"Da longa epopéa colonizadora portuguesa, estão marcados no Continente Negro, os traços decisivos da civilização lusa. Podemos afirmar que tôdas as áreas culturais africanas guardam a impressão dominante do colonizador português. Estudos sucessivos têm confirmado o facto.

"Desta epopéa grandiosa, guarda Portugal hoje apenas 2.100.000 quilómetros quadrados em terras de África. E digo **apenas**, em relação às possessões inglêsas ou francêsas.

"Agora que o mundo inteiro se acha atento às tropelias da política de colonização, assistindo à retalhação do Continente Negro pelas potências brancas, ao trucidamento e às guerras de conquista (ainda existentes no século XX)... não pode deixar de fazer um paralelo com os métodos portugueses de colonização. A insuspeição de técnicos em etnografia e em política já demonstrou a incontestante supremacia do método colonizador português.

"Por um direito histórico, muitas vezes secular, Portugal deve ser considerado a maior nação colonizadora do mundo. Todos os meridianos sentiram o traço da sua passagem. E a sua acção principal consistiu em despertar povos atrasados em cultura para o dia claro da civilização. Portugal dominou êstes povos

para torná-los conscientes dos seus destinos. E, neste sentido, o colonizador luso não se manteve distanciado dos seus colonos, estabelecendo linhas de côr odiosas e intolerantes. Ele se misturou a êsses povos, na cultura e no sangue. Identificou-se a eles, integrando-os ao mesmo nível de vida.

"E' por isso que, nos dias actuais, em que as potências europeas trocam memoranda agressivos, em disputas coloniais, o nosso olhar afectivo se volta para Portugal. Portugal espera que o mundo o proclame a grande nação colonizadora que alargou o ecúmeno. Espera que façam justiça à maior tarefa a que a humanidade já assistiu: a de revelar os povos da terra a si-mesmos, integrando-os à esteira da civilização.

"Falo com inteira insuspeição, avesso que sou, por principio, a tôdas as fórmulas de dominação imperialista e de guerras de conquista.

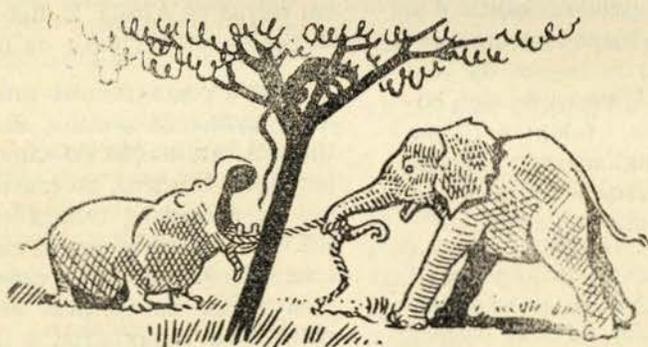
"Evidentemente, a Portugal ainda devemos essa grande lição histórica — que foi a de entregar os povos que descobriu e civilizou, aos seus próprios destinos, quando êstes povos se tornaram aptos a se governarem por si-mesmos. Foi um soberano português quem proclamou a independência do Brasil.

"Não se conhece no mundo outra obra se-

melhante: uma civilização tropical construída pelo colonizador luso — o que destróe as veleidades retrospectivas, que muitos alimentam, de termos sido colonizados por um povo nórdico — o inglês ou o holandês. Como se o exemplo das Guianas não nos bastasse!

"A obra da colonização portuguesa em terras da América já tem sido tratada pelos competentes. Ainda mais: a missão do negro está sendo reconhecida e reivindicada pelos estudiosos contemporâneos. A solução luso-brasileira para o chamado "problema" do negro, foi a mais justa, a mais liberal, a mais científica. O negro não foi separado do branco. Não houve *color line*. Ele se integrou à nossa vida social e familiar. E o seu valor económico e cultural está sendo agora reconhecido.

"Congratulo-me com a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro por incluir, no seu vasto progrâma de trabalho, um assunto que tão vivos debates tem provocado entre os estudiosos da actualidade. Além dos estudos que ela vem realizando sôbre a obra portuguesa de ultramar, tem uma tarefa colateral que interessa muito de perto aos brasileiros: a do estudo dos povos negros das colónias portuguesas de África. E isso nos interessa porque ali está tôda uma grande parte do nosso passado".



GRANDE SECULO DECISIVO NA FORMAÇÃO DO BRASIL

CONFERENCIA REALISADA PELO GENERAL MOREIRA GUIMARAES NA SOC. LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, DURANTE A SEMANA DO ULTRAMAR PORTUGUÊS



QUANDO se olha o panorâma de tôdas as populações do planeta, — populações que não cessam de caminhar desde as primeiras teocracias até à hora em que nos encontramos, hora cheia de angústia em cada recanto da terra — logo se tem a impressão de que os indivíduos, por mais alto que se coloquem, são — nada mais, nada menos — como gotas de

água no aceano da vida. Apreciai as correntes marítimas. Observai as circunstâncias que as explicam. Tomai, na devida consideração, ali a serenidade, acolá o tumultuar da matéria líquida. E — reparai bem — não há quem possa fixar, debaixo daquela serenidade, ou sob aquêlê tumultuar oceânico, as inúmeras gotas de água rolando incessantemente. O certo é que trazem, tôdas essas gotas, o impulso do choque e contrachoque do mar de que fazem parte, ou onde se agitam.

Não acontece coisa muito diferente, com os indivíduos no oceano da vida, ou na colectividade humana. Esta é o que perdura. Parece que o todo é aí o que se não acaba... E nêlê vão os indivíduos, queiram ou não queiram, impelidos nêsse, não naquêlê quadrante.

Como somos insignificantes, nós, os indivíduos, ou as criaturas humanas!

E contudo, sem essas criaturas, que será aquêlê todo, aquêlê colectividade, aquêlê oceano da vida?...

Por exemplo: que seria o mundo da filosofia, sem Aristóteles, sem Bacon, sem Descartes, sem Augusto Comte?

Na verdade se faz inconfundível o filósofo de Montpellier. E até lembra mais que um homem; o genial pensador se me afigura, simultaneamente, um novo Aristóteles, um novo São Paulo. Sistematiza o saber positivo e, do mesmo passo, lança os alicerces da religião do futuro.

Pois bem. O século XVII, em que fulgura Galileu, assim fundando a física como tornando victoriosa, contra a de Ptolomeu, a concepção de Copérnico; o grande século decisivo na formação do Brasil, posso eu resumir-lo, no

mundo do pensamento, por dois nomes: Bacon e Descartes. O primeiro, com o *Novum Organum*. O segundo, com o *Discours de la Methode*.

Era nova direcção que vinha de conquistar, no estudo cosmológico, tôda a filosofia. E êssa direcção nova defluira das claridades não somente de Francis Bacon, senão também de René Descartes.

No entanto, ainda se estava longe do verdadeiro rumo para o estudo sociológico.

Penetrára na cosmologia o espirito científico. Começara de penetrar, eis o que devo dizer mais acertadamente. Porque, para as reflexões em tôrno do fenómeno vital ou da vida, seja esta colectiva, seja individual, tudo era prematuro, não existindo a sociologia, tanto não podia existir independente da biologia. A vida, como conceito, não tinha nenhuma consistência, sendo vaga, obscura, incompreensível. Isso, por um lado. Por outro lado, em não havendo sociologia, ou o estudo científico dos fenómenos sociais, o que também deixava de ser, ou inexistia, era a psicologia, ou — lembremos o nome sagrado — a moral, ou o estudo científico do homem, ou da criação humana.

De onde, aqui, ali, no terreno das questões que entendem com a sociedade, o so empirismo, pôsto que explicável ou natural, pêlos tempos anteriores ao século XIX.

*

* * *

Ora, pelos séculos XVI e XVII, o que de vez em vez impressionava, consistia nos pratas, não raro por sôbre os mares, ostensivamente abrigados debaixo do pavilhão de uma pátria. Era com efeito a pirataria legal, com prerogativas naquêles tempos, reconhecida ou assegurada pelo direito da fôrça. Os piratas da Holanda, muito antes da tragédia que se desenrola pelo norte da terra de Santa Cruz, estiveram em águas brasileiras — primeiro em 1584, depois em 1595. Faziam a obra detestável dos aventureiros ainda mais detestáveis — apanhando todos êles quanto encontravam. Apanhando, prendendo, roubando... Isso, pelo mar. Pelas terras a-dentro, a mesma era a violência, despojando-se do solo sagrado os

que aí nasceram e aí se fixaram, dentro das linhas de organização, de harmonia com os recursos morais e materiais de que dispunham.

Andavam, nessas correrias, todos os povos desbravadores do planeta. E se da Inglaterra e da França as expedições haviam o caracter de empresas particulares, da Holanda os piratas erguiam, em suas naus, o pavilhão da pátria. Ali a responsabilidade cabia aos homens de negócio. Mais adiante, ao governo que se ocultava por detrás dos mercadores — governo, Estado que, no pensar de Oliveira Martins, “era apenas uma companhia mercantil com autonomia política sobre um certo território”.

Mas, verdade verdade, quem podia, na epoca e no tocante à materia, atirar a primeira pedra?...

Prosseguiram os holandeses a obra nefasta, quer em 1584, quer em 1595. Assim, pelo século XVII, trágicamente se assinálam, tanto, apreendendo nas costas da Baía, em 1604, um navio “ricamente carregado”, quanto incendiando outro; em 1616, aprisionando vinte e oito navios; em 1623, número ainda maior — setenta.

Isso, pelas águas da América.

Era entretanto de vêr que estavam as costas da África, da Ásia, especialmente as do Brasil, repartidas, e com oras prefixadas, para os atrevidos corsários.

Escrupulos morais não os conhecia a politica internacional do tempo. Não havia nenhuma doutrina. O só instinto bastava para que os povos rasgassem novos horizontes além das suas fronteiras. Não existia, como concepção positiva, nada mais do que a cosmologia. Todo o saber ainda não podia abranger os fenômenos sociais. Somente dois séculos depois, deveria surgir a sociologia.

Essa com efeito a grande obra de Augusto Comte, da qual resultou a criação científica da ética, de que tudo aí depende na sociedade. Sem ordem no mundo moral, que havia de acontecer?!...

Tinha que vir, como veio, crescendo, a desordem.

Remata-se a devastação que em verdade foi antecedida por outras devastações — tanto era universal a pirataria — remata-se com devastação ainda maior. Reputava-se desprovido de gravidade o que se andou realizando, em 1584, em 1595, em 1604, em 1616, em 1623. Ainda que pilhagem, não tem a extensão das investidas posteriores das desconhecidas invasões, — a primeira em 1642, a segunda, seis anos depois, ou em 1630. A primeira,

na Baía. A segunda, em Pernambuco. Mas o período das lutas holandesas, é o que vai de 10 de Maio de 1624 a 28 de Janeiro de 1654. São trinta anos.

Quando estala o conflito, vinha Portugal sofrendo, e rolados já quarenta e quatro anos, as terríveis consequências da batalha em que tomba, ferido de morte, El-Rei D. Sebastião.

Soubera, com a espada em punho, defender toda a Europa então ameaçada pela invasão em que era comandante Mahomet II. Ademais, por mares nunca dantes navegados, aportando nessa e naquela terra, erguera, na África, na América, na Ásia, monumentos de glória imperecível.

Contudo, ao tempo da guerra entre a Holanda e a gente luso-brasileira, guerra de trinta anos, como que se acreditava que de baixo do poder de Castela, se arrastava, se movia, antes uma sombra que o verdadeiro Portugal...

Tomam os holandeses a primeira capital do Brasil. A esquadra conquistadora trazia 3.300 homens e 509 bôcas de fogo. Não se lhe podia, no momento, contrapor nenhuma resistencia material. O governador Diogo de Mendonça Furtado foi preso. Além de tudo, como que se abandona aos invasores toda a Baía... Eis porém, que, ao impulso e calor da coragem de um sacerdote da Religião Católica, os mesmos fugitivos é que avançam contra as tropas de Jacob Willekens. Fazem meia volta comandados pelo bispo D. Marcos Teixeira. E lá estão os holandeses estonteados. Espantam-se. E tamanho estado dalma era já o primeiro sinal da proxima derrota dos atrevidos agressores da América Portuguesa.

Deram-se as mãos o heroico Portugal e a nobre Espanha. Nova Holanda em terras do Brasil assinalava-se, exclusivamente, como fantasia.

E a verdade é que nessa defesa figuras existem, admiráveis, como D. Francisco de Moura e capitão Padilha, ambos nascidos no solo brasileiro.

Mas, partem, de Lisboa, navios portugueses. Partem e vão aguardar, em ponto previamente escolhido, os navios espanhois. E estes e aquêles constituem a esquadra que aos 29 de março de 1625, se acha no pôrto de Salvador. Chega, viu e venceu...

Está, em 1.º de Maio, ocupada pelas tropas de D. Fradique de Toledo, a cidade da Baía. Era o Brasil a conquistar sua libertação do domínio holandês.

Não obstante, por aguas bem proximas das costas do sagrado sólo da Santa Cruz, navegavam, ameaçadores, navios da Holanda.

Apesar dos desastres na Baía, lá está, diante de Pernambuco, aos 13 de fevereiro de 1630, uma frota holandesa. Um mês depois, virá outra frota com a mesma bandeira da Neerlandesa.

E a situação logo se torna mais grave do que o ocorrido na Baía. Não tem Pernambuco, para sua defesa, a colaboração de Castela. Ao menos, de começo. Mais tarde — e foi isso em 1635 — principiou de agir a corte de Madrid. Mas, por seu lado, aumentava, de actividade, a Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais. Contudo, ainda não havia tomado as providencias para completa segurança das terras conquistadas. Fixa, aos 23 de Agosto de 1636, as linhas de toda uma nova organização das tropas e da mesma capitania de Pernambuco. Aliás, ia mais longe o domínio holandês, abrangendo, pelo norte, mais de uma capitania.

De qualquer modo, viera o momento para a investidura em tão alto comando — comando e administração — de Johan Moritz. E aos 23 de Janeiro de 1637 aí se acha Mauricio de Nassau, indicado pelo próprio valôr pessoal: nome devêras brilhante. Confirma, no Recife, a reputação de bravo e competente.

Manda porém a justiça que eu escreva o conselho que êle dêra à Companhia das Índias Ocidentais, ou ao menos aqui aluda a semelhante conselho. **Façam embarcar para o Brasil**, eis o pensamento de Nassau, **alemães não sômente carecendo de recursos, senão ainda sem familia, ou os desgraçados criminosos da Holanda.**

Não era certamente nenhum conselho à altura de tão penetrante organização cerebral. O fato é que não podia formular outro... A questão estava no conquistar todo o Brasil e toda a África, ainda hoje a desventurada e sofredora África.

Ora, pareceu a Johan Moritz alicerçada em fundamentos inabaláveis a Nova Holanda em terras brasileiras... Ordena que parta do Recife a esquadra. E esta lá vai arrancar, dos portugueses, primeiro a colônia de São Jorge de Mina, aos 29 de Agosto de 1637, depois a colônia de São Paulo de Luanda aos 26 de Agosto de 1641 e, mais cêrca de tres mêses, aos 16 de Outubro, a ilha S. Tomé.

Nêssas condições desperta Johan Moritz o olhar inteligente do historiador, não o comovido reconhecimento dos patriotas, sejam brasileiros, sejam portugueses.

A luta não chegára ao seu termo. Portugal estava empenhado na defesa, quer do Brasil, quer da Africa. Durante 60 anos de dominação da Espanha, o que se afigurava como aní-

quilado era uma sombra da Lusitania, não o glorioso Portugal. Combate na África e combate na América. Nem cessaram os seus esforços na metropole, protegendo Portugal pela sua mesma liberdade. E quando québra os grilhões do jugo espanhól, o cenário de golpe se transmuta. Então, o heroismo de brasileiros e portugueses é o mesmo heroismo com o qual entram, na história, unidos, ao compasso dos melhores sentimentos, dois grandes povos nascidos para perfeita confraternização.

Pernambuco efetivamente significa, e mais que a Baía, a libertação do Brasil.

Contudo, antes a Baía que Pernambuco é o que inspira ao imortal António Vieira umas palavras de fogo contra o proprio Deus diante de cujo altar sempre se prostrára humilde o incomparavel sacerdote. Abrira mão de Pernambuco... Apreensivo em face do momento internacional, o famoso padre António Vieira fizera ponderações dêste vulto: "França sófre agravos da Holanda; porque se não atreve com Holanda e Castela; Castela faz pazes menos honestas com Holanda; porque se não atreve com Holanda e França; e nós (que parece nos não medimos) queremos fazer a guerra a Castela e Holanda juntamente?". Ainda mais. E felizmente não pesava na balança o parecer do insigne padre. "Se Portugal e Castela juntos não poderam resistir à Holanda; como há-de resistir Portugal só, a Holanda e Castela? Se todas as forças de Portugal (ajudadas muitas vezes das de Castela) não puderam defender a Pernambuco; como só não restituirmos parte de Pernambuco, cuidamos que pudemos defender Pernambuco, o Brasil, e todas as conquistas?".

Eis, aí, enganado, o genial António Vieira.

Porque luta Portugal contra a Holanda. E, simultâneamente, contra a Espanha.

Também honesto, sincero, leal, não sabia esconder o entusiasmo que lhe ia na alma em contemplando, no ardor do combate, a valentia, a firmeza, toda a abnegação dos bons filhos do Brasil.

Verificai. Desses bons filhos lá está Salvador Correia de Sá Benevides, nascido, na segunda capital do Brasil, em 1594. Ainda em plena juventude, presta relevante serviço em proveito da restauração da Baía. Depois, será o capitão-mór e governador do Rio de Janeiro, aos 21 de fevereiro de 1637, depois, no mal-entendido, contra os jesuitas, o pacificador em São Paulo pelo ano de 1640; finalmente aos 15 de Agosto de 1646, o libertador de Angola.

Erra, uma das figuras do grande século decisivo na formação do Brasil, merecendo em verdade Salvador Correia de Sá Benevides o culto cívico dos brasileiros e portugueses. Não será nenhum problema para o historiador. Já se acha no coração agradecido quer de Portugal quer do Brasil.

Não assim Johan Moritz, o administrador ainda que dos melhores pela cultura lá em Pernambuco, mas administrador ou governo supremo da Nova Holanda na América. De sorte que, para êle, a intelligencia da história, o tributo de admiração inteléctual, que não o reconhecimento luso-brasileiro, o coração comovido dos patriotas de uma banda e da outra banda do Atlântico. Esse coração aqui está em derredor de Henrique Dias, de Felipe Camarão de André Vidal de Negreiros, de João Fernandes Vieira.

Êsses, os heróis autênticos, aqui sob o Cruzeiro, heróis do grande século decisivo na formação do Brasil.

No meio do mercantilismo daquele tempo, já era de vêr o que denomina Capistrano de Abreu a "solda, superficial, imperfeita", fazendo-se à custa da ideologia superior que tanto inflamara tôda a generosa e valente alma da terra da Vera Cruz, ideologia que se afirma triunfante nas horas mais dramaticas da evolução nacional, dêse o período embrionário até ao momento de inumeras ideologias, mais ou menos perturbadoras pela violência que se depara nos gestos dos seus apóstolos, tôdas vítimas de uma mística, desconcertante, dogmática, inconoclasta. E ao clarão rubro dessas ideologias, em cada recanto do planeta

o verdadeiro rumo é o que falece, desorientando-se os povos, criando-se a confusão, estabelecendo-se o caos.

Basta.

Aqui estou apenas — agora o verifico — cumprimentando-vos, senhores da benemérita Sociedade Luso-Africana.

Sabeis dar o melhor das vossas energias em pról daquela "gente, a que Marte tanto ajuda".

Além de tudo, creastes, para o meu coração, instante feliz, o em que, com as esplendidas manifestações de tão distinta associação empenhada na obra civilizadora que se efetua na sôfredora e quási abandonada África, sem dúvida cresce a admiração que consagro ao passado, comum ao Brasil e a Portugal.

Outra não é a importância da solenidade. A significação do culto público, ei-la transparente. O valor de vossa fésta, está na intensificação dos nossos sentimentos para a exaltação de nomes que se não extinguem no jovem Brasil cheio de esperança como no velho Portugal coberto de tantas glorias; nomes que surgiram em meio das aguas do mesmo oceano ou da mesma civilização; nomes que se fizeram sob o esplendor da mesma fé; nomes que se ligaram, pelos fatos que os immortalizam, à Humanidade, transcendendo cada um dêles as fronteiras do sólo sagrado.

24—VI—1936.

Maria Figueiredo



**Preparemo-nos
para as grandes luctas
da vida moderna!**

A vida intensa das grandes cidades produz no nosso organismo perturbações que se esteriorizam por multiplas fórmas.

Essas perturbações instalam-se sempre que o nosso estomago—laboratorio quimico complexo—sofre alterações em sua função digestiva. Cansaço cerebral, dôres de cabeça, falta de memoria, dispepsia, irritação nervosa, manifestam-se sempre que ha máu funcionamento digestivo.

O "NEUROBIOL" é um composto de vegetaes ricos em vitaminas, de pureza perfeita e ação constante. Sua simples composição — Acido Fosfórico, Nox de Kola, Cacao torrado, Papaina, Pepsina Animal — são uma garantia do seu valôr no combate as perturbações que advenham do desequilibrio da assimilação.

"NEUROBIOL" é um preparado rigorosamente científico. Usar "NEUROBIOL" é combater a fraqueza cerebral, a dispepsia nervosa, a neurastenia, a perda de appetite; é, finalmente, prolongar a vida.

Neurobiol

DO CEREBRO
O TONICO

Orthof

A VENDA EM TODO O BRASIL



CASA CRUZ

J. Teixeira de Carvalho & Cia.

IMPORTADORES E EXPORTADORES

26 — RUA RAMALHO ORTIGÃO — 28

Fones: 22-1553 e 22-3014

RIO DE JANEIRO

Secções de: Papelaria — Livraria —
Artigos religiosos — Quadros e
molduras — Espelhos — Cristais
e vidros — Ferragens para vitri-
nes e vidraceiros. — — — —

CAPAS

*Temos á venda luxuosas capas
para a segunda e terceira
série do*

BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-
AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

Preço 10\$000

Pedidos à Secretaria
PELO CORREIO:

PARA O BRASIL 11\$000

PARA O ESTRANJEIRO 12\$000

As nossas capas muito contribuirão para
enriquecer o aspéto de sua bibliotéca

"PARQUET PAULISTA"

(Marca Registrada)

"PARQUET BRASIL"

(Marca registrada)

Soolhos de tacos com garantia e segurança

Parquet Paulista Ltda.

(Fabricantes)



Escritorio
Rua Treze de Maio,
33-35
(Edificio 13 de Maio)
5.º Andar, Sala, 505
Telephone 22-9278
RIO

Fabrica
Rua Francisco
Eugenio, 396
Telephone 28-5673
RIO

PORTUGUESES DE LEI — *Azeite finissimo* — *Vinho Palheta*

ESTORIL

PROVEM

ESTORIL

DISTRIBUIDORES:
TEIXEIRA BARBOSA & CIA. LTDA.
Rua Lavradio, 155 — Rio

Dois productos genuinamente portu-
gueses que se impõem pela sua pu-
resa e superior qualidade.

A Sociedade Luso Africana do Rio de Janeiro e o sentido da sua obra

CONFRENCIA REALISADA PELO DR. PROF. EVARISTO DE MORAES, NA
SOC. LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO DURANTE A SEMANA DO
ULTRAMAR PORTUGUEZ



minha presença nesta assembléa de encerramento da "Semana do Ultramar Português", com a honrosa função que me designastes, tem dupla significação: de uma parte, exprime nova demonstração da vossa generosidade para comigo; doutra parte, reafirma a minha plena adesão aos elevados propósitos da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. E não estou espiri-

tualmente só. Aqui me acompanha o sentir e o pensar da pátria brasileira, cada vez mais identificada com a pátria lusitana. Sob a acção de factores diversos — o racial, o psicológico, o histórico, o político e o económico — tudo que vibra no Brasil tem resonância em Portugal, tal como tudo que impressiona em Portugal vem reflectir no Brasil.

Em verdade, a separação das duas soberanias nacionais não produziu a separação das duas almas coléctivas. De aí, dessa comunhão de interesses e de ideais, nasce a nossa preocupação com a sorte das colónias em as quaes Portugal vem demonstrando a sua capacidade civilizadora.

De outra vez, no seio desta mesma Sociedade, lembrei os máos agouros e os desalentos com que fôra encarado o futuro dessas colónias, por homens do porte intelectual de Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz. Mas deixei, daquela feita, fôra de dúvida que elles se tinham iludido, por que o que lhes parecêra irrealizável — isto é, o aproveitamento económico e a elevação do nível social nas colónias — foi conseguido, por maneira a causar admiração a observadores imparciais, de inegável autoridade. Os que se supunham mestres na matéria de coloniza-

ção — ingleses, franceses, holandeses, bégas cendo que o pequeno Portugal é bem digno de ser imitado nos seus métodos de obter a cooperação dos indígenas, sem violências e sem — rendem-se à evidência dos factos, reconhe-fraudes, e de preparar as colónias para a aquisição gradual da autonomia administrativa.

Nêsta obra, empenhou-se, como é sabido, desde muitos anos, a Sociedade de Geografia de Lisboa, mórmente devido à iniciativa de Luciano Cordeiro. Trata-se de uma instituição para a qual nunca/serão sobejos os encómios e os aplausos. Foi ela que persistentemente, com maior ou menor eficiência, chamou a atenção dos poderes públicos e do povo para aquelas terras de além-mar, em que, outrora, tanto e tanto se expandira o heroísmo português e que bem mereciam os esforços daquêles a quem tinham sido legadas. Reagiu a esforçada agremiação de intellectuais contra as aludidas desesperanças, e mostrou, por observações directas dos seus sócios e outros colaboradores, o que poderiam valer as colónias, se fôsem devidamente aproveitadas. Esse trabalho de convencimento produziu o seu primeiro fruto: a formação de um aconsciência colónial em homens de energia e boa vontade, que se dedicaram à realização do que fôra tido por impossível. Não se limitando a teorias e a doutrinas, não seguindo cêgamente o que indicavam modelos estrangeiros, procuraram soluções práticas, dentro da realidade portuguesa. Pertencentes a várias classes, mas, principalmente, à militar, movidos pelos mesmos, patrióticos intuitos, nem sempre acórdes nos meios a empregar, visando, porém, os mesmos fins a atingir, êsses chamados colonialistas largamente contribuíram para que a situação actual das colónias honre o velho Portugal. E' difficil, máxime de relânce, destacar nomes.

Seja-me, entretanto, permitido, pedindo prévia desculpa pelos esquecimentos, e vindo de um passado, não mui remoto, não distinguindo entre vivos e mortos, recordar: — António Ênes, Mousinho de Albuquerque, Paiva Couceiro, Eduardo Costa, Freire de Andrade, Brito Camacho, Jaime de Moraes, Alvaro de Castro, Armindo Monteiro, Norton de Matos, Conde de Penha Garcia, António Vicente Ferreira, e João de Almeida.

Repito: nem todos êsses colonialistas, e outros não lembrados, estavam inteiramente de acôrdo entre si, quanto à fórma de servir a pátria na administração das suas colónias, mas todos nutriam ou nutrem o mesmo entranhado amor pelo Império lusitano, almejando todos a sua grandeza, assente nêsse sistema de expansão civilizadora que se exercita sem sacrifício da saúde, da liberdade e da dignidade dos indígenas e dos colonos europeus.

Portugal, mais, talvez, do que outros países colonizadores, precisava e precisa patentear ao mundo a resultância dos seus esforços no sentido da utilização e do desenvolvimento das colónias. Cumpre-lhe tirar aos ambiciosos e aos vorazes a possibilidade de um argumento que disfarce a má índole das suas pretensões. Convem neutralizar a infundada alegação de que Portugal não dispõe de recursos para manter os seus domínios ultramarinos. Êste argumento tem surgido, no meio de outros ainda menos fundados, sempre que se pensa em resolver graves dificuldades internacionais. Ocorre, então, o alvitre de resolvê-las à custa de Portugal, mediante afrontosa usurpação!

Por vezes, tem a diplomacia secreta visado a repartição e a distribuição de territórios que a Portugal pertencem por incontestável direito, só desconhecível pela má fé, do serviço da força.

E' certo que os pretendentes à usurpação negam, a pé firme, as suas intenções, mas não há quem ignore que essa é a atitude comum da maioria dos criminosos, até mesmo quando surpreendidos na prática do crime...

Ficou bem averiguado que Portugal se salvou, pelo menos de um começo de execução do plano espoliativo, com o irrompimento da Guerra Mundial, que atirou a Inglaterra contra a Alemanha, na defesa da França. Muito antes, e também nas proximidades dessa Guerra, cuidava-se, à socapa, de aplicar ao país dos Lusíadas um golpe de suprema audácia, retirando do seu poder, em benefício daqueles países, grande parte, senão a totalidade, das suas colónias africanas. Houve duas convenções: uma anglo-germânica, outra em

que se pretendia envolver, também, a França. Pelo acôrdo anglo-germânico, revelado no começo de 1914, a usurpação não seria total, conforme se tornou notório pelas indiscreções jornalísticas e foi confirmado na obra de João Darcy — LA CONQUETE D'AFRIQUE. O outro acôrdo, apenas projectado, franco-anglo-germânico tinha maior alcance em relação às colónias portuguesas: caberiam Guiné e Cabo Verde, à França; à Inglaterra tocariam Moçambique; ficaria a Alemanha com S. Tomé, Príncipe e Angola... Chegou-se até a falar em um mapa em que já figuravam êssas colónias com as côres dos países beneficiários da distribuição.

Foram muito expressivas, embora resalvando o papel da França, as revelações dos estadistas francêses, Tardieu e Caillaux, em 1908 e 1911. Preveniam Portugal do perigo que o ameaçava do lado da Inglaterra e da Alemanha.

No tocante a uma combinação exclusivamente franco-germânica, entabulada em 1912, transpareceu de um artigo contemporâneo da criteriosa revista QUESTIONS POLITIQUES ET DIPLOMATIQUES.

Ainda ultimamente, renovaram-se os boatos alarmantes, quando a Inglaterra parecia disposta a enfrentar a Itália, por causa da Abissínia, e se cogitava de um derivativo que evitasse nova conflagração. Pretendia-se sem nenhuma cerimónia, dispôr da coisa alheia, que, no caso, seria alguma colónia portuguesa.

Mas já não seria fácil acusar Portugal de mau colonizador...

Ele ofereceria perante o mundo, se fosse tentada a justificativa do latrocínio, o espectáculo deveras impressionante dos progressos da sua tarefa civilizadora. Sem sair da tão cubiçada África, bastaria pôr diante dos olhos de quem quizesse formar seguro juízo Moçambique e Angola, em cujas cidades principais se encontram todos os requisitos de uma vida confortável e em cujo interior o Estado chama o indígena ao grémio da civilização, proporcionando-lhe estrada de rodagem, vias-férreas, higiene e assistência médica, ensino apropriado à sua capacidade mental. O que foi apresentado na Exposição Colónial de Paris, e na Colonial Portuguesa, era suficiente para comprovar a afirmativa.

E, agora, aqui mesmo, tivemos, na nossa modestíssima exposição, confirmado o que Portugal poderia alegar em face do mundo, se lhe imputassem incapacidade como colonizador.

Os cuidados maiores com as colónias portuguesas principalmente sob o regime monárquico, depois do famoso e lamentável *ultimatum* britânico.

Sentiram os políticos e os administradores públicos mais intensamente a sua responsabilidade perante a nação, que fôra afrontada, tornando-se, cada vez mais, preciso engrandecê-la, não só material como moralmente.

Quando se queira, entretanto, apreciar, conscienciosamente, o que os portugueses têm realizado da África, é imprescindível levar em conta dois embaraços físicos — a extensão das suas principais colónias — Angola e Moçambique — e a aspereza do clima. Outro embaraço, êste de ordem social, se deparou na tendência escravocrática de certas tribus, motivando atritos prequentes. Percebe-se como foi difícil contrariar interesses económicos dessa espécie, em regiões onde os escravizados não tinham consciência da sua objecção e, não raro, se uniam aos escravizadores para resistir à campanha em pról da sua própria libertação!...

Demais, era inevitável a discordância entre os funcionários, superiores e inferiores, repellido uns a orientação tomada por outros, e, assim, perturbando a execução dos planos governamentais. Havia quem fosse para África experimentar teorias cerebrinas, com prejuízo dêsse planos, e à revelia do governo central. Não foram poucos os desastres, só tardiamente remediados. O mesmo tem sucedido no Brasil com o serviço de catequese dos nossos aborígenes: Imaginem-se os efeitos das discordâncias de proceder numa terra, como Angola, para exemplo, que tem a extensão de 1.255.755 quilómetros quadrados, e cuja população de cêrca de 4.000.000, só contem, no máximo, 60.000 colonos de raça branca...

Harmonizar os interêsses dos nativos com os dêsse colonos; evitar que individuos inescrupulosos explorem a simpleza dos naturais; incutir hábitos de trabalho regular e produtivo em criaturas propensas a periódica ociosidade; afastar, sem violências, os nativos de algumas práticas supersticiosas, de carácter sanguinário; tolerar, discretamente, outras práticas menos nocivas; instruir sem forçar as inteligências rudimentares, preparando o elemento indígena, principalmente os mestiços, para o professorado; aceitar, provisoriamente, em algumas localidades, o concurso de chefetes indígenas, não lhes concedendo, todavia, atribuições que possam molestar os colonos europeus; reprimir, em casos extrêmos, para não desanimar os bem intencionados, os abusos dos funcionários, impedindo rebeliões mais ou menos justificáveis — tudo

isto constitue outros tantos precalços da alta administração colonial.

Teve razão, portanto, um abalizado colonialista, o citado coronel António Vicente Ferreira, quando disse que "administrar um país novo, onde os problemas do futuro têm igual ou maior importância, que os do presente, é muito mais difícil e exige muito mais capacidade do que dirigir qualquer ramo da administração pública numa velha metrópole".

*
* * *

Falemos, agora, de nós, os da **Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**, portugueses e brasileiros, irmanados por força da comunhão a que me referi.

Estamos, todos, ufanos pelo êxito da semana ultramarina, que hoje se encerra. Foi mais um grande passo nêsse percorrer duma estrada nem sempre isenta de urzes e abrolhos. Outros serão dados, com idêntico objectivo, que é o defazer conhecidos dos que prézam Portugal o que êle possui fóra da Europa, como expressão do seu valor e como garantia do seu futuro. Haverá países que, por se terem organizado em nações independentes sem pesados sacrificios, mediante simples alianças dinásticas, ou arranjos diplomáticos, não sintam a necessidade de olhar para o passado, buscando, nêle, estímulos e incitamentos. Não está Portugal nestas condições. Tôda sua velha história foi longamente escrita com o sangue e o suor dos seus filhos, que velejaram por mares nunca dantes navegadões, conduzindo, nos côpos das suas espadas, o simbolo de uma fé robusta, e, por isto mesmo, eram dotados dêsse espírito de sacrificio que gera os heróis e os mártires!

Existe, pois, no tocante aos portugueses, uma herança a guardar e um compromisso a zelar. Herança e compromisso determinam a linha de conduta que êles têm de seguir. O que, na actualidade, a pátria portuguesa reclama dos seus filhos é muito menos do que ela exigia na época das conquistas.

Onde quere que êles se encontrem devem reverenciar as velhas e as novas demonstrações da pujança da sua raça, e nenhuma são mais convincentes do que as realizações coloniais, levadas a termo através de sérios impêchhos, competindo Portugal com países economicamente mais bem aparelhados.

Seria de desejar que, em todos os núcleos de população portuguesa, existentes no Brasil, fossem fundadas associações com o mesmo progrãma da do Rio de Janeiro, e que entrassem em correspondência com a nossa. Fica-

riam, não só os portugueses, como todos os habitantes destes centros populosos, mais habilitados a fazer justiça aos que se votam à missão civilizadora dos modernos colonialistas lusos.

A ninguém é lícito negar os resultados auspiciosos dessa propaganda de bom quilate, em a qual não entra qualquer mescala de egoísmo, nem intuito de lucro pessoal. Vim-lo nêstes dias, expressos na frequência dos que visitaram a nossa exposição, nas suas manifestações de franco entusiasmo, acompanhado da declaração de muitos que sinceramente confessaram ignorar grande parte do que lhes era presente. Não sei se os ouvintes concederão ao meu testemunho a qualidade de imparcial, de isento da influência da amizade e da gratidão. Seja, porém, como fôr, eu o darei, mais uma vês, proclamando a benemerência dos que fundaram e dos que vão mantendo a **Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**. Nêles se depáram bem ao vivo, êses mesmos impulsos que, nos tempos heróicos da sua raça, operavam milagres.

Êles são, dentro da sua actividade ordeira, bem iguais aos batalhadores doutras épocas, na tenacidade das suas atitudes, na reacção contra todos os sentimentos subalternos e deprimentes. Anima-os a fé na obra alheia e a confiança nos seus próprios actos. Acreditam que Portugal há-de vencer colonizando e civilizando, como outrora venceu pelejando contra os infiéis. Houve, apenas, mudança de ideal, que passou de religioso a social e económico, e, também, nos meios de combate, que se transformáram de sangrentos em pacíficos.

Isto compreenderam os que estão dando notícia dos feitos dos seus compatriotas, por meio de conferências, de solenidades festivas

e da publicação de um excelente BOLETIM.

Hoje, já se fórma idéa mais ou menos acertada do que são as colónias portuguesas, e, dia a dia, vai crescendo êste conhecimento.

— Decretada, como foi, a Refórma Administrativa Ultramarina, atenderam-se, **em parte**, os reclámos dos que queriam a autonomia das colónias. Disse, e fi-lo intencionalmente, que os reclamos foram atendidos **em parte**. Na opinião da maioria dos colonialistas, a autonomia ampla, completa, mesmo com a falada federação, ainda não é possível. E tudo quanto se depreende das informações officiais e officiosas contra-indica, desaconselha adoptar-se qualquer regíme parecido com o da Austrália, da Noza Zelandia e da Colónia do Cábo. A recente Reforma já satisfez umas tantas exigências mínimas, razoáveis. Já dispõem os colonos de corporações legislativas e conselhos de govêrno em os quais entram cidadãos eleitos. A organização municipal das colónias não ficou, em sua essência, diferente da organização municipal da metrópole. Os colonos, elevados assim a cidadãos activos, intervêm na feitura dos orçamentos, fiscalizando, por seus representantes, o emprêgo dos impostos que pagam. Foram divididas, por verdadeiras secretarias de Estado, as diversas funções administrativas. Enfim, tudo faz prevêr que se enveredou por bom caminho, e, ao mesmo tempo, se deu prova de confiar nos elementos de cultura, existêntes nas colónias.

Por enquanto, a **Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro**, em harmonia de vistas com quantos almejam a persistência dos créditos faz sinceros votos para que a Reforma posta de Portugal, como colonizador e civilizador, em execução corresponda às esperanças nela depositadas.

DR. EVARISTO DE MORAES





TIMOR de hoje é uma pequena recordação do Império de ontem, uma recordação das viagens nas costas do Malabar, com caravelas nas passagens dos estreitos de Sonda em busca do desconhecido e de novas jolas para a corôa, em busca da aventura e das especiarias, das almas sem Deus e dos metais ricos que premiavam

os heroísmos e as renúncias dos que dilatavam naqueles tempos longínquos a Fé e o Império.

O fumo da India desvaneceu-se há muito. Timor, entretanto, ficou. Não se desvaneceu ainda. E é, actualmente, uma das colónias mais belas e mais plectóricas de possibilida-

passo surgem ante nós quando por Timor andamos.

No Teta-Mai-Lau está o ponto mais alto de Portugal. E isto, como muitas outras coisas de Timor, não deixa de ser um motivo de admiração para todos os portugueses, que, certamente, nunca pensaram na possibilidade de não se encontrar na Metrópole ou nas suas duas colónias, Angola e Moçambique, o pedaço de terra portuguesa que mais próxima esteja do céu.

Outros motivos de admiração, entretanto, existem...

Confesso que foi também com a sensação estranha de que sempre, por muito que fôsse o tempo que vivesse em Timor, havia de ter qualquer coisa a descobrir, que por lá andei. Hoje, outros dois anos decorridos, não sei se conheço Timor. Tenho escrito, contudo, bas-

TIMOR

des que Portugal possui, um mundo a pedir trabalho sem limites para frutificar.

Para a Metrópole, é também a colónia mais enigmática, porque é a mais desconhecida, porque é a mais distante. Para os que um dia andaram pelas Insulíndia e em Timor viveram um pouco as sugestões do Extremo-Oriente, é a expressão mais sublime da Terra que se abre à Civilização, desnudando com as suas paisagens as suas riquezas, deixando evoluir-se os enigmas e concedendo a todo o momento as certezas da fecundidade ilimitada sobre o sol ardente das solidões tropicais.

Timor, por isso, equivale, hoje ainda, à realidade de descobrimentos feitos hora a hora. Em Timor vive-se continuamente a sensação da aventura e do desconhecido, porque tudo ali é novo para os nossos olhos, desde o exotismo da sua vida indígena ao encantamento luxuriante das selvas, às altitudes das suas montanhas, às fontes de emoção que a cada

tantes páginas de evocação daquela ilha de verdura, volúpia e sonho. Mas é também verdade que nunca as escrevi sem deixar de pensar no muito de inédito que porventura a minha alma não soube ver ou compreender. E, mesmo assim, não atinjo porque a Timor chamaram "Antecâmara do Inferno, Fantasma do Oriente" e outros nomes, como estes, destituídos de qualquer sentido de classificação, a não ser que a Terra tenha culpa de certos estados de alma egocentristas ou snobs que alguns homens criam em si próprios à custa de uma ausência de gramática, de lógica e de senso das realidades. Timor, mais do que um lugar em que se chocam pretensiosismos e ambições, é a Terra que pede à Civilização progressos em ordem material e espiritual. Com eles, Timor realiza-se e é sublime, porque, sendo emocional, torna-se também criadora. E eu não sei o que possa haver de mais sublime no nosso tempo do que a posse de

uma emotividade ao serviço de um desejo de criar.

—)o(—

Recorda-se a actuação cristianisante dos religiosos de Larantuka, que constituíram outrora as sentinelas vigilantes dos caminhos marítimos das Molucas e dos mares de Wetter — por onde passavam as naus que naquelas paragens distantes faziam cruzeiros e comerciavam. E a história vaga de Timor, com as lutas de missionários e gentío, ora espirituais, ora materialistas, transigentes quando a espada era a cruz e horrorisantes quando a cruz caía por terra e ao sol dos trópicos brilhavam as lâminas das espadas, começa a falar-nos dos imperialismos de antanho que se degladiavam sobre as terras fecundas de todo o arquipélago malaio numa guerra sem tréguas de que, para nós, resta apenas, e resta ainda, Timor. Timor das paisagens heroicas, Timor da vida em rumos de volúpia e sonho, Timor dos cafezais floridos, do sândalo e dos tamarindos, ilha de verdura e perfumes, colónia de mistérios e riquezas sem fim, Timor que poucos conhecem — mas que representa, sem dúvida, uma das grandes esperanças do futuro para a obra civilizadora de Portugal.

Esta obra começou no nosso século, quando na Metrópole se chamava ao Governador Celestino — o **Rei de Timor**, e à volta deste homem que em Timor foi tudo, desde o guerreiro ao político e ao diplomata, e desde o homem superior ao homem que o fastígio do poder tornava vítima das maiores inferioridades, se teciam lendas e se erguiam fantasmas, se construía toda uma série infinda de enigmas e mistérios que as sugestões do Extremo-Oriente, com a sua poesia e com os miasmas dos seus pântanos, avolumavam. E todos nós sabemos quanto eram ilimitados os horizontes em que, nas almas conselheiráticas dos homens dos princípios do século em terras meridionais da Europa, se projectavam as sugestões do Oriente dos pagodes e dos harens, da flôr do lotus e do sândalo, das selvas e das filosofias sensualistas e nirvânicas.

Até então, o domínio português no arquipélago de Sonda era, por assim dizer, nulo. Cingia-se às praças fortes. Nas encostas do Teta-Mai-Lau e do Cablac, nas planícies de

Suai e Cova-Lima, em Manufai e em Hato-Lia, por toda a ilha timorense, é bem verdade, desfraldava-se a bandeira das quinas e vegetava o missionário português. Mas tudo isto acontecia por condescendência de mais de um milhão de seres que na bandeira não viam simbolismo que os prejudicasse e nos padres encontravam homens como eles, amando como eles as mulheres, vivendo como eles a vida, semelhante em tudo aos **macai-lúlie**, aos seus feiticeiros, embora falando uma linguagem diferente e exaltando um outro Deus.

E quatro séculos passaram assim...

Em princípios do nosso século começou a colonização. Em vez do crucifixo surgia a enxada e o arado. Deixou-se de falar em caminhos do céu para se falar em estradas que violaram montanhas e florestas virgens. Os fios do telégrafo e do telefone confirmaram a pacificação, como a estrada tinha confirmado a conquista. Um nóvo horizonte, terreno, humano, exigindo lutas e sacrificios sem afastar os seres da vida, apareceu. E Timor recebeu da Civilização a ordem insofismavel de marchar para o seu futuro.

—)o(—

As paisagens continuam as mesmas: montanhas em ansiedades de altura, selvas na loucura panteísta da vida tropical, pujantes de selva, cantantes de sons das ribeiras e dos ninhos, planícies e planaltos, noites negras que pezam sobre as almas e noites de luar branco como a neve, neve feita flúido, neve feita luz, extensões marítimas e extensões de céu azul. O clima espiritual, porém, mudou.

A serenidade substituiu-se a inquietação.

Nos cafezais, nos arrozais, na floresta, por toda a parte, a inquietação é princípio de progresso. Novas culturas. Transformação de matérias primas. Aproveitamentos de energia. Máquinas. Trabalho. Luta. Vida!... O sândalo e o tamarindo, a canela e o café, a baunilha e o mel, enchem a terra de perfumes. As árvores enchem-se de frutos. Depois, o mar é já uma estrada. Navios partem e navios chegam. E eles levam o café, a copra, a cêra, o cacau, as madeiras, frutos da terra que deixam ouro para que Timor se realize.

O resto — é a Estatística, a matemática e a geometria dos números que dizem coisas e sintetizam a materialidade da existencia. Eles

falam-nos da superficie e dizem-nos que Timor, com os seus 19.000 quilómetros, é a quarta colónia de Portugal. Falam-nos da população, e, em seis números, pretendem dizer que ali vivem cerca de 600.000 almas, distribuídas em muitas raças, sentindo através de modos de ser diferentes os mesmos dias que passam. Falam-nos do Teta-Mai-Lau e do Cablac, que, com 2.950 e 2.100 metros, são os pontos mais altos de todo o território português. Depois falam-nos da agricultura, da pecuária, do comércio, da indústria, da higiene, da instrução... Mas tudo isto são números e é a Estatística — que não cabe numa palestra resumida de exaltação de Timor...

—)o(—

... E, antes de mais, Timor é a paisagem e a vida indígena, o clima espiritual de milhares de almas que naquele distante extremo do Indico, à beira do Pacífico, vão vivendo as suas vidas. E estas, a paisagem e a vida indígena, impossível seria também contar nas poucas palavras de uma palestra resumida.

Fica, por isso, nestas palavras que a Sociedade Luso Africana me pediu, apenas uma sugestão de Timor, da ilha verde e voluptuosa de Timor.

Paulo Braga



A Terra do Socopé e do Ossobó



EDEM-ME umas palavras sobre a Província de S. Tomé e Príncipe, para serem ditas por boca lusitana, na ocasião da semana colonial que, no Rio de Janeiro, vai realizar a Sociedade Luso-Africana, criada e alentada por portugueses admiráveis que, nas terras de Santa Cruz mourejam, sem que se esquecerem da sua Pátria distante e ser-

vindo-a amorosamente.

Escrevo-as com muito gosto, lamentando apenas que o seu brilho não corresponda à grandeza do assunto e à excelencia da alma daqueles que mas pedem.

As ilhas portuguesas do Golfo da Guiné, prende-me, antes de mais nada, uma grande saudade.

E desta forma, recordo o meu passado, a mocidade que lá deixei, concorrendo quanto pude, para nelas ajudar a fixar a civilização portuguesa, como uma abelha, obscura e anónima, concorre para o sucesso do cortiço.

Foi lá que iniciei a minha vida de profissional e, ao mesmo tempo, que vi e tomei contacto pela vez primeira, com a obra colonizadora dos portugueses.

E que melhor lição, que exemplo mais belo, do que o esforço realizado durante séculos, com altos e baixos, prosperidade e miséria, nesses mil quilómetros quadrados de terra tropical, perdidos no meio do Atlantico!

Nessa dura terra escaldante, aparecem com clareza as nossas qualidades e os nossos defeitos, tal qual no Brasil maravilhoso, tal qual em todas as outras terras do mundo ultramarino que nós desvendámos, calcurriámos e trabalhámos e de que o mundo se utilizou ao depois em seu proveito, como os credores sófregos se aproveitavam das quintas dos morgados gastadores e desprevenidos do Minho.

Qualidades e defeitos, na verdade, visto que ambos lá avultam e aparecem, à vista desar-mada

E póde falar-se de uns e de outras, sem receio de reparo, porque onde existe, no mundo, um povo colonizador que só tenha virtudes?

Onde, um ser humano que seja, como Deus, perfeito e impecável?

De resto, feito o balanço e o confronto, o nosso saldo chegará para nos classificar com muitíssima honra.

Sômos uma Nação que gerou Nações e esse facto basta para, na História da Civilização humana, nos pôr num lugar de eleição que muitos poucos países poderão atingir.

O passado de S. Tomé e do Príncipe, se nos mostra irrequietos, improvisadores, turbulentos, apresenta-nos ao mesmo tempo, excepcionais na adaptação, resignados, sóbrios, teimosos na realização sem desanimar na luta contra os elementos e contra a adversidade da sorte e do nosso próprio pouco tino administrativo.

Quem vir e observar os colónos de S. Tomé, compreende e explica, como nós andámos por meio mundo e obrámos o que as crónicas de outro tempo relatam e o que as gazetas de hoje referem, porque a cepa é ainda e sempre a mesma, idêntico o seu heroísmo e só as condições variaram, com a andança dos tempos.

Quando, há vinte anos, desembarquei pela primeira vez em S. Tomé, fui encontrar colónos que ali viviam ininterruptamente havia 40 anos, não pensando em voltar à metrópole.

E isto, no meio de um impaludismo cruel a que quasi ninguém escapava, arriscados, de um momento para o outro, a desaparecer com uma biliosa, uma desinteria amibiana ou um ataque de beri-beri!

A indiferença mais completa perante a morte, dando-nos a impressão, quando a víamos fazer destroço, de que nos errava a pontaria!

Sempre e sòmente a idéa fixa de fazer uma Roça, de pagar a dívida contraída ao Banco com juro leonino, para depois e só então, regressar ao rincão metropolitano e nele envelhecer e morrer.

Um grande colóno em S. Tomé conheci, à beira dos 60 anos, que primitivamente fôra emigrante do Brazil e de lá viera desiludido muito novo, tendo feito em vida comercial de 40 anos uma avultada fortuna, mas que ali estava, firme e vigilante, apesar da sua idade avançada, sujeito a todos os incómodos, perigos e restrições, à espera que se completasse a plantação de uma grande roça que a sua firma adquirira e que o desafogo começasse, para regressar.

E só regressou, ainda no meu tempo, depois de a propriedade estar a produzir muitos milhares de arrobas de cacau e café, entrando no caminho da prosperidade exube-

rante que, infelizmente, o cataclismo da guerra havia de comprometer.

E' preciso que a tèmpera colonizadora seja de muito boa qualidade para, que um homem possuidor de muitos contos fortes — dos bons de antes da guerra — se sujeite a tão grande sacrificio e não é apenas a vã cubiça, de que falava o Velho do Restelo, que chega para explicar tal fenómeno.

E como este colóno, nas mesmas condições embora sem as suas possibilidades, quantos lá encontrei eu!

Quantos, agarrados à sua empresa agrícola ou comercial, escravizados a ela e por causa dela, passando todas as inclemencias e privações, e tendo como distracção apenas, lá de longe em longe, um socopé, bailarico delirante de pretos, dos fôrros, como são conhecidos os naturais de S. Tomé!

A quantos ouvi dizer, recordando os tempos duros do começo, que muitas vezes tinham passado, com banana, macaco e fruta-pão, porque nada mais havia que comer, ou porque o rancho se atrasava por falta de transportes, ou porque o dinheiro era pouco para derrubar a floresta — o obó como lá dizem — e plantar depois o cacoeiro.

E o successo que fazia a chegada, a qualquer vizinho minhoto, de um pipó de vinho verde!

Havia, nêsse tempo, uma propriedade que tinha um velho e enferrujado canhão pombalino, dos que eu ainda lá vi, servindo de marcos na Capitania do Porto, o qual nos dias solenes da chegada do pipó, era carregado de polvora e disparado, para anunciar aos vizinhos o feliz acontecimento, reunindo-os num almoço alegre.

Era ao som do canhão venerando que o Pombal mandára para a fortaleza de S. Sebastião e reboam agora inofensivamente pelas quebradas dos montes, através das grotas e dos picos, que se festejava, como uma riqueza inesperada, o vinho acidulado e fresco, na expressão feliz de Camilo Pessanha, o grande poeta da nossa terra e também um colonial que gastou a sua vida no Oriente, preso em Macau, ao sonho voluptuoso e rico da China!

A grande lição que S. Tomé me deu, nunca a tenho esquecido pela vida fóra e aparece-me sempre, nas minhas meditações coloniais.

Alguns dos graves problemas foram ali resolvidos, sem se dar por isso, apenas pelo simples facto de lá haver portugueses a viver e a ganhar a sua vida.

O do povoamento por naturais da Metrópole, a que vulgarmente se chama da colonização, lá se resolveu, sem que o Estado tivesse empregado o mais pequeno esforço, sem

que fôsse preciso gastar papel e tinta, nem congeminar se mais convinha a colonização por meio de grandes companhias ou por interferencia directa do Estado.

Umás dúzias de colónos, nos meados do século passado, deitaram-se a derrubar o obó, a plantar cacau e café e, meio século volvido, quantos portugueses para lá fôssem da metrópole, todos encontravam onde ganhar a vida.

E os piores que de lá saíam ainda iam ser os melhores em Fernando Pó!

Isto me ensinou que, quando o Estado der aos colónos de Angola e Moçambique, meios para se estabelecerem — refiro-me aos meios que só o Estado pôde dar, as duas provincias como aquelas, as quais são dois impérios, ou sejam crédito adequado, direcção tecnica, apetrechamento de portos, comunicações, orientação e plano económico — a colonização se fará automaticamente, sem haver necessidade de curar de saber, como havemos de povoar os territórios angolanos ou da Costa Oriental.

O português, com todos os seus defeitos, tem como nenhum, o espirito de aventura, necessário ao emigrante, e a faculdade, levada ao máximo, de adaptação ao novo habitat.

Resiste à saudade heroicamente.

Uma guitarra, meia dúzia de quadras, um raio de luar — e o luar de S. Tomé é um dilúvio clarissimo de beleza misteriosa — chegam-lhe para resistir uma, duas, três décadas, toda a vida, a recordação da sua Terra, florida e carinhosa, que, no desfiar dos dias, se vai perspectivando e esbatendo, como uma tapeçaria que o tempo apaga e gasta.

E a morte vem por fim tanta vez, sem que ele tenha regressado, para voltar a ouvir os sinos da sua igreja, ou os rouxinoes do açude da sua aldeia, para tornar a estender

o olhar, entristecido e nostálgico, pelos poentes que se espreguiçam longamente sôbre as cumeadas das serras, ou se desfazem em ouro fulgurante sôbre o mar deste admirável Portugal...

Mas a Roça ficou feita, a casinha construiu-se, no terreiro pôs-se o sino que chama os serviçais para a forma e afinal os filhos ficam agarrados a ela, porque a Roça e a casa são tôda a sua fartura...

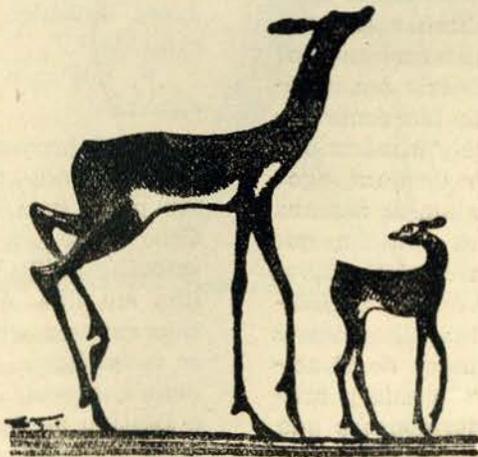
A terra que êsse português regou com as suas lágrimas e com o seu suor, que trabalhou com tanto amor, onde sofreu, onde amou, onde viveu, ficou, no fim de contas, à custa do seu esforço, portuguesa pela civilização como já o era de direito e pela conquista.

Assim se fez o Brasil, pelo mesmo processo se ergueu S. Tomé — a ilha querida, onde eu deixei a minha mocidade, onde aprendi a vida, onde apalpei a beleza da nossa História de Além-Mar e onde nasceu esta saudade ultramarina, que, no meu coração perpetuamente se queixa, como eu lá tanta vez ouvi queixar-se, na orla dos obós ou por entre os cacoeiros, rutilante na côr mas melancólico na alma, o triste e solitário ossobó.

Pascoa de 1936.

Lisbôa

Inscrição inventada



Palavras sobre Cabo Verde

Para serem lidas no Brasil

Por OSÓRIO DE OLIVEIRA

Escritor e jornalista

(ESPECIAL)

N



AO quero falar da paisagem de Cabo Verde. Conheço o interior de Sant'Iago mas nunca vi a Brava, o Fôgo, o interior de São Nicolau ou de Santo Antão, precisamente os pontos onde não é tão trágica a nudez da paisagem. Antes queria que fôsse mais suave a minha visão dessa terra, mas tiro alguma vantagem de ter sempre presente o quadro dramático da natureza na ilha de São Vicente, para não falar do que rodeia a Cidade de Praia, das ilhas de areia que são o Maio, a Boa-Vista e o Sal, e do aspecto terrível das costas rochosas de São Nicolau e de Santo Antão. Como o contraste entre a agressividade do solo e a doçura da população é maior em São Vicente do que em nenhum outro ponto do arquipélago, posso admirar mais profundamente a alma crioula. O caboverdiano — já o escrevi — é, sem dúvida, a grande, a única riqueza de Cabo Verde. E se a natureza ingrata, à força de o perseguir, lhe tira as qualidades mais apreciadas no mundo pragmático de hoje, não pensem os homens do progresso que o caboverdiano lhes é inferior. O homem dessas ilhas tão cruelmente tratadas pelo Destino tem todas as virtudes da inteligência, do sentimento e da sensibilidade.

A percentagem de analfabetos, muito inferior à das populações metropolitanas, chega a ser insignificante, quasi inexistente mesmo. A sede de aprender é extraordinária nos caboverdianos. Nenhum espectáculo tão comovente como uma escola de instrução primária que vi numa povoação do interior de Sant'Iago. Numa casa acanhada comprimiam-se dezenas de crianças descalças e mal vestidas, que muitas vezes não comiam o necessário, filhas de gente quasi miserável duma terra periodicamente flagelada pela séca. Nos olhos desses crianças havia, porém, uma chama de vivacidade intelectual que iluminava a sala pobríssima da aula. O professor informou-nos que, se mais pudesse receber, mais alunos teria,

pois o caboverdiano pode não ter de comer mas nunca deixa de estudar por sua vontade. E note-se que o habitante de Sant'Iago é o de menor desenvolvimento intelectual, por ser mais puramente africano por ser menor nessa ilha a obra de miscigenação, por aí ainda influir o "éthos" da África negra.

Moralmente, o caboverdiano é movido pelos seus sentimentos afectivos de grande amorosidade pela mulher, pela família e pela terra. Mesmo quando emigra nunca esquece as suas ilhas, e elas voltando sempre que pode, embora esse regresso represente também a volta à vida sem conforto. A sua personalidade emotiva não permite que se torne, nos Estados Unidos, um norte-americano. Nessa personalidade está o segredo da resistencia da sua alma, mas no que faz a sua virtude vamos encontrar o motivo da sua fraqueza. Amoroso como é, e duma amorosidade ao mesmo tempo sensual e lírica, o caboverdiano tem uma grande doçura de temperamento. Ora essa doçura faz d'ele um nostálgico, um melancólico e um resignado. Resignação é a palavra que define a sua atitude, a enérgica reacção dos fortes e a persistencia tenaz no esforço necessário.

Um dos novos poetas de Cabo Verde, Manuel Lopes, num poema cruciante em que evoca o Mundo que, isolado no meio do Oceano, os seus olhos "sorvem nos jornais e revistas atrasadas", depois de descrever o tumulto das cidades dinâmicas, trepidantes, diz melancolicamente:

"— que aqui nada disto existe: é tudo resignação".

Mas é, precisamente, essa resignação que os caboverdianos cultos precisam de combater no seu povo. Bem sei que a luta do homem de Cabo Verde com a inclemencia do clima é um trabalho de Sisifo. Mas se eu pudesse, iria de ilha em ilha, de povoação em povoação, de casa em casa, dizer aos caboverdianos que não se resignassem. Há muitas coisas que eles podiam conseguir se, em vez de se curvarem sob o Destino implacavel, gritassem a sua vontade desesperada de viver.

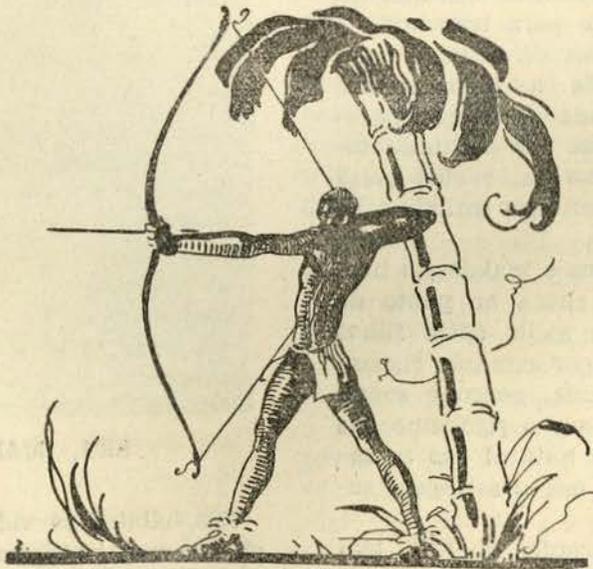
Falei dum jovem poeta de Cabo Verde. Quero dizer aos brasileiros que escutarem estas palavras que em Cabo Verde existe um grupo de poetas e de prosadores que só por si justifica toda a simpatia por aquelas ilhas perdidas no Atlântico. Porque quero dizer isso especialmente aos brasileiros? O alto nível mental dos caboverdianos é, há muito, uma das maiores provas da excelência da colonização portuguesa e da nossa capacidade civilizadora. Mas os caboverdianos, até há pouco, se tinham talento literário aproveitavam-no cantando a Itália, como Henrique de Vasconcelos, que foi um artista da prosa, sem se importarem com a tragédia do seu povo e a alma da sua terra. Hoje, para sua desgraça pessoal mas para bem de Cabo Verde e sua glória de escritores, residem nas ilhas alguns rapazes de talento. Modestos funcionários ou empregados, não podem vir para Portugal como os homens felizes das outras gerações. Outra felicidade maior que o gôso da existência encontram, por isso, na descoberta da sua própria terra. As suas obras terão, por isso, outro valor, outro sentido humano muito mais alto que as de todos os outros literatos caboverdianos, se exceptuarmos o poeta de língua crioula Eugénio Tavares.

Mas não foi só por viverem no arquipélago que esses novos literatos descobriram a sua terra e a cantam com tanta liberdade de

ritmos e de expressões e com tão profunda humanidade. Os caboverdianos precisavam dum exemplo que a literatura de Portugal não lhes podia dar mas que o Brasil lhes forneceu. As afinidades existentes entre Cabo Verde e os estados do Nordeste do Brasil predispunham os caboverdianos para compreender, sentir e amar a nova literatura brasileira. Encontrando exemplos a seguir na poesia e nos romances modernos do Brasil, sentindo-se apoiados, na análise do seu caso, pelos novos ensaístas brasileiros, os caboverdianos descobriram o seu caminho. Um grupo se formou com o nome de "Claridade", tendo por emblema um mastro de sinais, o mastro do fortim de São Vicente, com as bandeiras que querem dizer: "demanda o pôrto". Tenho a firme certeza de que esse grupo de jovens, com a sua revista e os seus livros, hão-de entrar no pôrto trazendo a sua mensagem. Que os brasileiros a recebam como se irmãos seus a subscrevessem, porque como irmãos os consideram os caboverdianos. E que nós, portugueses do Continente, saibamos vêr nesse entendimento de brasileiros e de caboverdianos a melhor prova da universalidade da nossa acção espiritual, nossa glória eterna.

Lisbôa, 29 de Março de 1936.

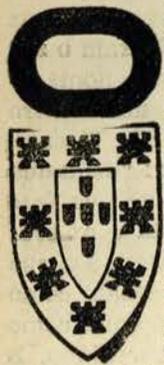
Orosio de Oliveira.



Os homens dos bosques e a ~~~~~ ~~~~~ Civilização Primitiva

CONTINUAÇÃO DA PAG. N.º 31

Por **MARIA ARCHER**
Escritora e jornalista



O totem é hereditário em linha materna, e nalguns raros casos, paterna. Usualmente herda-se na linha materna, como outra qualquer sucessão entre os primitivos. Deste preceito resulta que, irmão e irmã, filho e mãe, não podem encontrar-se em entendimentos amorosos, porque pertencem ao mesmo totem, mas que as filhas não são tabu para o pai, oriundo dum totem diferente. Pode filiar-se este princípio nos primitivos usos da horda antropeide, em que o varão da tribo se apropriava de todas as fêmeas nascidas nela, e dela expulsava os filhos, como concorrentes ao amor. A hereditariedade materna do totem parece querer marcar em costume consagrado os direitos antigos do pai, e a usual eliminação dos concorrentes, filhos. A hereditariedade materna é ainda existente em todos os povos selvagens, extensiva a todos os bens e poderes, e por este atavismo se pode vincular ao sistema totémico a organização social dos negros, que continua baseada na transmissão materna, até para transmitir o trono ou as forças ocultas da feitiçaria. Os negros chamam pai e mãe a todos os tios, como os australianos ainda praticam, sobrevivência do tempo em que os costumes totémicos consignavam como pai e mãe todos aquêles que o poderiam ser, sem infligir a liturgia da raça.

Entre os povos polinésios e malaio, o horror totémico ao incesto chega ao ponto de coibir o trato familiar e social entre filhos adultos e mãe e irmãs, e por extensão curiosa entre cunhado e cunhada, genro e sogra. Aventam alguns autores que o rigorismo das proibições corresponde ao natural das tentações, e á facilidade com que o selvagem succumbe ao que o tenta.

Zulú, e povos das nascentes do Nilo, têm os mesmos rigorosos tabús referentes ao impedimento de relações familiares proibitivos de possíveis crimes.

Wundt, em "Mythus and Religions", diz que o tabú representa o mais antigo sistema re-

pressivo de humanidade fundido em moldes dogmáticos, terríveis e religiosos, para aterrar o transgressor possível, permitindo assim que coexistisse o direito a par da capacidade voraz do mais forte. O tabú sobre as uniões consanguíneas, e exogamia sequente, estabelecendo a hereditariedade na linha materna, para dar ao pai direitos de excepção, explica-se pela seguinte hipótese de Darwin:



SRA. MARIA ARCHER

Nos hábitos da vida dos animais selvagens observam-se usos curiosos, sendo expulso ou morto pelos irmãos, filhos e netos, o velho chefe que pretende conservar o domínio exclusivo do harem familiar. Banidos, erram pela floresta e a savana, ferozes e isolados atacados pelos da sua raça quando preten-

dem reingressar na manada. Depois, quando no bando coexistem vários machos fortes e experientes por igual, a manada separa-se, porque as lutas pela supremacia dilaceram-na, e o macho mais forte abate os rivais, ou a reunião dos rivais expulsa ou abate o chefe.

Observando os macacos superiores, os próprios gorilas, que vivem em hordas onde só um macho adulto se vê, concluiu Darwin que os homens viveram primitivamente em pequenos grupos, nos quais o ciúme do varão mais idoso e mais forte — o pai — impedia a promiscuidade sexual. Remontando o curso do tempo, o mais recuado possível, nós avaliamos os primitivos hábitos humanos pelo que actualmente existe nos animais sociais mais elevados, e chegamos á conclusão de admitir como provável que os homens vivessem semelhantemente, em pequenas sociedades, cada homem possuindo as mulheres que podia guardar e defender dos outros. Os filhos adultos, concorrentes do pai, eram expulsos, da horda. Esses irmãos expulsos, para conseguirem família, raptavam mulheres, em hordas distantes. Sendo provavelmente os irmãos iguais em força e poder, respeitavam os direitos recíprocos, não se apropriavam das mulheres dos outros, raptando-as só nas hordas inimigas, e observavam rigorosamente o respeito mútuo, como base da aliança e pacto de defesa que os ligava contra os ataques do pai. Com a repetição, pelos tempos fóra, destas condições, fizeram delas regras, que se elevaram até ao grau de lei consciente.

Da proibição de entendimentos amorosos entre consanguíneos do mesmo clan, passou-se, quando o totemismo surgiu, á proibição tabú para os herdeiros do mesmo totem.

A admitir-se a hipótese de Darwin, pode considerar-se a exogamia como a lei inicial do dinamismo que permitiu a civilização humana. A exogamia dessa paz entre a horda, o totemismo a paz entre os clans. Le Dautec supõe que os homens formaram a tribo, com a sua organização patriarcal abrangendo os lares de variadas famílias, pela necessidade que o varão da horda sentiu de se defender dos ataques das forças reunidas de hordas de irmãos, sem mulheres, e pretendendo roubá-las. O pai transigiu em conceder direitos aos filhos para obter aliados.

O rapto das Sabinas, mito da história de Roma, conserva a tradição destes usos pre-históricos.

Entre muitos povos selvagens a lei exogâmica é cumprida com monogamia, na actualidade. Os boximanes e negritos são rigorosamente monógamos.

Os negros, como as raças que se civilizam, passaram á poligamia. Parece que as migrações e conquistas de territórios ocupados por povos inferiores, levaram os povos migratórios a apropriarem-se das mulheres das raças vencidas, que nenhum tabú defendia. A poligamia nasceu dêsse harem de escravas, e mantém-se entre os negros o costume da primeira mulher ser a principal, tendo as outras carácter secundário. Possivelmente mostra êste uso a persistência de idéa da superioridade étnica da primeira mulher, aquela que veio com o homem, e á raça dêle pertencia.

Entre os europeus existe, perfeitamente arreigado, o respeito pela esposa, única mulher que se distingue.

E' natural que seja explicada a mais corrente hipótese de introdução do totemismo, tão importante lei da humanidade primitiva.

Os povos Arunta da Austrália Central, não compreendem a razão inicial da concepção da mulher. O tempo decorrido entre o momento da concepção e aquêle em que a mulher sente os primeiros sintomas de maternidade, separam para êles êstes fenómenos de qualquer ligação possível, e tornam a concepção um mistério em que o pai não tem interferência.

Será esta idéa outra razão para os primitivos basearem a hereditariedade na linha materna?

Quando a mulher Arunta sente os primeiros movimentos do nascituro, julga que se está introduzindo nela um espírito aspirando á ressurreição. O objecto, a planta, ou o animal, que ocupavam a sua mente, nêsse momento revelador da maternidade embrionária, é o que ela considera o tótem do filho em formação. E' possível que êste sistema totémico, individual, diferente dos outros australianos, seja a primitiva forma do totemismo, que posteriormente outros povos desenvolveram.

O totemismo será, pois, uma efabulação da alma femenina, e da sua superexcitação na época criadora das vidas novas. O que impressiona a imaginação da mulher no momento em que se sente mãe, e que julga ser o momento concepcionista, identifica-o com o nasciturno. Persistem, mesmo nos actuais povos civilizados, nos Arianos, crenças relativas aos desejos que a mãe manifesta no período da gestação, aos possíveis perigos de comocões que a impressionem, e que influenciam a formação da criança. A velha alma humana tem as raízes em tam profundas camadas de barbarie, que quási atingem a animalidade!

O homem, quando se convence da identidade com qualquer objecto, animal, ou plan-

ta, ligados ao seu nascimento, passa naturalmente a respeitá-los, e não mais os destroi.

O ilustre explorador da Lunda, África Central, general Dias de Carvalho, escrevendo em 1890, conta estes autenticos casos de totemismo, e tira estas conclusões do estudo da lingua dos lundas:

"E' de crer, sem duvida, que os primeiros povos tivessem adoptado um vocábulo que os distinguisse dos animais, de quem tomavam os nomes, por qualquer analogia, para batismo da sua prole, batismo que elles classificam pelas suas entradas na tribu, e depois no Estado, como caçadores ou guerreiros."

"Na côrte do Muatianvua tive occasião de ver que o nome de um animal dado a um homem, não é imposto ao acaso, e representada no Estado uma categoria. O "lobo", por exemplo, considerando-se como tal, torna-se protector dos lobos seus semelhantes, afasta-os das armadilhas, e qualquer caçador, ao seu lado, não aponta a arma para eles!

Perante os chefes, o "lobo" não fala, mas imita o animal, com o olhar desconfiado, movimentos, gritos, modo de acometer, etc. Cumprimenta com sons cavernosos e guturais, olhando baixo para os lados, etc., procurando dar ao rosto a expressão do animal que representa.

Como o lobo, o leão, a corça, o cavalo marinho, o cão, etc., teem representantes.

De noite, estes homens — animais gritam, para afastar os inimigos dos chefes. Nas danças, põem caudas, para imitar os animais semelhantes."

Os pouquíssimos dados que tenho sobre boximanes e negritos, não me permitem conhecê-los, como aos australianos, muito estudados. O sistema totémico inclue o reforçamento da união do tótem com a tribu tutelada. Em reuniões tribais, com cantos e danças, executam a violação do tabú sagrado, devoram o tótem, para o integrar na raça. Nesses festins violam o tabú do incesto, realizando tôdas as uniões proibidas.

Ignoro se as danças e corais dos boximanes têm ligação com o culto do Ngo. Os australianos, nos festins da liturgia totémica, dançam e cantam, bailados e coros que representam a voz e movimentos do tótem. Os negros, nos batuques dos óbitos, excedem todos os preceitos proibitivos do adultério. Os negros pastores executam bailados em que mimam os movimentos do boi-soba, ao qual prestam culto. Os boximanes têm danças e corais misteriosos, cujo significado é desconhecido.

Podem ligar-se ao totemismo os batuques negros. Mas persiste o incógnito sobre a bárbara festa boximane, que o explorador do

Cubango dr. Armando Simões, recentemente chegado, surpreendeu, mas não desvendou.

*
* *

Atribue-se ao festim totémico, ao seu ritual de sacrificio do tótem-deus, a origem primeva do antigo rito de sacrificar aos deuses. Os mais antigos sacrificios cumpriam-se com animais. Mais tarde o sangue, depois o vinho, serviam de homenagem sagrada. Frazer diz, e julgo bem, que a comunhão cristã absorveu e assimilou um sacramento muito mais antigo que o cristianismo. Na hóstia consagrada, consumida no sacrificio do altar, está a carne e o sangue de Cristo, que remiu os homens dando-se em holocausto a Deus. O sacerdote comuga consagrando a hostia e o vinho. Foi o vinho chamado "sangue da vinha", numa evidente sobrevivência linguística da época em que elle substituiu o sangue, nos sacrificios pagãos.

A Biblia está recheada de cenas de sacrificio aos deuses, com liturgia minuciosa, em que a carne abatida era consumida conforme regras prescritas.

Será sobrevivência do festim totémico, ou do sacrificio de animais que lhe seguiu, o uso dos negros abaterem animais domesticos, bois principalmente, apenas em festins solenes do clan?

Robertson Smith mostra que o sacrificio de vítimas sobre a pedra de ara, constituia a parte essencial do ritual das antigas religiões de que há noticia. Ofereciam aos deuses cousas de comer e beber, sendo os vegetais considerados somente como tributo propiciatório da agricultura. A carne sacrificada, consumida pelos adoradores, era a forma de partilharem a essência do seu deus, ou de se alimentarem da mesma substância que elle. O sangue das vítimas era consumido na fogueira.

Nos negros do interior de Mossâmedes, os mucubais, povos pastores, encontro curiosissimos costumes da adoração do boi, e que envolvem o sacrificio final desse deus-tótem.

Têm nos rebanhos bois pretos, a que chamam bois-sobas, tratados com desvelos, recebendo uma espécie de culto. Nunca são vendidos, nem abatidos, mesmo nas grandes fomes. Atribuem-lhes as alegrias e desgostos da vida, e como aos ídolos, poupam-nos ás iras dos dissabores. Quando os donos morrem, esses bois são sacrificados, cortando-lhes os tendões dos membros. O animal morre dias depois, com sofrimento horrível, gemendo até morrer, chorando o dono, dizem os negros.

Arrancam a pele dêsse boi-soba, envolvem nela o cadáver do dono, e abrem a sepultura no curral. Envolto na pele do tótem, o negro fica sentado na cova, sob a terra que o rebanho continuará a pisar. A todo o recém-nascido oferecem um vitelo preto, que será o portador do seu destino. Se a criança adoecer, e precisa de amputações, é no boi-soba que as realisam, cortando-lhes o que a criança precisa cortar. Se por milagre a criança se salva, consta o prodígio, e o boi é festejado e adorado.

OS AUSTRALIANOS. QUANDO OS POSSUEM, TAMBEM APRECIAM COBRIREM-SE COM AS PELES DOS TÓTEMES

O boi é o pretexto para os seus cantos e danças. Cantando, os mucubais revelam a história detalhada dos seus bois. Cantando, vão dizendo como é bela a sua pelagem, como são os seus defeitos e manias, quais os episódios que lhes têm sucedido. Dançando, procuram dar, aos braços erguidos, a configuração das hastes dos bois, e saltam imitando a pesada desarmonia dos seus saltos.

OS AUSTRALIANOS, NAS DANÇAS RITUAIS DO TOTEMISMO, TAMBÉM IMITAM OS MOVIMENTOS DO TÓTEM

Não será o culto do boi uma forma de totemismo entre os negros? Mas como é facto notado que a domesticidade dos animais coincide com a transformação do sistema totémico para a era mitológica dos heróis e deuses, será este aspecto do totemismo a transição entre ambos? Não parece conjugarem-se neste rito formalidades de totemismo sobrevivente em animais domesticos, e já ligadas com o sacrificio do sangue?

Com a progressiva desmaterialização dos deuses, o sacrificio deixou de ter a forma de alimento, consagrando-se com sangue. Mais tarde, os gregos e romanos sacrificavam com vinho. Nos árabes da actualidade, e em todos os povos da religião mosaica ou mahometana, não abatem bois sem oferta do sangue ao seu deus, com ritual de sacrificio. Os gregos e egípcios adoraram bois. Os hindús actuais têm búfalos sagrados.

*
*
*

Os negros ainda formam a organização social com base na tribo, sendo o clan solidario

em todos os actos e hereditário pela linha materna. O clan é responsável pelos crimes dos seus membros. Onde a autoridade europeia não impede os bárbaros usos, familias inteiras são escravizadas a outras, como indemnização por dívidas, crimes ou feitiços, praticados por qualquer homem do clan. Sòmente uma profunda crença era comunidade do sangue, e a ligação dessa crença a principio divino, como a identidade tribal com o tótem-deus, terá conseguido manter o sentimento unitário do clan através das gerações, embora diluido esse principio totémico em novas formas religiosas. O totemismo tem principios religiosos, que residem no tótem, e principios sociais, dos quais o mais importante é, na frase de Frazer, a exogamia, êsse enigmático corolário do totemismo. Os negros não são exogâmicos, nem tem nomenclaturas totémicas. Só fases parciais e fragmentadas dêsse sistema apparecem nêles, que foram galvanizados por grandes impulsos civilizadores.

Os povos da Oceânia e da América têm idénticas organizações de unidade tribal. Entre os europeus subsiste ainda o respeito pelo nome de familia, e "os primos dos nossos primos são nossos primos tambem" é frase que demonstra o preconceito do sangue mantendo-se na forma tribal na sociedade civilizada. Nos boximanes é mistério tudo o que se refere ao dinamismo da sua vida.

A mulher negra não come com o marido, e os filhos só depois de adultos comem com o pai. Nalguns povos da Oceânia os filhos, nunca podem comer com os pais. E' possível que a mulher negra não coma com o homem em cumprimento do preceito totémico que proíbe comerem juntas pessoas de tótem diferente. Comer em comum estabelece fraternidade, que nos remotos tempos só entre pessoas do mesmo tótem existia. Os árabes actuais, salteadores do deserto, respeitam o hóspede que comer com êles. Os supercivilizados europeus é no ritual da meza que reúnem os mais íntimos amigos, e são exigentes em requintes, evidente sobrevivência dum culto e seus tabús, fazendo esquecer a deselegância da reunião de gente mastigando.

Outro possível sintoma de totemismo nos negros, embora doutra forma de totemismo, encontro-o nos cuanhamas. O adultério da mulher, praticado com homem da sua raça, é remível a multa de bois paga pelo cúmplice, e não tem importância maior. Mas se o adultério é praticado com homens de raça diferente, a mulher é expulsa da tribo, e algumas vezes assassinada. Ora os Aruntas, povos da Austrália Central, praticantes do totemis-

mo, usando denominações totémicas, não são exogâmicos, realizando os casamentos na raça, por meio de classes matrimoniais, e punindo as ligações da mulher com homens de raça diferente. E' também admissível que este preceito matrimonial seja apenas defesa étnica e social dos cruzamentos com boximanes, raça inferior, desprezada com a maior arrogância, vizinhando com a terra cuanha-ma. Ignoro se a consciência moral dos negros estará elevada ao ponto de poder organizar princípios sociais de previdência, com base no raciocínio.

O totemismo cumpre-se observando os tabús, com proibições relativas a comestíveis, liberdade de movimentos e comunicações. Nalguns casos as restrições tabús são acessíveis á razão; noutros parecem incompreensíveis. O atavismo faz persistir em nós, na nossa civilização, o tabú selvagem, sendo os códigos da honra mundana, do bom-tom, da moral convencional, apenas tabús sem lógica, vassados pelo raciocínio. Quando consideramos que tais palavras, pensamentos e obras não ficam bem — ao rei, ao juiz, ao padre, á mulher, ao militar, obedecemos ainda a prescrições ancestrais do código tabú.

O tabú primitivo é imensamente temido, castiga e restringe automaticamente, como os choques da pilha electrica. E' tam receiado, que não controlam a sua eficácia e poder. Reis, chefes, padres, são tabús, e teem poderes tabús. Por isso os cercam de ceremonial, impedindo o contacto dêles com o povo, não como defesa para os grandes, mas para proteger o povo dos malefícios da perigosa santidade dêsses grandes.

Provem do tabú dos reis primitivos o ceremonial cortezão, atávicamente persistente nas nossas côrtes reais. E' provável que nascesse da necessidade de defender os reis da vingança dos súbditos oprimidos, e que com o tempo se deformasse na defesa do povo, cada vez mais distante e apoucado em face da crescente santidade temível dos reis endeusados, tornados em verdadeiras divindades na terra.

Entre nós, Arianos, subsiste ainda um deus terrestre, o pápa, dotado de poderes espirituais temíveis, presença sagrada, e que dispõe das forças da excomunhão, da benção, da absolvição. Consideram-no infalível. Tocarlhe violentamente, seria sacrilégio.

Vejam os terrível efeito do tabú violado, actual.

Um chefe da Nova Zelandia deixou cair na rua frutos da sua refeição. Passou um escravo, e comeu-os. Quando o escravo soube da

proveniência dos frutos, sentiu logo fortísimos ataques, e morreu entre dores e convulsões!!

Na Lunda, África Central, o potentado Muatianvua come ainda resguardado por uma barraca de pano. Em redor estacionam os chefes. Através da abertura da barraca o potentado reparte da refeição com os seus afeiçoados. Mas aquêlê que comeu dessa comida sagrada, tabú, isola-se num recinto consagrado, e deixa mesmo de falar, comunicando por gestos, durando um certo tempo, interdição que o salva das perigosas consequências dessa amabilidade do Muatianvua!! Olhar para a comida do Muatianvua, pode ser, actualmente culpa punida de morte!

Não perdôa o crime a intenção não criminosa. O tabú vingá-se, e castiga, automaticamente, a violação. Os gregos, com o seu mito de Oedipo, dão-nos um exemplo da aceitação fatal da categoria crime, mesmo sem intenção criminosa, como os primitivos entendem. O crime de Oedipo, praticado por ignorância e impellido por força fatal mais forte que a vontade, é crime para os gregos e nós ainda sentimos que é crime! — E' este criterio que serve aos primitivos para aplicar a outros casos, que consideram tabús.

Não admira que se isolem do povo reis e chefes de tão temíveis tabús. Os cortesãos dispõem de tabús de segunda ordem, e estão imunizados contra a perigosa proximidade dos reis. Êsses tabús inferiores não são prejudiciais ao contacto para o povo. De forma, que os cortesãos organizaram belamente a vida. E' também sobrevivência que se conserva em todo o seu esplendor.

Os reis primitivos tinham poderes de deuses e atribuições divinas. Como exemplo do ceremonial tabú dum rei-deus, prisioneiro da sua própria santidade, esmagado por ela, o Mikado antigo do Japão oferecia êste assombroso quadro, velho de cem anos apenas:

A dignidade sagrada do Mikado era incompatível com o contacto da terra — fazia-se transportar ás costas dos cortesãos. O ar, a luz, o sol, roubavam o esplendor da sua pessoa — vivia fechado. Os restos da sua pele, unhas, cabelo, etc., eram sagrados, e nem mesmo devia ser lavado! Para não se cobrir de imundície, lavavam-no de noute, simulando ele dormir e ignorar o roubo feito ao seu corpo divino. Por dever de rei-deus devia estar muitas horas, cada dia, sentado no trono, sem mexer braços, pernas, cabeça ou olhos, pousando o olhar sucessivamente, e por tempo determinado, em tôdas as direcções do seu

império. Qualquer movimento desse rei-deus, indicando menos cuidado, traria guerra, fome, ou peste, á porção do Império que fôsse tratada com tamanha desatenção!

Reis prisioneiros de tão terríveis deveres, pagavam dolorosamente o culto dos idólatras! A dignidade rial, cercada destas restrições, traz em si o castigo do regime de excepção que lhe permitem. O ideal puro da justiça parece não consentir que os homens atinjam supremacias, sem resgatá-las!

Entre os roupanos, o grande sacerdote de Júpiter cumpria varios tabús. Era obrigado a usar a cabeça coberta a enterrar em sagrado os restos dos cabelos e unhas, a não tocar em mortos, a não montar a cavallo, a não ver homem armado, a não usar nós na túnica ou manto, a trazer um anel partido, etc., a não comer fermentos, a não falar em carne crua, a não nomear cão, cabra, lebre, etc.!

Em Angola, todos os reis negros cumprem tabús. Por exemplo, os de Cabinda não podem ver o mar, não podem ser eleitos tendo visto sangue humano, etc. Na época da iniciação dos mancebos do seu povo, isolam-se no interior da libata, sem convívio com as suas mulheres, etc.

Na Guiné há um rei negro que é obrigado a não sair de certa floresta, a dormir sentado, a olhar sempre para o lado de onde sopra o vento (sem o que o vento pararia) a não assoprar o fogo (o que provocaria incêndios) a não ver lagoas ou rios, (o que causaria naufrágios) a não ver sangue (o que causaria guerras, etc.).

Certos países selvagens, muito carregados de tabús, os reis, teem visto extinguirem-se as monarquias, como aconteceu em Nine, na Oceânia, por nenhum chefe querer aceitar o trono. Ha tribus onde o conselho secreto elege o rei, e depois caçam-no amarram-no, até que êle se decida a ser sagrado rei!

Os antigos reis da Irlanda tinham um autêntico código de tabús, proibindo entrar em certos castelos em tal dia da semana, passar pontes e rios a certas horas, acampar na caça mais de nove dias, etc.

Em Inglaterra, ainda os Stuarts possuíam fôrças divinas, atavismos de deuses, curativos das escrôfulas! Carlos II, contemporaneo do nosso D. João IV, curou pelo toque das mãos mais de cem mil escrofulosos!

Parece ter um carácter geral, comum á humanidade numa determinada altura da sua evolução, a tendência a divinizar os reis, atâvicamente vinda até aos nossos reis de direito divino. O primitivo acatamento e terror

do pai, na horda antropeide, derivou no culto totémico, amor pelo tótem, considerado antepassado da raça. Transpôsto êsse amor para os deuses, adoraram os sacerdotes-reis, e, mais tarde, os reis divinizados.

O ceremonial da côrte, com as restrições tabús, gerais e persistentes nos povos civilizados, e selvagens, conhecidas desde a antiguidade remota, universalizam o sistema totémico, origem do código tabú, em época antiga comum a todos os homens.

*
* *
*

O nome, que nós, europeus, tanto prezamos, é tido pelos povos selvagens em estima supersticiosa. O nome de família demarca clans entre os europeus, restos talvez de crenças totémicas. Os negros têm geralmente dois nomes, um dêles secreto. Entre as cultas raças brancas existe ainda "o nome de casa", diminutivo de uso familiar. O nome, parte integrante da personalidade do selvagem, conserva-se secreto, para que a sua posse não dê aos inimigos faculdades de prejudicar o nomeado!

Os australianos consideram o nome, recebido, na época da puberdade, como a propriedade mais pessoal de cada homem. Os índios americanos também têm nomes secretos, e alguns variam o nome usado publicamente, quando morre qualquer membro da tribo que tenha usado nome igual. Não são conhecidos os usos dos boximanes sobre o tabú do nome.

Os tabús dos negros, e outros selvagens, referem-se a todos os actos da vida. No interior de Angola, na Lunda, a mulher principal de cada homem vive isolada, durante a época das caçadas, sem de qualquer forma ser infiel ao marido ausente, nem mesmo por pensamentos. A infidelidade, mesmo mental, dessa mulher, traz infelicidade ao marido no mister de caçador, e passará ao lado da caça sem a vêr, etc. Se a imperícia venatória do homem se repetir, a mulher será morta, por culpabilidade provada!

Os índios do norte, e os australianos, creem que os riscos que o filho possa fazer na terra enquanto o pai caça, causam a perca do pai na floresta, etc.

O horror e temor do morto é geral nos primitivos. Consideram a alma um demónio pretendendo reincarnar. Tocar num morto, ou matar, tornam o homem impuro. Fazem preces de contricção perante os inimigos mortos. Os guerreiros, e os assassinos ocasionais, são impuros, e cumprem cerimoniaes de expiação,

pela violação do tabú que proíbe matar. Os negros creem que o assassino enlouquece, se reingressar na tribo sem o feiticeiro o purificar. Nos casos de guerra em que o branco comanda, a violação do tabú é culpa dos brancos, e o negro não se sente incriminado. O branco é personagem poderosa, que se entende com os poderes ocultos!

Nos antigos tempos, os cercados das sanzalas guarneciam-se de crâneos humanos. Não era ostentação da crueldade, ou poder e valentia, da tribo. Era homenagem prestada aos inimigos mortos, macabra forma de pedir perdão!

Os negros apaziguam as almas dos mortos, culpando de morte qualquer membro do clan. A morte é sempre atribuída a feitiço, e o incriminado de feiticeiro expia o crime com pesada multa, e algumas vezes dá um filho á família enlutada, para tomar o nome do morto. Os coveiros ficam impuros pelo contacto com o cadaver, e purificam-se após o enterro, cerimonia semelhante á que executam os polinésios e malaios. Não sei como procedem os australianos com os seus mortos. Os boximanes não os enterram. Entre os europeus adquire carácter repulsivo tudo o que toca nos mortos. Em Trás-os-Montes, observei o curioso uso rural de colocarem nas encruzilhadas as tigelas de barro contendo a água servida da lavagem dos cadáveres! Os negros Amboins partem as tigelas de barro usadas para a lavagem dos mortos. Os sentimentos de repulsa pelo corpo morto, e de homenagem á sua memoria, são comuns a tôdas as raças, e a civilização nada modificou nêles.

*
* *
*

Sem a mais ligeira pretensão a cientista, fiz um resumo ligeiro dos hábitos dos povos primitivos, universalizados alguns, persistentes outros através das civilizações e eras, reconhecíveis tantos na milenária essência ancestral, deformados quasi todos por ruínas de raças, estágios de humanidade, evolução e cultura da mente do homem.

E' interessante acentuar, que o temor e respeito pelo pai primitivo, não impediu os filhos expulsos da horda de o matarem, para se apropriarem das mulheres sua pertença. Esta luta deve ter continuado por gerações seculares. A sociedade organizada por clans totémicos, com hereditariedade materna, parece ser a imagem daquela que se formou com a horda dos irmãos assassinos do pai, todos iguais em poder, provenientes dum antepas-

sado comum — o pai — transformado em deus-tótem. Para que a sociedade dos irmãos se não exterminasse em lutas, vieram as proibições tabús, as venerações tabús. O festim totémico, com a morte ritual, sacrificio, do animal-tótem, parece simbolizar o antigo crime e expiação da morte violenta do pai, cometida em comum pela horda dos irmãos, que se arrependem, o que permitiu organizar-se a sociedade em bases novas; crime comum, que se memora em comunidade tribal, devorando o tótem toda a tribo reunida, em festa religiosa. O sacrificio de animais domésticos, em homenagem aos deuses, liga-se ao totemismo, em que o animal sacrificado é sempre aquêlle que é venerado, às vezes mesmo com culto deífico, divindade-animal, que os homens devoram julgando integrar no corpo o seu deus. Na comunhão cristã, sacrificio que se seguiu ao ritual bíblico, os crentes absorvem o seu Deus, concretizando na hóstia sagrada a carne e sangue de Cristo — Pai — e — Deus —! O sacramento da eucaristia vem subindo até nós dos abismos mais fundos do passado, é sagrado pelos séculos, que viram sempre na alma humana êsse mesmo culto expiatório. A Bíblia funda o começo da sociedade humana num grande crime contra Deus-Pai, o pecado original, que o homem cometeu, por culpa da mulher, apropriando-se de pertença de Deus. O totemismo parece fundado num grande crime, a morte do pai todo poderoso, por desejo da posse das mulheres sua pertença.

Freud nota no mito, de Oedipo a realização dos dois grandes pecados totémicos — a morte do antepassado (pai, antepassado, tótem. são idênticos no totemismo) e o incêsto. A morte do pai cioso e incêsto sequente, são casos correntes nas hordas contemporâneas dos animais selvagens. E' portanto baseada a observação de Frazer, em corresponderem as grandes proibições tabús aos desejos mais frequentes dos primitivos. Os crimes de Oedipo, cometidos sem intenção criminosa, são do mesmo modo horribéis aos olhos dos antigos gregos. Na nossa sociedade civilizada persistem os grandes horrores totémicos — o parricídio, o sacrilégio, o incêsto! como os crimes maiores.

Por tôda a face da terra, por todos os prismas da carne, e da alma, se encontram vestígios dum remoto passado bárbaro, que ostentam integral, nos nossos dias, povos petrificados nos ritmos da prehistória. Vulgarizando alguns dêsses aspectos, é meu único intuito contribuir para despertar o gosto dêstes estudos em quem possa carrear materiais para êles.

Os boximanes estão ainda ignorados nas profundas camadas de sua vida psíquica e social. e

todos os dados que os revelem têm extraordinário poder de empolgar. Sendo possível provar a identidade social deste povo com os australianos e negritos, resolver-se-ia um dos mais apaixonantes temas etnológicos, e englobar-se-ia esta primitiva raça africana na grande maternidade asiática.

Mitos e religiões não são construção da fantasia de alguém, mas edificações grandiosas que se alicerçam nas crenças mais íntimas da alma, nos sombrios abismos do passado. O mito do par inicial da humanidade, o mito do dilúvio e dos sobreviventes dêle, devem significar a antiga crença ancestral na origem simultânea e vizinha das raças humanas.

Migrações sucessivas derramaram pelo mundo os povos nascidos no mesmo continente, motivadas por ignorados cataclismos, arrastando consigo e fixando em desvairados países, as tradições e usos comuns. Compreende-se, assim, que nas raças mais civilizadas existam vestígios de crenças, que ainda persistem nas mais primitivas que o mundo conserva.

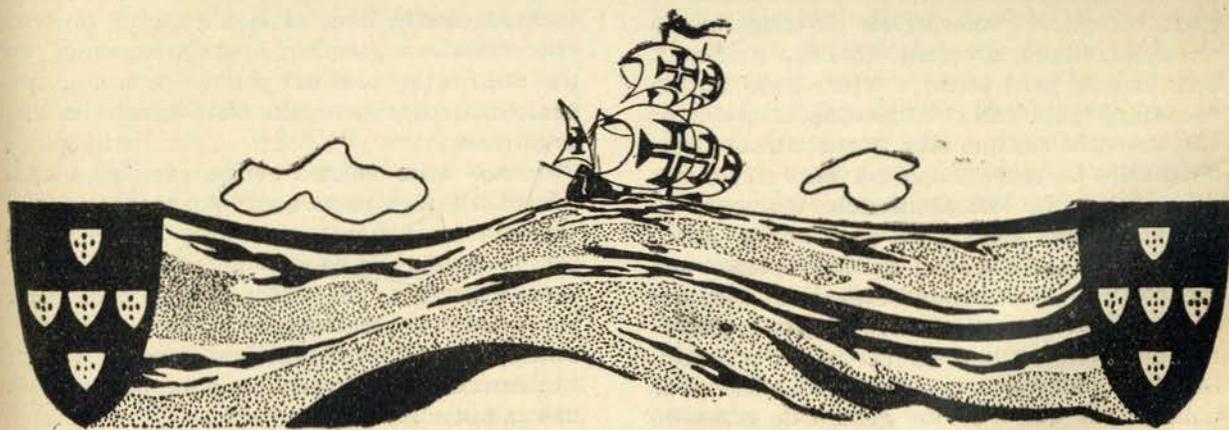
Os povos evoluíram ou petrificaram, conforme as energias vitais desenvolvidas, e a ambiência propícia, ou hostil, da terra habitada. Dessa evolução, ou conservantismo, resultaram

as deformações, ou fixações, dos primevos e universais costumes.

Limite as minhas considerações, tão magno e o assunto e de tamanha responsabilidade é aventar sôbre êle. Mais do que as minhas lucubrações, é importante a narrativa de factos e hipóteses, colhida em consagrados autores, que largamente fiz. Não julgo definitivas as observações ou conclusões atingidas. Em ciência, no estado actual dos conhecimentos, na variante notável que novos factos produzem, afirmar ou negar, quasi parece ousadia!

Se o meu trabalho de vulgarização despertar a energia prestimosa de útil e fecundo interesse, contribuindo para carrear elementos novos ao empolgante estudo das raças e civilizações primitivas, tão desconhecido e abandonado entre nós, terei atingido o objectivo que me propuz ao fazê-lo — servir!

Maria Archer



Colonização por Soldados e Condenados Europeus

Pelo CORONEL GENIPRO DA CUNHA DE EÇA E ALMEIDA

Antigo vice-presidente do Conselho do Governo de Angola, antigo Encarregado do Governo Geral de Angola e antigo Chefe do Estado Maior de Angola.

CONTINUAÇÃO DA PAG. N.º 80



nosso projecto teria sido realiado segundo o método que passamos a expôr.

Fiz proceder a um reconhecimento agronomico de uma área no planalto de Malange sob o ponto de vista da produtividade de generos de facil colocação e de alimentação para a própria colônia penal a estabelecer. Como resultado desse reconhecimento foi-me indicada uma zona nas margens do rio Cuanza que satisfazia áqueles requisitos; mas, porque se tratava de ali fazer viver gente e fixá-la, fiz proceder seguidamente a um reconhecimento sob o ponto de vista da salubridade; e este levou a condenar a zona indicada pelo primeiro, porque a região era insaluberrima. E, porque o Codigo Penal não estabelece a pena de morte, não me julguei no direito de a aplicar por processos... á margem do mesmo Codigo, nada me importando com a qualificação de "piegas" com que me brindaram alguns... espiritos fortes. O meu objectivo era facultar meios de vida e não... o contrario.

Feitos novos reconhecimentos, assentou a escolha em uma área de cerca de oito mil hectares, em Gola-Luige, a cerca de trinta quilometros de Malange e cortada pela estrada que desta cidade se dirige para o Cambo. Região salubre, bem varrida pelo vento, sem aguas estagnadas, terra de bôa qualidade, medianamente arborisada, cortada ao meio pelo rio Luximbe, de aguas permanentes e claras, limpidas, susceptiveis de irrigarem, a um e outro lado, a varzea. Algumas madeiras, bons barros para teijolo e telha, tudo quanto necessário para fazer ás instalações projectadas, menos a cal que não se encontra a Leste de Cacolo Calombe e que ali era explorada pela granja da 13.^a companhia indígena, no que empregava soldados e condenados; quere dizer: seria ainda a mão de obra "penal" que forneceria a cal necessária para as construções a fazer e para a correção, se necessaria, das terras acidas da varzea do Luximbe. Situação magnifica, a trinta quilometros de uma cidade que é já um centro de consumo

importante e que é a testa actual do caminho de ferro de Loanda, por onde seriam exportados os produtos que não tivessem consumo naquela cidade.

Para inicio dos trabalhos a realizar ali, adquirimos um tractor agricola e o respectivo trem de lavoura completo; e adquirimos, tambem, numerosa alfaia agricola manual, bem como colecções de ferramentas de cabouqueiro, de pedreiro, serrador, carpinteiro, ferreiro, etc. Mandámos industrializar alguns condenados, dos que faziam parte do destacamento addido à companhia de infantaria de Malange, na pratica do trabalho com o tractor agricola; e essa aprendizagem foi aproveitada — porque nada se podia perder — para desbravar as terras da granja agricola desta companhia que ainda não o tinham sido pelo trabalho braçal dos soldados indígenas e de condenados.

Ao mesmo tempo que estes homens faziam a aprendizagem da lavoura mecanica, mandavamos seguir para Gola Luige um destacamento de soldados indígenas com o encargo de ali construirem uns barracões ligeiros de "pau a pique", cobertos de capim, que serviriam de alojamento aos condenados, vadios e cadastrados que seriam empregados nos primeiros trabalhos de derruba de arvores e de mato, na construção de fornos para teijolo e telha, na abertura de valas de irrigação e de caminhos, no desbravamento de terras e na construção de casas.

Nestes trabalhos preliminares seriam empregados cerca de quinhentos europeus. O trabalho destes homens e o trabalho do tractor deveriam permitir o desbravamento de uns mil hectares em um periodo de seis meses tanto mais que a região não é densamente arborisada.

Dentro deste mesmo periodo de seis meses se construiriam umas quarenta casas, evidentemente muitissimo modestas, para outras tantas familias de condenados. Estas casas seriam implatadas de modo a que a cada uma correspondesse um lote de vinte e cinco hectares, dos quaes metade, pelo menos, se encontrariam desbravados á data da entrada das familias na colonia penal.

Os quinhentos hectares já desbravados no fim daqueles seis meses e não atribuídos às famílias dos condenados, seriam destinados ao trabalho em comum e de conta do Estado. As receitas provenientes destas culturas em comum, seriam especialmente destinadas à amortização do tractor e mais material adquirido e à compra de material a adquirir, depois, para a intensificação e extensão dos trabalhos; e o que destas despesas sobrasse, constituiria receita do Estado, servindo, pelo menos, para a redução dos gastos de alimentação dos condenados.

A exploração dos lotes atribuídos a famílias de condenados seria de conta destas, facultando-se-lhes o trabalho do tractor e facilitando-lhe as trocas de dias de trabalho, de uso tão corrente entre os pequenos proprietários do norte de Portugal, processo este que vimos largamente empregado pelas famílias que, de sua iniciativa, colonisaram os baldios do actual concelho do Bombarral, há uns bons trinta anos, sem outros recursos além da sua ferramenta e dos seus braços.

Enquanto precisos para o total desbravamento do terreno e para a construção de todas as casas necessárias, conservaríamos ali, devidamente separados e vigiados, submetidos à necessária disciplina, condenados sem família, vadios e cadastrados. Depois, todos estes seriam retirados da colónia penal onde só ficariam famílias constituídas.

Construídas as primeiras quarenta casas e instalado o pessoal do quadro da colónia penal e os seus serviços, seria construída a escola primária e de artes e ofícios para tornar uteis para a vida os filhos dos condenados. E os próprios condenados analfabetos seriam forçados a aprender a ler e a escrever naquela escola, a horas que não prejudicassem o andamento dos trabalhos a efectuar.

Não seria preciso um esforço muito grande para que em cada ano se instalassem quarenta famílias de condenados. No ano corrente que seria o quinto a contar do início dos trabalhos, ficariam instaladas duzentas famílias de condenados, dispondo de cinco mil hectares de terreno desbravado e quasi todo em plena produção. A área reservada ao Estado estaria reduzida a tres mil hectares ou mesmo menos, porque não hesitaríamos em fazer eguaes concessões aos novos casais que constituíssem os filhos de condenados.

Findo o cumprimento da pena, o ex-condenado não mais trabalharia se não para si; todavia, gosaria da assistência técnica e dos serviços que a colónia penal pudesse dispensar-lhe, mas então mediante remuneração. Só passaram cinco anos sobre o termo da pena

lhe seria registada a propriedade; e estamos convencidos de que no fim desse tempo nenhum a venderia, nenhum deixaria a sua casa e a sua propriedade, que lhe garantiriam a subsistência, para regressar à terra natal, onde já nada o prenderia.

Com o andar do tempo, todos os condenados teriam passado a homens livres e pequenos proprietários. A colónia penal ter-se-ia extinguido, deixando em seu lugar umas centenas de famílias felizes na sua mediania. Pouco a pouco, os próprios europeus de Malange esqueceriam que aqueles homens haviam sido condenados, tal como em Loanda se esqueceu desde há muito tempo que algumas das suas mais importantes casas comerciais foram fundadas por condenados, cujas firmas algumas ainda ostentam. E, com o rodar dos tempos, os próprios condenados teriam desaparecido do numero dos vivos e em seu lugar estariam os filhos e os netos que, contrariamente ao preceito biblico, não podem ser responsáveis pelos delitos ou crimes dos seus ascendentes.

Segundo o nosso projecto, outras colonias penais seriam instaladas, separadamente, para condenados sem família, e para vadios e cadastrados. Aos primeiros, finda a pena, seria dada a mesma concessão que aos condenados com família em Angola; aos ultimos, excepção feita dos que conquistassem esse direito pelo seu procedimento, nenhuma terra seria dada, e, uma vez considerados livres, seriam postos fóra de Angola, como indesejáveis que são. As terras por eles desbravadas e valorizadas serviriam para a instalação de condenados com família, ou seriam utilizados pelo Estado como campos experimentais ou ainda para concessão a colonos em condições especiais.

Como se vê, nada havia de fantasia no projecto a que nos estamos referindo e a que demos início de execução. Porque fracassou esse projecto?

Sempre a falta de continuidade dos directores que tem afligido Angola. O que podia ser já um interessante nucleo de colonisação europeia, esteve para ser... uma simples sucursal do Deposito de Degredados que, de nenhum modo poderia intitular-se colónia penal. As magnificas qualidades de trabalho do official que foi encarregado da colónia, foram malbaratadas para o fim em vista pelas directrizes que lhe foram impostas. Em vez de casas para famílias, casernas...; em vez do incentivo de um proveito próximo e de uma propriedade no futuro, a desoladora certeza de que nada do que produzissem lhes pertenceria.

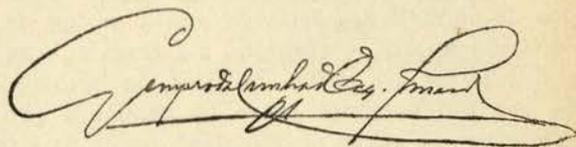
Por fim, um decreto que não tivemos ocasião de lêr, mandou sair de Angola os **condenados**. Parece que irão, de futuro, para Cabo Verde que conhecemos suficientemente para afirmar que não tem condições para os utilizar e, ainda menos, para os fixar. O trabalho feito em Gola Lulge, naquilo a que impropriamente se chamou **colónia penal da Damba** — Damba é uma palavra indígena que significa **baixa**, e baixas eram apenas as margens do Luximbe — deve constituir mais uma **ruína**, pelo abandono forçado que a saída dos condenados implica. A não ser que em Angola tenham permanecido os vadios e os cadastrados, precisamente os inaproveitáveis...

Como quere que seja, assim como falta presentemente a materia prima para a colonização pelo soldado, falta tambem a materia prima para a colonização pelo condenado.

Ao procurar fixar os condenados em Angola, além da ideia de lhes dar elementos para uma vida nova, orientava-nos a ideia de **que uma Metropole que conta apenas seis e meio milhões de habitantes e é a terceira potencia colonial, nada pôde desprezar para a colonização dessas vastissimas terras**. Sabemos um pouco, como toda a gente, como se fez a colonização da Australia e pensámos que **estavamos fazendo obra util**.

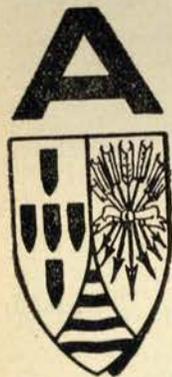
Errámos? Ainda não nos convencemos disso...

Funchal, Março de 1935.



Africa de ontem Africa de hoje

Pela **DRA. BRANCA HELENA POSSOLO DE FARIA (HELENA DE PORTUGAL)**



AFRICA! Africa! Palavra outra-tam negra como a pele dos seus filhos, tam lúgubre como um dobre a finados, tam desoladora e nostálgica como um adeus!

Africa! Africa! Como hoje soam bem as tuas trez silabas tam claras, tam harmónicas, tam cantantes!

Noutro tempo só a palavra Africa fazia passar pela espinha um arrepio de terror!

Ainda ha dez anos, quando para cá vim. o ambiente era quasi o mesmo que há trinta ou quarenta anos atraz. O mesmo receio das febres, do calor, das feras, dos cacimbos, etc. Enfim quasi me obrigaram a fazer testamento e disseram-me um adeus tam sentido como se eu fosse para a... eternidade.

Felizmente que, na época actual. o ambiente é outro esse injustificado. esse doentio horror pela Africa quasi desapareceu. Sepultou-o a publicidade a quem se deve na maior parte o grandissimo e incálculavel favôr de desencantar este continente tam mal julgado ao qual se atribuem tantos e tam grandes defeitos.

Hoje vir à Africa é o mesmo, quasi, quē ir ao Norte ou ao Sul de Portugal. O recelo passou dando lugar a uma confiança cega, absoluta neste continente tam estranhamente bello, tam fertil, tam acolhedor que se nos oferece de braços abertos.

Séculos e séculos passaram sem que os nossos homens trouxessem com eles para Africa, as suas mulheres. Elas não podiam vir. Era lá possível senhoras e principalmente crianças arrostar com viagens fatigantes, demoradas que levavam meses? E depois a vida em Africa, sem recursos, sem comodidades, arriscando a saude a cada passo não era de molde a encorajar uma experiência. E elas, pobres sacrificadas lá ficavam em casa, embiocadas em trajes escuros, definhando saudosas numa ansiedade dolorosa pela chegada do chefe da familia que lá longe ia arrastando uma vida arida, improduttiva, miseravel quasi à falta de carinho e conforto.

Os anos iam rodando interminaveis, e o homem que partira novo, forte, sadio voltava ao lar, ao carinho dos seus, aniquillado, velho, doente vindo encontrar a espôsa acabrunhada, os filhos crescidos, tam grandes já que nem os conhecia. Esta maneira de proceder foi um dos maiores, se não o maior erro do inicio da nossa colonização.

Não pôde haver uma boa, criteriosa e intelligente colonização sem que as mulheres acompanhem os maridos para que eles se sintam amparados e rodeados de conforto contribuindo com os seus constantes cuidados para afastar para bem longe o espetro temivel da nostalgia que persegue implacavelmente

quem abandona a Pátria e tantas vitimas faz!

Parece, a primeira vista, que o papel da mulher não tem valor prático algum, mas quem se der ao trabalho de observar o viver africano poderá convencer-se que, modesta, ignorada, trabalhando no socêgo do seu lar, a mulher tem incontestavelmente um papel importante no desenvolvimento duma região. Ela sem querer estimula o homem ao trabalho. Para ela procuram-se comodidades, melhorar o ambiente, alindar a terra, e a mulher sem grande esforço, sômente com a suavidade adorável das maneiras com a delicada sensibilidade que a caracteriza vai rodeando o homem de conforto criando á sua volta uma atmosfera de paz conseguindo que êle no equilibrio completo do seu viver produza um trabalho melhor, mais eficiente e util, para si, para os seus e para a Pátria que veio servir.

Hoje em dia, felizmente raro é o homem que vem para Africa desacompanhado, deixando a mulher e os filhos na Metrópole e fazem bem. Só assim o homem pôde conseguir o viver regrado que necessita para poder trabalhar com serenidade e equilibrio.

Actualmente já não se pensa como há anos: vou à Africa fazer fortuna e volto.

Esta errada maneira de pensar felizmente desapareceu.

Hoje instalam-se, trabalham, aqui constroem o seu lar, aqui se criam os filhos, aqui pensam morrer.

O português tem um extraordinario poder de adaptação que se não observa na maioria dos povos.

Dizem muitos que conhecem a Africa... dos livros: os ingleses, êsses é que sabem colonisar, olhem para as suas cidades repletas de lindas casas onde vivem familias antiquissimas há longos anos!

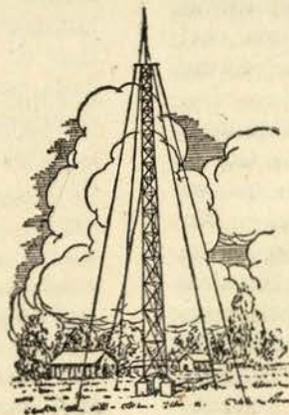
Esta afirmação feita assim superficialmente, sem profundar razões parece de facto verdadeira, mas é preciso ver claro e constatar com imparcialidade a protecção desvelada que o govêrno inglês dispensa aos que veem para o Ultramar. Protege-os em tudo tornando-lhes a vida fácil, despreocupada, feliz. As suas casas são modelos de conforto e bom gôsto onde apetece passar a vida. Embora sejam agricultores e vivam no interior, longe dos centros civilizados nada lhes falta dêsde o rádio que os põe em contáto com o mundo inteiro, ao automovel que os conduz rapidamente a cidade mais próxima o que muito contribui para lhes suavisar o viver.

Com os nossos o que sucede a maioria das vezes? Chegam aqui tudo são dificuldades a principiari pelo desembarque, depois a falta de colocação, as economias a desaparecer, a miséria a espreitar à porta, as illusões a morrer! Cansados de lutar, com os olhos fitos na miragem doirada que os seduziu e que se vai esvaindo lá longe, desamparados aceitam todo o trabalho que se lhes depara e, mesmo assim, deslocados, desiludidos os portugueses não perdem a coragem, não desanimam, labutam, passam privações sem fim mas adaptam-se à terra que lhes dá o pão embora escasso e duro.

Como eu vos admiro heróis humildes e ignorados que na campanha árdua da vida lutais com abnegação e energia! Muitos de vós succumbem é certo, mas outros, muitos outros se erguem talvez mais sádios e fôrtes, para os substituir com mais fé, ainda, com mais confiança no futuro desta Africa tam bela, tam extensa, tam rica que ha-de ser, estou certa, o nosso futuro, o futuro risonho do nosso Império.

BEIRA, Junho de 1936.

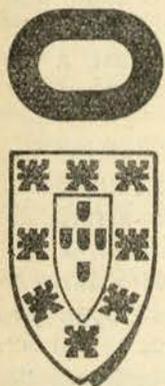
BRANCA POSSOLO (HELENA DE PORTUGAL)



Introdução á Moderna Poesia Portuguesa

Pelo Prof. DR. HERNANI CIDADE,

Prof. da Universidade de Lisboa e escritor



que vai lêr-se, resumo de uma conferência que já si teve de reduzir a linhas esquemáticas a complexa riqueza de tema, não poderá passar de uma espécie de guia, através da moderna poesia portuguesa, destinado a quantos, em meio das inquietações da hora actual, ainda encontrem minutos de calma propícios a uma iniciação na convivência com poetas nossos.

E' sabido que a poesia tem oscilado, através dos séculos, entre o **sentimento de arte** e o **interesse pela realidade**. Quero dizer que ora se desprende desta, na rebusca da **beleza pura**, sem conteúdo de interesse vital, ora, toda presa à realidade, moral como física, sacrifica ao lastro da **substancia** o jôgo aéreo das **fórmãs** perfeitas.

Quando Eugénio de Castro, por 1891, publicou o **Oaristos** e as **Horas**, os seus vinte e poucos anos levaram a poesia, no sentido do esplendor formal, a excessos que, apaziguado o escândalo, que um pouco seria o seu objectivo, não foram sem benéficas influências na valorização estética da poesia. A verdade, é que nesses dois livros audaciosos no metaforismo, como no lexicon, como em pormenores de técnica, que não criavam mas de que abusavam, a matéria pouco mais era do que o pretexto da luxuosa exhibição da pompa formal. Reagia o **sentimento de arte** contra o **interesse pela realidade**, que fizera da poesia anterior frequentemente um apostolado ou uma catilinária, com mais eloquência do que formosura.

No ano seguinte, porém, são publicados o **Só**, de António Nobre, e **Os Simples**, de Guerra Junqueiro. Nêstes, sobretudo, como, aliás, em vários outros entre os quais lembrarei o: **Nada**, de Júlio Dantas, aparecido pouco depois, a perfeição técnica, a expressividade musical, certos cuidados de riqueza verbal ou preocupação de adjectivação imprevista, denunciam projecções da escola parnasiana e da decadente, de que Eugénio de Castro fôra o arauto.

Lembraremos, de Junqueiro:

Aí ao relento, aí ao relento, sonham
[cavadores!...
Somno de arminho... colção de terra... len-
[çol de flores!...

Caí dormentes,
Caí exânicos, trementes,
Pálidos silêncios do luar dorido!
Litanias fluidas do luar dorido!
Misereres brancos do luar dorido!
Bálsamos, piedades, orações dolentes
Ao luar dorido!...

Mas não são êstes aspectos formais que nos interessam — nem os que interessavam por aquele tempo. António Nobre é, no **Só**, todo debruçado sôbre si mesmo, egotista como todos os doentes, ocupado da realidade exterior quasi apenas nos limites em que ella se enquadrava no seu estreitissimo mundo de doente. Para Junqueiro, pelo contrário, tal realidade continua objecto de uma atenção que só dela se afasta para a transcender, em inquietação metafísica.

Eis os dois pontos de partida — ou melhor de recomeço de caminhada — da poesia tôda limitada, como a de Nobre, pelo interesse espiritual do poeta, a que podemos chamar **subjectivista**, (reforçando o significado de **subjectiva**), e da que se comove, como a de Junqueiro, pela natureza exterior, física ou moral, boeirinha ou **castanheiro morto**. Chamemos-lhe paralelamente **objectivista**. Mas notemos: tais correntes desdobram-se no sentido de cada vez maior aprofundamento do **dado poético** subjectivo ou objectivo, de uma **interiorização gradual** da visão lirica.

Sigamos, em primeiro lugar, esta última corrente:

*
* *
*

A seguir a Junqueiro, tem ella seu mais alto representante em Teixeira de Pascoais, em cujo alaúde (na **Vida Etérea**, por exemplo) se sentem ressonâncias da sonora lira de mestre. Mas Pascoais já desde 1896, define o que êle

chama o seu **panteísmo saudosista**. Uma finíssima, feminina sensibilidade perante a natureza sugere-lhe uma intuição dela que se espraia com vagos lineamentos de filosofia, inspiradora do movimento que, iniciado por 1912, se chamou a **Renascença Portuguesa**. Deu-lhe Pascoais rumo espiritual e Álvaro Pinto, o homem de acção, recebeu corpo e vida actuante. Para Pascoais, os séres, como as coisas, são todos animados de um movimento ascensional para a consciência. Deus, termo último da progressão, é uma criatura do homem, não o seu criador. E porque a saudade é lembrança e desejo, o homem, sobretudo na expressão que assume no português, é **saudoso de Deus** e o mesmo Deus, que, no corpo do universo, progressivamente se vai realizando, (*Deus est in fieri*), é **saudade de si próprio**, porque também ele é ausente da plenitude que o anseia. Levitaria tempo a fazer a exegese da **filosofia da saudade**, como a entenderam os saudosistas da **Renascença**. O que importa é acentuar que, em verdade, nesta visão fantástica de um mundo em que tudo estremece num sonho continuamente criador, e, na própria névoa da expressão verbal, como nos contornos imprecisos dos símbolos plásticos, tudo se esfuma em aspectos fantásticos, há um **aprofundamento do dado poético** recebido de Junqueiro e ainda expresso em Paulino de Oliveira, (para só falar de um poeta, que S. Paulo onde foi cônsul, ainda recordava).

Pascoais, na **Renascença Portuguesa**, teve a comunhão espiritual de poetas do valor de Jaime Cortesão e Augusto Casimiro, mas nenhum deu continuidade à sua atitude com tanto talento como Mário Beirão. Este não procura, como Pascoais, abarcar o universo numa visão filosófica, mas, porisso mesmo, ganha em **íntima penetração** o seu sentimento da paisagem portuguesa, sobretudo da sua e minha província alentejana:

Sonhos terrosos da charneca brava,
Meu sonho despertado os revelou.
Esfinge que o deserto sepultou,
Teu silêncio de pedra em mim falou.

No cenário de ermos turbados de anímica melancolia, em gravidade extática, à hora em que o silêncio estagna nos painéis e os céus côncavos espiam a **aparição da lua**, surgem os bronzes admiráveis — os **campaniços**, os **ganhões**, os **pastores**, os **malteses**, — a cujas profundas almas dramáticas o poeta empresta a vaga consciência, nele erguida a intuição inspiradora de quasi toda a sua obra, do longínquo passado nómada onde mergulham as raízes do seu ser ausente. Drama das coisas, dra-

ma dos homens, tudo penetrado da mesma alma nostálgica, tudo como que virado para profundidades misteriosas, revendo paisagens, fantasmas interiores, sob a sugestão do ambiente mais calado e triste da terra portuguesa. A que distância estamos das télas pernasianas do Conde de Monsaraz, também alentejano!...

Mas não faltam outros cantores da terra, tocados de semelhante estremecimento religioso em face das coisas, como das almas. A Beira tem-no em Correia de Oliveira; os saudosos campos do Mondego em Afonso Duarte, ambos igualmente comovidos (com real pungente realismo Afonso Duarte), perante a dolorosa vida dos campónios. E também não faltam os que, ainda preocupados de realidade objectiva, exaltam as virtudes da grei ou da sua alma se abeiram, como João de Barros, na **Oração à Pátria**; Silva Gaio, na **Chave Dourada**; Lopes Vieira que, traduzindo o seu permanente evocar do saudoso passado, à própria alma diz:

Cumpramos até ao fim
O destino português;
O rouxinol que há em mim
Gorgeando o Era uma vez...

João de Barros, todavia, transcende os limites nacionalistas que estes poetas se talmam e, no **Sisifo** é o próprio destino humano, a ascensão dolorosa e purificadora do homem que ele exalta com o belo ímpeto lírico em que se exprime o seu optimismo sadio e irradiante.

Um nome ainda: Fernando Pessoa, autor da **Mensagem**, há pouco publicada, e aí por 1913 um dos mestres do movimento futurista. Singularissimo temperamento de intelectual, para quem os factos de ordem emotiva se convertiam sempre em teoremas de ordem intelectual. Enamorado das idéas — todas as idéas — e do seu jôgo ágil, é sempre impossível saber qual o grau de sinceridade de quanto escreve o finissimo e cultissimo dialecta, da linhagem do P.e António Vieira — até no neo-sebastianismo que é a substância da **Mensagem**. De qualquer maneira, pela penetrante reflexão de que nele se acompanha sempre qualquer estado moral que a sua múltipla personalidade assumia, tantas vezes a título de voluntária experiência, bem podemos dizer que também o dado poético objectivo (agora a alma da grei que realizou os descobrimentos) se aprofunda neste estranho livro de F. Pessoa.

*
*
*

Voltemos, porem, a António Nobre e à corrente subjectivista que elle renova. Dêle, na verdade, pelo raro poder de femenina sedução da sua poesia, mais por exemplo, ão que a de Guedes Teixeira, lírico de forte e máscula formosura, adaptada à sensibilidade **fin de siècle**, veiu a exclusiva, doentia absorção no eu que caracteriza o **Só**. Mas neste livro o subjectivismo define-se em **superfície**, pois se limita ao alheamento de quanto transcenda os interesses sentimentais de uma personalidade hipertrofiada pela doença que o matou. Subjectivismo em **profundidade**, ou seja o que se assinala pela nova tendência a penetrar nos domínios do subconsciente, a **expressar o inexpresso**, êsse já o surpreendemos nos versos de Camilo Pessanha, admiráveis de sensibilidade subtilíssima, e que por 1912 tanta gente sabia de cór (e mais do que todos os futuros colaboradores do **Orfeu**), mas sobretudo se revela em Sá Carneiro. As suas novelas já as singularizava o que poderíamos chamar o **romanesco psicológico**, pois as complicadas aventuras das personagens eram a projecção, no plano da acção, dos complicados meandros da vida subterrânea da consciência.

A **Dispersão**, o único livro de versos que nos legou, no próprio título denuncia a atenção que elle fixava no caos de uma vida íntima de unidade desfeita pela nevrose moderna, fogachos de orgulho, vertigens, **asa longinqua a sacudir loucura**, e também as deliquescências e os tédios que o levariam à tragedia do suicídio, em Paris:

Como eu quísera, enfim, de alma esquécida,
Dormir em paz num leito de hospital...
Cansei dentro de mim, cansei a vida
De tanto a divagar em luz irreal.

Este comprazimento nas sondagens íntimas, esta exclusiva atenção ao caos de um mundo interior, que, longe de procurar ordenar-se, antes, na rebusca das análises, mais — e gostosamente — se desagrega, só por milagre de resistentes hábitos classicos se não exprime numa linguagem em correspondente desarticulação lógica, e até sintética, imprevistos expressionalis, às vezes quasi herméticos, como a cada passo se verifica no **Orfeu** (1915) ou nos poetas mais modernos.

Um poeta, porém, interiorizou mais profundamente a visão subjectiva sem perturbar a forma de novidades **para raros apenas** — como diria Eugénio de Casto. E' José Régio.

E', sem contestação, o maior dos poetas de vanguarda, quasi todos agrupados no periódico **Presença**, que elle dirige, e é um dos maio-

res poetas líricos portugueses de todos os tempos. Penetrante lucidez crítica, cultura clássica e moderna (é professor do Liceu, como Mallarmé). O que era **dispersão** de impressões, fulgurante ou crepusculares, em Sá Carneiro, mistura contraditória de crispções e deliquescências, torna-se em José Régio intenso drama interior, fundamente visto e vigorosamente dado em símbolos empolgantes como mais os não conhece o lirismo português. Às vezes, nos diálogos da sua dupla personalidade, em permanente conflito (é o tema obsediante) ocorre a expressão túmida de acre seiva popular, (não faltam ecos do falclore) uma ou outra audácia de idea ou forma que os puros estetas não perdoarão. Não importa! Tudo é combustível na chama alta e clara, apesar das profundidades de que ascende. O poeta debate-se, por agora, em angústias que não são puramente literárias. A **Sarça Ardente**, por que termina o livro último — **Encruzilhadas de Deus** — toda freme, porém, de alor espiritual, ânsia religiosa que não se sabe aonde levará aquela inquietação, mais dramática de que nenhuma na moderna poesia portuguesa. Imaginai a angústia de Antero virada, do espaço infinito, para as profundidades lóbregas da alma, mas a mesma lúcida visão, um domínio do verbo fundamentalmente idêntica, apenas, em Régio, apesar da educação clássica, aproveitando das liberdades do estilo moderno, mais à vontade no lexicon e menos temeroso perante as cruezas do metaforismo — imaginai isto e advinhareis as **Encruzilhadas de Deus**, um dos livros mais impressionantes que se têm escrito em Portugal e também — relembrando a idea directriz desta resenha o de mais profunda penetração no mundo interior.

Na **Presença**, como no **Momento**, à frente do qual se encontra Marques Matias, agrupam-se poetas que têm com Régio de comum a visão de um mundo interior que parece ter para sempre perdido o equilibrio clássico. Aquella poesia de **As Encruzilhadas de Deus**, de Régio, que termina:

Eu morro dêste ardor, que nada acalma
I com que aspiro de balde à minha própria
[alma,

é de um simbolismo que transcende os limites do individual. Numa hora genética do mundo, de profunda transformação da vida interior e exterior, compreende-se que aqueles em cuja sensibilidade tenham mais funda ressonancia as angústias comuns andem em ansiosa demanda de **ser essencial**, subjacente no eu artificial planeado e imposto pelas con-

venções e com aquele às vezes em conflito — agudo conflito que constitue o drama das **Eneruzilhadas de Deus**. Casais Monteiro, que além de poeta é crítico cultíssimo. Carlos Queiroz, Luís Cardim, Alberto de Serpa, Branquinho da Fonseca, Marques Matias, António Pedro e outros, a todos mais ou menos estimula a fundamental inquietação do essencial, da vida que flui sob a velha crosta de escória...

Seria difícil que aquele conflito de que falei decorresse sem repercussão no sentimento religioso. A **Sarça Ardente**, a que vão dar as **Eneruzilhadas de Deus**, exprime a ansiosa procura de Deus; em **O outro livro de Job**, o seu autor, Miguel Tosga (pseudónimo do moço médico Adolfo Rocha) aprofunda e exaspera em protesto, sarcástico mas doloroso, a antiga queixa bíblica contra o rigoroso Jeovah, castigador da folha que o vento arrebatava.

E' mais sereno o mundo interior que se reflecte no **Cancioneiro Sentimental**, de João de Castro Osório. E eis um poeta que dentro dos moldes metricos e estróficos tradicionais, mesmo da tradição, medieva das cantigas de amigo, nos dá este pensamento que não é sem originalidade: é na paixão e no sofrimento do homem que se acênde em chama consciênte a ansiedade dos mundos, êles que fazem do rodar dos céus um ritmo de amor.

De uma angústia metafísica mais subtil e de uma forma de raro encanto por sua vaguidade de contornos e música a um tempo penetrante e evanescente, são os **Nocturna**, de Vieira de Almeida. O distinto professor de filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa exprime neste poemeto, por símbolos de fina insinuação, o anseio com que o homem responde aos apelos do mistério que o envolve.

Quasi todos estes poetas são inacessíveis ao grande público. Não admira. A poesia deixou de se subalternizar ao serviço de ideais políticos ou religiosos. Não mais curou de desenterrar a numerosa tuba de Junqueiros; restituiu à escultura o cinzel, entregou o pincel à pintura e, às vezes, da própria música aproveitou ritmos por demais subtis para serem sensíveis a ouvidos profanos. Sucede mesmo que, às vezes, no empenho de captar o excepcional, se deshumaniza pela quasi exclusiva fixação do que no próprio sujeito se não repete e assim nem a êle interessa.

Um poeta, todavia, dá continuidade no nosso tempo à tradição lírica de João de Deus, e Augusto Gil, pela finura de sensibilidade, pela fluência natural e pela graça airosa, que não pelos temas...

Refiro-me a António Boto, o mago do ritmo espontâneo, dir-se-ia que mais verbal do que

métrico, cuja veia lírica, mesmo promanando às vezes de toda fonte, jamais deixa de esplender no banho lustral da arte perfeita. Emudecida a lira de oiro de alguns dos poetas já citados e ainda a de Julio Brandão, Júlio Dantas, que definitivamente trocaram o verso por uma prosa que ainda lhe reflecte o brilho e repercute a harmonia; raras vezes ouvida a de Jaime Cortesão e Augusto Casimiro, derivados para preocupações intellectuais bem outras, é no musical embalo das **Canções de Boto** que os que lhe sabemos perdoar os feios pecados que canta nos repousamos da violência feita aos hábitos da razão, da sensibilidade, do ouvido pelas novidades formais de alguns dos poetas modernos. Nas **Canções de Boto** ou, se queremos sorrir, nos versos limpidos com que nos afaga os ouvidos o humorismo sempre delicado e sempre juvenil de Acácio de Paiva.

E as cartas de amor? Quem lhes empresta voz e atenção? — As senhoras, sobretudo. Virgínia Vitorino, parece, todavia, preferir os êxitos do teatro aos da poesia. Marta Mesquita da Câmara, que é uma reencarnação do espirito de Soror Mariana, há muito lhe não ouvimos os belos versos escaldantes da chama de uma paixão romântica. Flor Bela Espanca essa, conquistou, de chofre, a atenção do público, pela veemencia incomparavel de sonetos formosíssimos, cujo aparecimento, infelizmente, quasi coincidiu com o seu misterioso suicidio. Mas Branca de Gonta Colaço, e Alice Ogando, e Laura Chaves, e Fernanda de Castro, e Virgínia da Mota Cardoso, e Amélia Teixeira... toda uma grinalda de Apolo que não cabe nestas páginas, mas continuam no Parnaso um coral encantador, que é pena não ter tempo de ouvir mais longamente...

Um livro que hesito incluir entre os de poesia: **Um dia e outro dia**... de uma senhora que usa o pseudónimo de João Falco. Que penetrante impressão não deixa aquele melancólico fio de voz no silêncio, ligando, pela linguagem de toda a gente, episódios de todos os dias, e, todavia, enleando-nos, no encanto da consciência com uma alma tão profunda e tão verídica!...

HERNANI CIDADE

P. S. — Porque um dos quartos de papel em que este artigo foi escrito se extraviou, fui forçado a reconstitui-lo sem ter presente todo o original. Se disto resultar qualquer desordem na orgânica do estudo, saiba o leitor relevá-lo a quem, infelizmente, o não pode ir rever ao Rio de Janeiro..

H. C.

INCONFIDENCIA MINEIRA

(ESPECIAL)

Pelo PADRE RUELA POMBO
Escritor, Historiador.



NÃO é de ontem, nem de curtas semanas, como sabem, que preoccupa a nossa curiosidade, o nosso coração e a nossa inteligência — êste episódio sentimental e político da História do Brasil: largos e compridos anos já se contam desde que procuramos documentos nos arquivos de Luanda e de Lisboa para fazer luz, tôda a luz possível, sôbre a sorte ou vida que tiveram nos diversos presídios de Angola os 7 Degredados, que para ali foram condenados pela sentença de 18 de Abril de 1792 e respectivos acórdãos de 20 de Abril e 2 de Maio.

Tal investigação, apesar-de lenta ou demorada ou compassada, não tem sido inútil ou infrutifera, e, por enquanto, a não damos por terminada: podem esperar, confiados, os nossos bons leitores.

Na nossa opinião, aliás sem grande pêso, este Processo da Conjuração das Minas-Gerais com as suas devassas de Vila-Rica e do Rio-de-Janeiro, precisa de uma minuciosissima revisão jurídica, feita não por um ou outro escritor isolado, mas sim por uma comissão numerosa de peritos, que sejam, em ideas politicas, independentes ou não fanáticos.

Sem êste trabalho preliminar e indispensável, que não é tarefa fácil e leve, ninguém pode fazer uma opinião aproximada, acertada, raciocinada e honesta do facto em si, de seus antecedentes e consequentes, dos juizes, dos réus, dos denunciadores e até das testemunhas.

Por cima de tudo, no meio da confusão ou meada, em que hoje se agitam as paixões ou sistemas literários, penosa tarefa será esta de pôr o facto ou arrumar o facto histórico no seu próprio logar e tempo.

Sabido é que neste triste caso, como em tantos outros, a Justiça não foi imparcial e cega, como a pintam.

O próprio governador da Capitania de Minas, Barbacena, além de deslial ou traïdor, chegou a ser velhaco e malvado.

Os vice-reis Luis de Vasconcelos e Sousa e Conde-de-Rêsende — é certo que exageraram o facto, mas reconheceram ou viram bem o alcance da independência do Brasil, um perigo para a metrópole, mais remoto ou mais proximo.

A idéa da independência, o govêrno republicano, um núcleo brilhante de pensadores ilustrados e de tôdas as classes sociais, o descontentamento particular e geral, os monopólios ou privilégios irritantes, o país rico e com recursos abundantes — eis aqui outros tantos dados ou elementos naturais e psicológicos a que têm de atender os escritores, que queiram fazer um juizo recto e límpido e honesto da tentativa do levante de Minas em 1789.

A quem nos perguntar — se em 1789 o Brasil, independente e republicano, poderia bastar-se a si e progredir? — responderemos que sim.

Homens, condições naturais, riquezas vegetais, instrução, assistência, a mão de obra, as leis — tudo o que faz a felicidade material e espiritual dos povos e nações — isso já tinha ou possuía e podia aumentar o Brasil, de sorte que um campo largo, quer político, quer religioso, quer social, se abria às iniciativas e ao futuro do país.

Isto dito ou escrito à laia de introdução, aqui vamos dar mais algumas informações relativamente ao inconfidente Dr. José Álvares Maciel, que em Angola mostrou e provou a sua capacidade científica ou o seu talento, bem digno de melhor sorte ou aproveitamento.

Sômente há dias, por amável informação do nosso illustre amigo Sr. Dr. Nuno Simões, tivemos noticia dum formoso artigo que o Sr. Dr. Pedro Calmon publicou no "Correio do Povo", da cidade de Pôrto-Alegre, no qual são citados os documentos por nós exumados dos

R. REBECCHI & CIA.

SOCIEDADE EM COMANDITA POR
ACÇÕES — ENGENHARIA,
ARQUITECTURA E CONSTRUÇÕES

CONSTRUTORES DO NOVO EDIFÍCIO
DO LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

Escritório:
RUA DA ALFANDEGA, 92 - SOB.
Fones 23-5439 e 23-5479
End. Tel. **REBECCHI**

OFICINAS e DEPÓSITO:
RUA AFONSO CAVALCANTI, 13
Fone 22-7584

RIO DE JANEIRO

A MAIOR CASA EM



Uniformes e enxovais para todos os
collegios

LARGO DE S. FRANCISCO, 38/40
Rio de Janeiro

FABRICAS DE ROLHAS ISOLAMENTOS E CAPSULAS DE ESTANHO

Especialidade em rolhas
para Farmacias — Perfumarias
Laboratorios
e Fabricas de Bebidas

CORTICITE PORTUGUESA

O unico isolamento para Terra-
ços, Frigorificos e Geladeiras

CAPSULAS DE ESTANHO — Em
todos os tipos e côres

SILVA PEDROZA & CIA.

RUA DA MISERICORDIA, 80

Telefone 42-1512

RIO DE JANEIRO

Casa BUGARIN

BATATAS, CEREAIS, CEBOULAS E
ALHOS

F. Rodrigues de Oliveira

Rua III, 9 a 15

MERCADO MUNICIPAL

TELEF. 42-0321 — Telegr. **BUGARIN**

Rio de Janeiro

CALÇADO
FOX
o MELHOR DO MUNDO

**Para sua garantia
exija na sola,
estampado a fogo,
êste carimbo**



poeirentos arquivos de Luanda e Lisboa, collecção incompleta.

Como sabem, em cumprimento da sentença, chegou o Dr. Maciel ao presidio de Nossa Senhora da Vitória de Maçangano em fins de Julho de 1792.

Estivemos, em pessoa, em Maçangano duas vezes, em Março e Agosto de 1931.

Maçangano, que foi a capital portuguesa de Angola durante o condómio holandês, de 1641 a 1648, é um ponto estrategico ou era antigamente, e fica situado entre o rio Quanza e o Lucala seu afluente.

Ponto alto, dali se goza um panorama extenso ou até muito longe em redondeza.

Em Julho e Agosto, o arvoredo está todo despido de fôlhas, e os imbundeiros com seus troncos grossos e braços nus dão à paisagem um aspecto horrivel: podem crer.

Não custa náda, pois, calcular a nuvem preta que pesava sôbre o desterrado Dr. Maciel, logo à sua chegada, sem esperança de qualidade alguma, longe da família, sem recursos, sem livros, sem comodidades, com a iniciativa impotente ou amarrada...

No entanto, foi com a prática da Ciência que começou a aliviar sua dôr e infortúnio.

Em Maio de 1793, o Regente do Presidio pôs a funcionar uma pequena indústria ou fábrica de oleiro, mas as telhas, os tijolos, as panelas, os moringues, os pitos ou cachimbos, que ali eram feitos, não saíam objectos bem acabados ou de larga duração porque os artistas pretos não os podiam nem sabiam aprontar melhores.

O Dr. Maciel olha para aquilo tudo e trata de ensinar a arte aos pretos, que atentos e obedientes começam a fabricar tudo com uma perfeição admirável...

A mistura dos barros, os fornos de cozer, o uso das gomas para os vidrados, a arte ou fôrma das vasilhas de universal utilidade doméstica — tudo ensaiou e ensinou o Dr. Maciel com suas próprias mãos.

Com êste serviço assim bem acabado diante dos seus olhos, náda mais foi preciso ao Dr. Maciel para alcançar e elevar a sua estima pessoal entre a população operária, que o considerava como um branco superior, se não... feiticeiro.

Nos livros de registo da antiga Secretaria Geral de Angola consta que o Dr. Maciel, de 1794 a 1796, fez várias viagens pelo sertão, indo como negociante ou mascate, e dando sempre bôa cõnta a seus fornecedores.

O governador de Angola Dom Miguel António de Melo começa a proteger o Dr. Maciel, que chamou à cidade de Luanda, e lhe recomendou que nas suas viagens pelo sertão ou

interior colhesse notícias das coisas pertencentes aos 3 Reinos da Natureza.

Levado pela curiosidade o Dr. Maciel já tinha visitado demoradamente as ruínas majestosas da fábrica de ferro de Nova-Oeiras.

Na carta, que a seguir vamos publicar, o Dr. Maciel dá cõnta ao Governador de seus estudos e observações pessoais:

Il.mo e Ex.mo Sr.:

"Preguntado por V.^a Excia. nos fins de 1797 "sôbre a Fábrica de Ferro, tive a honra de "apresentar à V. E. uma informação em que "expus os meios na minha opinião mais "próprios para o aproveitamento das minas de "ferro, de que todo êste Reino abunda. Então "não tinha eu outros conhecimentos de An- "gola mais que do Hospital desta Cidade, "aonde estive doente, e de Calumbo, que fica "na estrada de Maçangano, para onde fui "desterrado pela maior desgraça que pode a- "ceter no mundo.

"O meu objecto era ensinar — em um lugar "mais benigno do que Oeiras, (lembrado do "mal que o clima daquele sitio me recebera "tôdas as vezes que lá fui), — aos pretos na- "turais do país o método mais fácil e cômo- "do de fazer em menos tempo maior quanti- "dade de ferro, porque, em pequeno e com "trabalho, êles o sabem fazer perfeitamente.

"Nestas circunstancias só Calumbo me lem- "brou, porque não conhecia outro lugar, por "ser mais sadio, e atraído pela facilidade do "transporte da mina nas canoas pelo rio a- "baixo, ainda que eu não deixava de reconhe- "cer também que o frete das ditas canoas au- "mentava a despesa, que sempre deve ser a "menor possível, que não tinha águas altas, e "sobretudo a má vontade e repugnancia com "que os pretos da Ilamba se prestariam para "um trabalho que os obriga a sair de suas ca- "sas, deixando a companhia de suas mulhe- "res e concubinas, única felicidade que a sua "preguiça lhes faz conhecer e apreciar.

"Êstes obstáculos se podem e deviam ven- "cer pela utilidade imensa que resultará a es- "ta Colónia em benefício das Rendas Reais, e "eu náda diria presentemente a respeito do "princípio e conclusão da Fábrica de Ferro, "se não tivera descoberto lugar e maneira tam "próprios para êstes ensaios que nem a mais "invejosa ignorancia poderá contradizer.

"Porquanto, havendo-me V. E., movido da "minha indigência, concedido licença para ir "a Caçange, com fazendas que me confiaram "os Negociantes desta Praça e encarregando- "me ao mesmo tempo observasse eu tôdas a- "quellas produções naturais de que se pudes- "sem tirar utilidade, achei, quatro dias dis-

"tante desta Cidade, que a mesma cadeia de "Môntes da Ilamba, donde se tira o ferro para "Oeiras, chega até o sítio TROMBETA, da ju- "risdição de Golungo, e que ali havia bastan- "tes lenhas, águas altas, o ar tam puro e sã- "dio como o de Luanda, à pequena distancia "do rio Zenza ou Bengo, cuja fôz fica mui "perto da Cidade, e sobretudo ser aí mesmo "a habitação da maior parte dos pretos fer- "reiros, e que para as suas pequenas necessi- "dades não usam de outro comércio que todos "os instrumentos de agricultura, prisões, e "ainda alguns prêgos, de que se usam no ser- "tão, não seja obra dos ditos pretos.

"Agora, pois, que V. E. foi servido mostrar- "me o Aviso em que o Ex.mo Sr. Dom Rodri- "go por efeitos de seu patriotismo, de seus "conhecimentos e de sua incomparável Hu- "manidade se dignou aprovar as minhas ideas "sobre a Fábrica de Ferro, encarregando-me "ao mesmo tempo destes trabalhos, sem dú- "vida pelas boas Informações que V. E. deu "em meu beneficio, agora, pois, que eu vejo "um caminho aberto para ganhar a Graça de "Minha Augusta Soberana, vou, cheio de maior "fervor, expor à V. E. o pouco que preciso pa- "ra principiar tam digna Obra, na qual não "desejo, nem quero perder um só instante, "que em objecto tam interessante é sempre "uma perda assaz sensível.

"Primeiro que tudo, acho que me não devo "ocupar com um forno grande, que os Negros "se capacitem que o trabalho dêle os privará "de sua liberdade, porque então se desgos- "tam e fogem.

"Além de que, presentemente, me faltam as "pedras de Cadilho (que com tôda a instancia "se devem pedir de Lisboa), os foles de ma- "deira, que infelizmente não há aqui quem os "faça, nem tam pouco as rodas que devem "mover a Máquina.

"Posso, porém, com a pedra de areia de "Maçangano construir pequenos fornos à pro- "porção dos foles de colro, que aqui se fazem, "dando por este método a cada um dos pre- "tos uma idea dos trabalhos em grande, e en- "sinando juntamente a fazer maior quantida- "de de ferro no mesmo tempo e quasi do mes- "mo modo que elles fazem, só com a diferença "da construção do forno e foles.

"Depois, ensinarei o uso dos malhos, por- "que não é possível bater uma porção maior "de ferro sem se queimarem com os macetês "de que usam. Aprenderão igualmente a fazer "carvão, e, logo que elles vejam que no mesmo "espaço de tempo que pelo seu método faziam "uma ou duas libras de ferro, pelo meu con- "seguem dez ou doze, que nunca poderão fa- "zer menos (que com uso e a experiência es-

"pero suba a muito maior porção) e que este "lhes é logo comprado e pago a 25 réis a li- "bra, virão a ganhar 250 réis por dia, mais de "cento por cento do seu jornal, quando no "mesmo tempo e quasi do mesmo modo fa- "ziam uma ou duas libras. A propensão e há- "bito, que têm os Negros da Ilamba para tra- "balhar em ferro, é de esperar cresça e se "aumente de maneira, pela multiplicidade dos "fornos e dos foles, que aliás náda me cus- "tam a fazer, e quasi nenhuma despesa dão "à Fazenda Real, que em breve igualem no "seu produto a uma fábrica regular, na qual "depois se poderão empregar os mesmos Ne- "gros já acostumados e afeitos a este gênero "de trabalho, devendo entretanto levantar-se "um edificio, obra de tam pouco custo que eu "só com bem poucos e bem ordinários Ofi- "ciais Mecanicos a poderei concluir, fazendo "no mesmo logar adobe, tijolo, telha e cor- "tando as madeiras necessárias, que tudo há "em grande abundancia. Ora para que os Ne- "gros adquiram plenos conhecimentos do mo- "do de fundir, aproveitar, e trabalhar o fer- "ro é indispensável que do Brasil venha quem "faça os foles de madeira e rodas, e de Lisboa "os Martinetes e Safras, para pôr o ferro em "barra, visto que o desamparo, em que se tem "deixado a Nova-Oeiras, fez desaparecer os "Instrumentos e peças de que se compunha "aquela em tudo Magnífica Fábrica, e a tal "ponto que, hoje, só existe um malho grande "e uma safra.

"Apesar, porém, das faltas, que acabo de "referir, vou principiar os meus trabalhos "com os fornos pequenos, como acima disse, "e, posto que a estação seja a peor possível "pela abundancia das águas, tal é a riqueza e "imensidade de ferro que, sem mais outro su- "corro, espero com muita brevidade apresen- "tar à V. E. tamanha quantidade que, sem a "menor dúvida, se verifique ser um dos obje- "tos mais interessantes e mais dignos da Real "Atenção de Sua Majestade.

"Resta-me unicamente pedir à V. E. as pro- "vidências que me parecem indispensáveis pa- "ra atrair os Negros por sua livre vontade e "própria conveniência, contra os quais se de- "ve evitar até a menor sombra de força ou "violência para que não desamparem suas "casas, fugindo para o Gentio, como ordinã- "riamente costumam praticar com prejuizo "nosso irreparável.

"Todo o Preto que se empregar na Fundição "de ferro naquele Distrito, não poderá ser "chamado pelo Capitão-Mór para nenhum ou- "tro serviço. Não poderá o Capitão-Mór tirar "os seus mantimentos ou creações por qual- "quer pretextó que seja, mas antes lhes fi-

“cará livre vender a quem bem lhes parecer.
“Todo o Preto, que fizer uma certa quanti-
“dade de ferro, que eu determinar, depois de
“os haver ensinado, ficará isento de pagar o
“Dízimo, privilégio que elles prezam sobre tô-
“das as cousas, e que foi concedido em outro
“tempo à Fábrica de Oeiras.

“O inspector da Fábrica deverá ser o Juiz
“Privativo das pequenas querelas ou conten-
“das entre os Pretos, bem como no Brasil ca-
“da Aldea de Índios tem seu Director. evitan-
“do por este modo tôda a dependência do Ca-
“pitão-Mór. A Aldea dos Pretos Ferreiros, ou
“como elles chamam — o Quilombo — deve
“ter seu regulamento próprio, para o qual eu
“comunicarei as ideas que a experiência e o
“estudo me forem administrando.

“Dêste modo satisfeitos com pequenas dis-
“tinções, que muito prezam, e com avultada
“conveniência de seus trabalhos, que nunca
“tiveram, espero fazer dos Pretos, sem maior
“dificuldade, homens tam dextros e tam ca-
“pazes como os melhores fundidores da Eu-
“ropa, porque a experiência e a razão me têm
“convencido de que o Homem é o mesmo em
“qualquer parte do mundo, e que, proporelo-
“nados os meios, consegue os mesmos fins com
“pequena diferença.

“DEUS guarde à V. E. Sam-Paulo da Assun-
“ção de LUANDA, 1 de Novembro de 1799.
“Il.mo e Ex.mo Sr. Dom Miguel António de
“Melo.

JOSE' ALVARES MACIEL.”

Ao acabar de ler esta Carta-Relatório, não
há quem não admire a coragem, a confiança
e até o optimismo do Dr. Maciel.

Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, então mi-
nistro e secretário da Repartição da Marinha
e Ultramar, era filho de Dom Francisco Ino-
cência, que foi illustre governador de Angola
de 1764 a 1772, e fundou a Fábrica de Nova-
Oeiras: conhecia bem, pelos papéis, a obra im-
portantíssima de seu pai e por isso não se
cançava de, sobre este assunto, insistir com
o governador Dom Miguel António de Melo,
que não gostava muito dessas impertinên-
cias...

Estando o assunto neste pé, o Dr. Maciel
escreve uma carta para Lisboa, que vamos
aqui publicar, muito interessante, cujo origi-
nal está no Arquivo Histórico Colonial da
Junqueira:

Il.mo e Ex.mo Sr.:

“O benigno e afável acolhimento, com que
“V.^a Exci.^a recebe a todos que se dirigem à V.
“E., me anima a ir, pelo modo que me é pos-
“sível, à respeitavel presença de V. E., e, quan-

“do era de esperar que esta carta não conti-
“vesse senão as mais sinceras confissões de
“meu reconhecimento e gratidão ao benefico,
“que V. E., por efeitos de sua incomparável
“humanidade, principia a fazer-me, abrindo o
“caminho de ainda poder fazer algum serviço
“à minha Augutsa Soberana; contudo as cir-
“cunstanças, em que me acho e que vou ex-
“por à V. E., me fazem implorar a mais de-
“cidida Protecção de V. E.

“Nos fins de 1797, me ordenou o actual Go-
“vernador fizesse uma Memória sobre o esta-
“do da Fábrica de Oeiras, e conceito que for-
“mava das utilidades daquele Estabelecimen-
“to. Fiz com efeito a Memória, que, me cons-
“ta, teve a fortuna de chegar às mãos de V.
“E., porém não se me falou mais em ferro até
“o presente.

“Fui agora chamado novamente a esta Ci-
“dade de Luanda, no principio de Agosto pró-
“ximo e logo soube que não só V. E. se havia
“dignado aprovar a minha Memória, mas que
“ordenava se pusesse em execução o que eu
“nela tinha apontado. Novamente se me or-
“denou escrever e fazer outras memórias, as
“quais tendendo unicamente a retardar e ilu-
“dir as Ordens de V. E., propondo dúvidas ou
“melhoramentos, e esperando-se então mais
“um ano pela decisão. Desfiz as especiosas
“dúvidas, digo, dificuldades com que se pre-
“tendia ainda pôr em dúvida os proveitos que
“devem resultar de um tal estabelecimento,
“instei que se não perdesse um só momento
“em lhe dar principio, limitei-me a pedir por
“tanto o pouco que V. E. verá da cópia jun-
“ta, e sem mais socorro que um Carpinteiro,
“um Ferreiro e dois pedreiros, seis ancoretas
“de geribita e dez panos de cré, vou dar prin-
“cipio aos meus trabalhos na fundição de
“ferro, cujos frutos serão tam superiores aos
“meios empregados para os conseguir e em
“geral a tudo o que se pode esperar, que, pa-
“rece-me, ficará então convencida a terrível
“e invejosa ignorancia, que desde o seu co-
“mêço, ataca tam útil Estabelecimento.

“A vista, pois, do que acabo de referir, se
V. E. está capacitado da existência e riqueza
“das minas de ferro, se está conhecida e até
“confessada por Nacionais e Estrangeiros a
“sua excelente qualidade, se os lucros e cré-
“ditos que de se aproveitarem devem resultar
“à Real Coroa de Sua Majestade são indubi-
“táveis — Vossa Excelência, que pode e que
“quere, porque não manda Ordens positivas
“para que se execute tam importante projecto
“e para que consente que se esteja consumin-
“do o precioso tempo em informações e arra-
“zoados?

"Poderá V. E. achar infinitos químicos mais hábeis do que eu, mas nenhum tam afeito aos rigores de África, nem tam interessado em fazer um serviço que pode levantar-me da profunda desgraça em que vivo. Portanto peço humildemente me desculpe alguma demasia das minhas expressões, persuadido de que o ardente desejo, que me devora de conseguir outra vez o inextimável Bem da Graça de Sua Majestade, a Cortezã de que V. E. náda preza tanto como o conhecer a verdade, e finalmente a frouxidão e lentura, com que aqui se tem procedidõ num objecto que pedia a maior e mais zelosa actividade, mas fizeram involuntariamente proferir.

"DEUS guarde à V. E. muitos anos. S. Paulo da Assunção de LUANDA, 7 de Novembro de 1799. Beija as mãos de V. Ex.ci.ª:

"Il.mo e Ex.mo Sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

JOSE' ALVARES MACIEL"

* * *

Meteu o Dr. Maciel ombros à sua empresa e nos anos de 1800, 1801 e 1802 sòzinho e só

com gente preta, trabalhou em Trombeta e Catari, e estuda praticamente tóda aquela região mineira, como já publicamos.

O mau clima, a vida trabalhosa nos fornos e a falta de recursos abatem o físico do Dr. Maciel, que obtem licença para se vir tratar de seus acháques à cidade de Luanda, onde morreu em fins de 1803 ou princípios de 1804.

O nome do Dr. José Alvares Maciel merece condigna referência nas páginas económicas da História de Angola, quando alguém as escrever.

Aos Escriitores Brasileiros que por escrito têm feito referências aos Documentos que andamos desenterrando dos arquivos de Luanda e Lisboa, citando o nosso nome de paciente investigador, e interessado, aqui fica o nosso agradecimento.

Poetas, como Alvarenga e Gonzaga, perderam no exílio a inspiração.

O exílio, como está provado, não destruiu o génio maravilhoso e empreendedor do Dr. Maciel.

LISBOA, Agosto de 1936.

PADRE RUELA POMBO

O SOLDADO AFRICANO DE MOÇAMBIQUE

(ESPECIAL)

Pelo TENENTE MARIO COSTA



DEPOIS de nos dar "NEVALA", que é o trabalho mais sério sobre a guerra contra os alemães na África Oriental Portuguesa, apresenta-nos agora o Sr. Coronel do Estado-Maior Azambuja Martins o livro "O Soldado Africano de Moçambique", editado pela Agência Geral das Colónias e publicado por despacho de S. Excl.ª, o Ministro das Colónias.

E' o primeiro trabalho no género: o elogio divulgado do soldado africano.

Até hoje, acerca do soldado preto, só faziam relatórios de brancos em desataviadas linhas, a maloria escritas à pressa, e que ti-

nam o condão certo de não serem lidas ou de não passarem dos quartéis gerais ou, ainda, em última análise, de morrerem no Ministério das Colónias.

O Sr. Coronel Azambuja, tornando-o conhecido num livro divulgado pelo patrocínio da Agência Geral das Colónias, perpetuou a sua lembrança do bom auxilio que nos tem prestado nestas campanhas africanas.

E' mais um padrão de guerra. Os livros militares são os padrões de guerra das bibliotecas.

Portugal — o Portugal Metropolitano — conhece os seus soldados negros do além-mar pelas histórias de cansados expedicionários ou — e já não é pouco — pelo aparato externo de uma companhia de landins que visitou a cidade do Porto, na Exposição Colónial de

1934. e deslumbrou o país pelo garbo, aprumo, correcção e civilização com que se apresentou em tôda a parte.

O autor de "OSoldado Africano de Moçambique" conhece bem o soldado de que trata.

Fez a guerra contra os allemães em 1916 como Chefe de Estado-Maior da Expedição mais mexida de tôdas as que vieram até ao Niassa e foi, mais tarde, em tempo de paz, durante anos, chefe de Estado-Maior do Quartel General da Colónia de Moçambique, de onde saiu cêrca de 1930.

Não arrumou os soldados depois da campanha como a maioria arruma o capacete e a espada.

Continuou a ordená-los. Não os esqueceu. Perseverou trabalhando para êles no sentido de os dignificar militarmente.

Em o "Soldado Africano de Moçambique" a gente vê, sente, ouve, distingue e aprecia o soldado preto tal quaí êle é.

O livro é tão completo sôbre o assunto que lhe não teria calhado pior o título "Da Vida, Obras e Trabalhos do Soldado Preto de Moçambique".

E' a bem dizer um voto de agradecimento aos naturais pretos de África que têm ajudado a manter e, sobretudo, a cimentar a soberania de Portugal no Oriente africano.

Os serviços militares ficaram devendo ao Sr. Coronel Azambuja Martins, além do que já lhe deviam, um trabalho de mérito e uma "separata" moral da história militar de Moçambique.

Com êste livro do incansável animador de coisas militares, o soldado africano ficou tendo uma coisa que nem tôda a gente tem: biografia.

Território da Companhia de Moçambique, 1 de Janeiro de 1937.

Mário Boté.



O Espirito da Colonisação Portuguesa

Pelo **CAPITÃO GASTÃO SOUZA DIAS**
(Prof. do Liceu de Sá da Bandeira Angola)
(ESPECIAL)



PARA efeitos civis, políticos e criminaes, a lei portuguesa, considera os indígenas das suas colónias divididos em duas categorias: o indígena propriamente dito, e o indígena assimilado. O primeiro rege-se pelo chamado **Estatuto Indigena**; o segundo tem direitos e devêres absolutamente idênticos aos do branco, sendo-lhe por isso

aplicada a sua lei geral.

A distinção das duas categorias de indígenas é assim expressa na lei:

§ 1.º — Para efeitos legais é considerado **indigena** o individuo de raça negra ou dela descendente, que pela sua instrução e costumes se não distinga do comum daquela raça.

§ 2.º — Por se distinguir do comum da raça negra, é considerado **assimilado** aos europeus o individuo daquela raça ou dela descendente que reunir as seguintes condições:

1.ª — Ter abandonado inteiramente os usos e costumes da raça negra;

2.ª — Falar, lêr e escrever correntemente a língua portuguesa;

3.ª — Adoptar a monogamia; e

4.ª — Exercer profissão, arte ou officio compatível com a civilização europeia, ou ter rendimentos obtidos por meios licitos, que sejam suficientes para prover aos seus alimentos, compreendendo sustento, habitação e vestuário para si e sua familia. (1)

A estas e outras disposições, que traduzem o espirito da colonização portuguesa e parece terem raízes nas tradições do direito romano, se deve em grande parte a **pax lusitana** que de há muito reina no vastissimo território das

colónias portuguesas, paz certamente duradoura ainda, dada a crescente tolerância das relações entre as raças que nelas vivem.

A lei portuguesa, apesar da antiguidade e vastidão da obra missionária, não reconhece direitos especiais aos **convertidos**, distribuindo-os pelas duas categorias atrás apontadas, conforme as condições da sua existência.

Pondo pois de parte o indígena **assimilado**, cuja vida se acha, como vimos, regulada pela legislação destinada ao **branco**, cumpre-nos tratar do **Estatuto Indígena**, pelo qual se dirige a vida do verdadeiro indígena, isto é, de todo o **"indivíduo da raça negra, ou dela descendente que pela sua instrução e costumes se não distinga do comum daquela raça"**.

Do livro intitulado **"A missão civilizadora do Estado em Angola (1926)** do colonialista Ferreira Denis, que, como Director dos Negócios Indígenas de Angola, dedicou a estes assuntos a sua melhor atenção, extraímos alguns elementos que demarcam as etapas tendentes á solução de tão importante problema.

O decreto de 18 de Novembro de 1869 tornou extensivo às colónias o Código Civil Português, sem contudo deixarem de ser respeitados os usos e costumes indígenas; o decreto de 1 de Dezembro do mesmo ano, que contém a lei orgânica das possessões portuguesas, recomenda, no seu artigo 76.^o o respeito e obediência, em todos os ramos de administração, aos usos e costumes indígenas.

Na organização do distrito do Congo, de Maio de 1887, vem consignado claramente que, em todos os litígios entre indígenas, a justiça seja feita pelos chefes gentílicos, interferindo o presidente quando algum litigante não seja indígena, devendo todavia, ainda mesmo neste caso, nos processos verbais e sumários, ser respeitados os costumes locais.

Os decretos de Julho de 1902 e Maio de 1907, bem como as portarias provinciais de Janeiro de 1907, Setembro e Outubro de 1908 e Agosto de 1909, revelam claramente o intento de respeitar, na medida do possível, os costumes indígenas. Igualmente, na organização do concelho do Libôlo (portaria provincial de Fevereiro de 1909) se determina que a autoridade, na direcção da politica indígena, não deverá suprimir as hierarquias existentes, devendo aproveitar os organismos sociais anteriores e a autoridade dos chefes indígenas para conseguir a transformação dos costumes.

Em 1913, no já mencionado **Regulamento das Circunscrições Administrativas**, o **soba** é considerado como autoridade gentílica definida, nomeada e investida oficialmente nas suas funções.

As bases orgânicas da administração civil colonial (Agosto de 1914), ao mesmo tempo que estabelecem que, em regra, **ao indígena não devem ser reconhecidos os direitos políticos dos europeus**, manda respeitar e aperfeiçoar as instituições nascidas dos usos e tradições da raça ou tribu, provenientes do uso das deliberações em comum tomadas pela maioria dos individuos no governo do agrupamento ou na administração dos seus interesses colectivos.

O estudo e codificação dos usos e costumes dos indígenas de Angola fôram iniciados em 1913. Os relatórios da Secretaria dos Negócios Indígenas desta Colónia, bem como o livro de Ferreira Denis, intitulado **Populações Indígenas de Angola** contém valiosa matéria conducente à redacção definitiva do **Estatuto Indígena**. Dêste livro é da maior justiça destacar os projectos de **Estatuto Civil e Politico dos Indígenas de Angola**, do **Regimento de Administração de Justiça aos Indígenas da Provincia de Angola** e do **Código de Justiça Indígena** (documentos ns. 1, 2 e 3).

São do mesmo autor as prudentes palavras que seguem e que estabelecem doutrina, mais tarde assimilada pela lei:

"E' necessário que todos os que se dedicam ao estudo de assuntos coloniais, e que por êles se interessam, façam uma activa propaganda contra a errada orientação de considerar os indígenas como cidadãos portugueses, com iguais direitos e devêres. Foi o êrro em que caiu a França, considerando como cidadãos, franceses os indígenas das suas colónias, e aquêles todos iguais. Já reconheceu a França o seu êrro, graças à bem dirigida campanha duma **élite** colonial em pról da verdade imutável dos factos, e nesta ordem de ideias tem promulgado disposições de character restritivo, estabelecendo quais os indígenas que têm direito e estão em condições de ser considerados como cidadãos franceses, e aquêles que, pelo atraso de civilização e cultura, não podem ser considerados como cidadãos, mas unicamente como subditos.

"E' o que se tem de fazer em Portugal, encarando de frente o problema, sem subterfugios e pueris receios, saíndo desta falsa situação que criámos, de dar aos indígenas direitos que êles não reclamaram, não desejavam e até repudiam, bem assim como, em lhes impôr devêres que êles de bom grado não accltam.

"O indígena de Angola não pretende nem aspira a possuir as regalias e obrigações dos cidadãos portugueses nascidos e educados na metrópole, conserva as suas instituições, possui os seus códigos, pelos quais se regula e que nós devemos respeitar, não havendo necessidade

nem interesse em lhe impôr disposições de que não carece e que não solicita.

"Ha absoluta necessidade de definir o indígena de Angola, o que não está feito em termos claros e precisos nos nossos textos legais, dando lugar a dúvidas e confusões, as definições estabelecidas nas diversas disposições de lei, o que se torna indispensável fazer para a boa execução e compreensão das leis especiais promulgadas para esta Colónia." (2).

E, concretizando melhor o problema do estatuto indígena, o mesmo autor esboça as directivas para a sua elaboração:

"No estatuto político dos indígenas de Angola, além do que fica mencionado, deve consignar-se aos indígenas a garantia do exercício dos direitos e regalias que, na colectividade gentílica, elles possuem, e os seus fóros de nobreza e títulos hiêrarquicos tradicionais, segundo os usos e costumes. Reconhecer as autoridades indígenas, como tal reconhecidas pela comunidade indígena, e determinar-lhes a sua competência em face dos seus usos e costumes e as suas atribuições de colaboração com as autoridades administrativas. Considerar os conselhos gentílicos, a quem, segundo as tradições, cabe, colectivamente, a resolução dos diversos assuntos de interesse das populações indígenas, e manter e respeitar todos os costumes daquelas organizações políticas ou de outras, que não sejam contrários aos principios de humanidade. Reconhecer os diversos estados gentílicos de Angola, com cujos chefes as nossas autoridades directamente se devem entender, e os subordinados àquelas mantendo relações de subordinação e uso das funções que pela tradição lhes competem. Emfim, quando em qualquer estado gentílico se tenha extinguido ou esteja em vias de extinção, a organização política, devido à influência da autoridade dominadora, á disseminação do povo que habitou a região, à heterogeneidade étnica da população indígena ou a qualquer outro motivo, procurar restabelecer aquela organização de maneira a conseguir que ela se harmonize o melhor possível com os usos, costumes e tradições da maioria da população". (3).

O mesmo critério prevalecia em 1923. Norton de Matos afirma tambem que "os indígenas de Angola não podem ser considerados, na sua maioria, na sua quasi totalidade, como cidadãos investidos da plenitude dos direitos de que gozam os povos civilizados". (4).

Em conformidade com as bases estabelecidas pelas Leis Orgânicas das Colónias Portuguesas (n.º 277 e 278 de 15 de Agosto de 1914), o Chefe dos Serviços Indígenas de Angola apresentou ao Alto Comissário, em meados de 1923 uma proposta de **Estatuto Civil, Político**

e Criminal dos Indígenas da Provincia de Angola, que não chegou a ser transformada em lei (documento n.º 4).

Era êsse diploma constituído por quatro capítulos (Disposições Fundamentais; Direitos e Garantias dos Indígenas; Administração de Justiça aos Indígenas; e Disposições Diversas), nos quais se concretizavam e desenvolviam os principios atrás preconizados.

Finalmente, em 23 de outubro de 1926, foi publicado pela Secretaria Geral do Ministério das Colónias (Decreto n.º 12.533) o **Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique** (documento n.º 5), no qual se condensa a norma basilar dos direitos e devêres dos indígenas das duas grandes colónias portuguesas.

Nêsse diploma se mantem a preocupação de evitar que o indígena seja sujeito "quasi totalmente, por uma verdadeira abstracção legislativa, ao direito político, administrativo e civil da Metrópole".

O **Estatuto Indígena** "é uma lei especial a que todos os indígenas ficam sujeitos, a bem do desenvolvimento do território e da administração geral da Colónia, a qual não abranje por fórma alguma os naturais da Colónia que adoptem os usos e costumes públicos dos europeus, para os quais está garantido o uso pleno e amplo de todos os direitos civis e políticos destes, concedidos pelas leis em vigor".

A matéria do diploma distribui-se pelas seguintes partes, cujos titulos resumem o seu conteúdo: Dos direitos e devêres dos indígenas em geral; Dos direitos civis; Dos direitos políticos; Do direito criminal; Da administração da justiça; Das comissões de defesa; e Disposições transitórias.

Para que a obra, tão sequentemente realzada, receba o seu natural e definitivo coroamento, é necessário ainda dar cumprimento ao art.º 21.º do Estatuto, que manda elaborar em cada uma das colónias de Angola e Moçambique os regulamentos necessários à sua execução.

Só então, realzada prudentemente esta importantissima experiência, será licito delinear os estatutos a estabelecer nas restantes colónias (Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Guiné e Timor), onde o problema se apresenta, se não com a mesma importância, pelo menos com um interesse que a Portugal sempre têm merecido as suas populações nativas.

—:—

Correspondendo à honra que me foi conferida pelo **Centro de Estudos de Colonização Comparada**, cujos membros saúdo affectuosa-

mente — os seus designios culturais e humanitários são idênticos aos que absorvem a minha vida colonial — procurei por êste modesto trabalho salientar a unidade que sempre caracterizou o espirito da colonização portuguesa.

Se a colonização é, acima de tudo, força espiritual, nenhum povo possuiu como Portugal essa força em tão larga escala. Acima da conquista material do território imperou sempre no espirito dos portugueses a ideia da propagação doutrinária e a febre da salvação das almas, que os seus maiores julgavam perdidas nos abismos do paganismo. O Infante D. Henrique, encarnando a politica do cristianismo, procurou combater em todos os campos o perigo muçulmano. O seu propósito de "tornar o Oceano navegável até à India, a fim de socorrer a cristandade do Ocidente contra os sarracênos e submeter ao mesmo tempo os povos pagãos ainda não infestados pela peste maometana" (Bula de Nicolau V, de 8 de Janeiro de 1454) caracteriza o inicio do esforço português, que havia de praticamente conduzir à organização do Império do Oriente.

Este propósito, que nos levára à India, continuou na África a guiar os nossos passos. Quando o rei D. Sebastião enviou Paulo Dias de Novais como embaixador ao rei de Angola, em 1559, logo o fez acompanhar de Missionários, primando os intentos de proselitismo cristão a qualquer outro designio, como bem ressalta das instruções que então lhe fôram passadas: "Pelo que lhe rogo que de sua parte se queira dispôr para lhe Nosso Senhor fazer tamanha mercê como será vir em conhecimento da sua fé. Porque eu confio que, fazendo-o êle, assim lhe acudirá com sua Graça e confirmação nela e que, além de por isso ganhar o que não tem comparação, que é a salvação da sua alma, me ganhará tambem a mim para folgar de o ajudar e favorecer em tudo o que fôr de razão e a elas e a seu rei tocar".

Portugal manteve-se isolado durante muito tempo na sua acção ultramarina. Apenas os espanhóis o acompanharam, ou melhor contrariaram, podendo fazer-se ideia do seu eubigoso objectivo pela dureza implacavelmente destruidora dos seus herois. Assim o compreenderam os jesuitas, empenhados na occupação de Angola, que, desejando conseguir o auxilio de Filipe II, lhe acenavam com as riquezas imaginárias da prata de Cambambe, enviando-lhe amostras do suposto minério argentífero, "para que, tendo alguma noticia da riqueza desta terra, com mais gosto a proveja de

gente e munições e do mais que para conquistar é necessário."

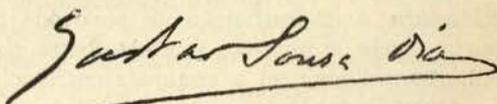
Os outros povos europeus começaram a ser atraídos para as lides ultramarinas pelo livro do italiano António Serra, publicado em 1613, sob o elucidativo titulo de: **Das causas que podem fazer abundar o ouro e a prata nos Reinos em que não há minas.** Até então não lhes merecera interesse a obra em que os portugueses, num propósito de alcance universal, há quasi 3 séculos andavam gastando a sua melhor energia.

Em vésperas da abertura da Exposição Colonial de Paris, o Marechal Lyautey, Comissário Geral da Republica Francesa nesse certamen mundial, afirmou que a acção colonizadora dum povo se não determinava "pelo simples jogo de algumas leis económicas ou pelo gosto da aventura", mas que nesse fenómeno entravam em grandes quantidade forças do mais alto significado espiritual.

Creio ter demonstrado que os portugueses, através da sua longa carreira colónial — por vezes tão injustamente julgada — se não afastaram um momento do uso predominante dessas forças. Assim o prova a sua legislação, à custa da qual têm procurado elevar até si o indígena, por um gradual e prudente reconhecimento de direitos, pela cultura paciente da sua intelligência e pelo apuramento tenaz da sua moralidade.

Eis uma glória que todos os portugueses julgam dever pertencer-lhes e para manutenção da qual continuam a esforçar-se activa e zelosamente!

Angola — Sá da Bandeira



(1) — Artigo 1.º do Diploma Legislativo 1.º 237 de 26-V-1931.

(2) — Província de Angóla — Negócios Indígenas — Relatório do ano de 1913 — Ferreira Dinis.

(3) — A Missão Civilizadora do Estado em Angola, pag. 57 — Ferreira Dinis.

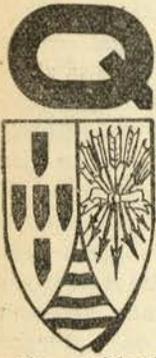
(4) — Província de Angóla, pag. 268 — Norton de Matos.

Pouco a Pouco

A Evolução de Lourenço Marques

(ESPECIAL)

Pelo DR. MANUEL A. PERES
Da Academia de Ciências de Lisboa



QUEM há um quarto de século desembarcava em Lourenço Marques sofria uma desilusão.

Na Metrópole corria que era uma cidade opulenta, de vida cosmopolita. Era essa a impressão com que chegava a Lisboa quem de lá vinha, com o bairrismo acirrado pela pobreza das nossas povoações da costa ocidental da África. Mas a quem ia da Europa pela primeira vez (e que mal via da amurada do vapor essas terras de vida apagada para se impressionar com o contraste) Lourenço Marques parecia-lhe um vasto acampamento de miseráveis barracas. Seis estradas macadamizadas e desguarnecidas a que se dava o pomposo nome de avenidas e por quatro das quais circulavam sete carros eléctricos com dois ou três passageiros irradiavam dum burgo pobríssimo, com duas acanhadas praças, onde se concentrava o comércio da terra. Os magníficos teatros, as lindas mulheres de todas as nações do mundo, os edifícios maravilhosos, a intensa vida social, existiam apenas nas imaginações escandecidas pelo sol abrasador daquelas paragens.

E a desilusão era tanto mais inesperada quanto é certo que a Natureza parecia cúmplice dos entusiastas: a primeira impressão que se recebe ao chegar a Lourenço Marques, por mar, é o magnífico espectáculo da sua grandiosa baía a que os ingleses teimam em chamar Delagoa, nome que parece ser muito português mas com o qual os portugueses embirram solenemente.

Dias depois essa má impressão passava. O homem é um animal que a tudo se adapta facilmente e o recémchegado em pouco tempo se habituava a enterrar-se até os tornozelos na areia das ruas que ainda não tinham passado da planta para o terreno e se convenciam de que estava rodeado dos maiores requintes da civilização.

Na verdade, Lourenço Marques tinha, na sua modéstia, duas coisas notáveis que não destoariam em qualquer cidade opulenta; uma obra de Técnica e uma obra da Ciência. A primeira era o magnífico apetrechamento dos serviços do seu pôrto e caminho de ferro que, de então para cá, não tem cessado de progredir; a segunda era um grande jardim botânico, ricamente povoado e tratado, que, infelizmente, se vai a perder transformado lenta e progressivamente em jardim de recreio.

Quem hoje vê Lourenço Marques dificilmente concebe que aquilo fosse ainda há bem poucos anos um matagal quasi selvagem. As pseudo-ruas de areia solta são hoje belas faixas de rodado macadamizadas e asfaltadas; as barracas de madeira sumiram-se e por toda a parte surgiram numerosos "chalets" em que nem sempre se encontra bom gosto mas que dão uma boa impressão de vida moderna.

Até o aspecto da população se modificou com o desaparecimento da indumentária colonial. O fato branco e o capacete de cortiça, de uso geral há anos, já se não veem. Parece que fez escola a doutrina dos "monhés" que se destacavam do resto da população, toda vestida de branco, pelo uso de uma espécie de sobretudo; atribuía-se-lhes a máxima de que "o que tapa o frio tapa o calor" (o que, aliás, é um princípio de Física muito verdadeiro). Mais natural, porém, é atribuir a modificação da indumentária ao desenvolvimento da viação provocado pela democratização do automóvel e facilitado pela macadamização das ruas que tornou dispensável as problemáticas virtudes do fato branco.

Aquele entusiasmo bairrista e ridículo de que atrás falamos fez esse milagre. Lourenço Marques a quem, à parte o seu magnífico pôrto, a Natureza nada deu para a favorecer, nem ricos terrenos em volta, nem cenários, nem clima, foi vencendo todas as dificuldades e é hoje uma bela cidade na acepção regional do termo.

Tudo neste mundo é relativo e chamar bela cidade a Lourenço Marques exige que se esclareça que a classificação se restringe à África austral que não possui entre as suas ci-

dades, todas modernas, nenhuma que rivalize em beleza e mesmo em grandeza com as cidades seculares do norte da África. Lá para o sul, a cidade compõe-se sempre de duas partes; uma puramente urbana constituída por meia dúzia de ruas; outra campesina, muito mais vasta, semeada de chalets isolados e rodeados de jardins e cortada por longas avenidas (ou estradas?) por onde não passa viv'alma. Com excepção de Capetown que tem um aspecto mais europeu, todas aquelas cidades são deste tipo; assim é Johannesburg, a mais populosa e rica; assim é Pretória, séde do govêrno da União Sul-Africana; assim são as cidades marítimas, entre as quais se conta a rival de Lourenço Marques, Durban, constituída por uma única e longa rua (seccionada por vários nomes distintos, mas uma só rua verdadeira) e uma vastíssima e populosa parte campesina. E assim é Lourenço Marques.

No seu esforço de progresso e embelezamento, a população, a Câmara e o Govêrno têm feito os maiores sacrificios. Nem sempre as considerações de comodidade, de beleza e de utilidade têm primado sobre as de suntuosidade e magnificência. Algumas coisas se têm feito mais para deslumbrar os de fóra do que para servir os de dentro. Mas tudo se tem feito num espirito admiravel de progresso, num ingente esforço de engrandecimento que vence até a própria Natureza, como acontece com essa justamente afamada praia da Polana a que todas as condições naturais faltam, a começar... pela própria praia: uma delgadíssima faixa de areia ao fundo de uma encosta, quási a pique, de sessenta metros de altura.

O exemplo de Lourenço Marques fez escola pelo interior. E' que a gente é a mesma, os mesmos os processos, as mesmas as ambições.

As pequenas povoações do interior, dêsse interior tambem pouco favorecido pela Natureza, pobre, de raras e espaçadas manchas de fertilidade, desenvolvem-se e modernizam-se e a maior parte delas já dispõe de todos os confortos da civilização.

Ao norte de Lourenço Marques, a cidade mais importante é a Beira, capital dum territorio administrado e governado por uma empresa particular, a Companhia de Moçambique, que por motivos históricos e outros não é estimada pelos portugueses de Moçambique.

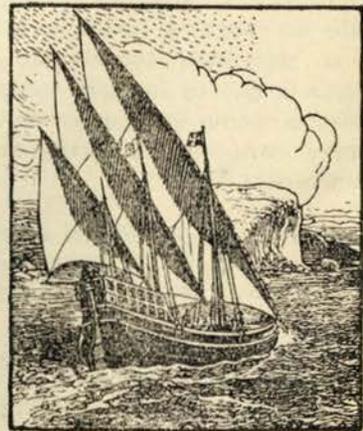
A Beira foi mais bem fadada pela Natureza do que Lourenço Marques; não tem um pôrto que se compare ao desta, mas é rodeada por terrenos férteis e mineralógicamente ricos, com um clima mais favorável à agricultura e, para o homem, talvez mais persistentemente desagradável mas muito menos traiçoeiro que

o do sul. Tambem a Beira se desenvolveu e desenvolve, como Lourenço Marques cujo exemplo começou a seguir ha pouco tempo; deixou de ser a "cidade de lata" com as suas ruas de areia solta e barracas de madeira e zinco para se transformar numa terra moderna.

Mais ao norte, Moçambique, a antiga capital, difere completamente das outras terras: é a cidade do tipo europeu, a de aspecto familiar ao português da Metrópole; não tem parte campesina; as ruas, as casas, a disposição de tudo, fazem-nos lembrar uma cidade provinciana do Portugal europeu. E' uma cidade histórica que da sua história vive; não se alarga, porque não tem espaço para se alargar; ocupa toda a ilha, essa minúscula ilha de Moçambique que dizem ser a mais pequena das ilhas povoadas e que sem a cidade seria um ilheu deserto. Pouco se tem modificado e pouco convêm que se modifique a quem prefere o seu tipo castiço ao das "cidades em série" do continente negro, variedade africana do tipo de "papel quadriculado" das cidades modernas.

E assim, pouco a pouco, persistentemente, a gente portuguesa tem plantado focos de civilização e progresso no matagal espinhoso e agressivo da selva da África Oriental. Não deixemos que o nosso orgulho exagere o valor do que temos feito para que o extranho, frio e desconfiado, não tome a diferença entre o relato e a realidade como prova de debilidade mental ou propósito de mascarar uma incúria; não preparemos desilusões aos que se convencem de que vão ver a reprodução das magnificências do palácio de Salomão, porque essas desilusões nos serão hostís. Mostremos a nossa obra sem adjectivação, porque ela por si própria se recomenda e se impõe.

Manuel Leal



A Guiné Portuguesa

(ESPECIAL)



FALAR da colónia portuguesa da Guiné, o mesmo é que referir um dos mais formosos recantos dessa África portentosa de riquezas latentes e belezas naturais incomparáveis. Pena tenho eu de não poder corresponder á expectativa de quem me quiz honrar com este encargo. A descrição de terras como a da Guiné Portuguesa, só poetas a saberão fazer devidamente. A sua beleza é verdadeiramente empolgante.

O caprichoso rendilhado das suas costas sempre verdejantes, constantemente beijadas pela suave ondulação de um mar em permanente calmaria, leva, creio que necessariamente, quantos delas se aproximam a julgarem-nas formadas pelos restos das daquela

“..... insula divina
ornada de esmaltado e verde arreio”.

preparada outrora pelos deuses propícios e amoráveis “no reino de cristal líquido e manso” para nela descansarem os fatigados heróis da descoberta da Índia. (1).

As nereidas lá se imaginam gozando a frescura dos inúmeros rios, sob as tranças do cerrado arvoredo pudicamente escondidas dos olhares de fogo do resplandecente Febo, que parece ali ter assentado o seu trono ardente; e em vão se espera que elas se mostrem na praia com os seus cabelos fulvos em desalinho e os seus meneios tentadores, como as imaginou o incomparavel Autor dos Lusíadas.

E' que, vestida do seu manto de perene verdura, aqui e alem rasgado pelos indígenas para a feitura das suas sementeiras; cortada de rios e canais, estradas económicas por onde (assim como pela bem lançada rede das suas carreiras) transitam os géneros do seu comércio; habitada por uma população etnologicamente variadíssima, de costumes os mais curiosos; solo feraz e quasi inteiramente plano; a poucas milhas de distancia da metrópole portuguesa; a nossa Guiné deveria ser um centro importante de colonização europea e ri-

Pelo CÔNEGO ANTONIO MIRANDA MAGALHÃES -- (Antigo missionario português)

queza nacional, região de turismo rival da Madeira, se o seu clima ardente e húmido e as doenças que intensamente grassam por toda aquela parte da costa africana a não prejudicassem a ponto de a tornarem declaradamente imprópria para o desenvolvimento e fixação da nossa raça.

Ainda assim, entre os 400.000 habitantes, números redondos, que actualmente a povoam, há cerca de 600 brancos portugueses de ambos os sexos e de diversas edades, ali ganhando a vida no comércio, na burocracia e em serviços profissionais e agrícolas. E as terras adustas da colónia escondem as cinzas de alguns milhares deles que, desde o tempo da Descoberta, ali têm caído a arder em amor da Pátria e com o nome dela fundamente gravado no mais íntimo do peito.

São primeiro — logo em 1446-1447 — Nuno Tristão e 19 dos seus companheiros, “homens fidalgos e mancebos que o Infante creara em sua câmara e assim outros escudeiros e homens de pé daquela criação e assim mareantes e outra gente do navio”, (2) que morrem combatendo heróicamente contra os bárbaros que, de armas ervadas e inopinadamente, os atacam no meio de um dos muitos rios da terra acabada de descobrir.

São depois os **feitores reais**, heróis obscuros que o amor da Pátria, a obediência aos chefes, e — por que não? — um razoável interesse e uma bem compreendida ambição, ali conduziram e levaram a fixar, a braços com dificuldades de toda a ordem, expostos à acção deletéria dum clima hostil e a mil perigosos mal-entendidos que certamente se não de ter suscitado com os indígenas.

São os comerciantes de todos os tempos, desde os mais recuados, que ali se estabeleceram e, certamente orientados ou mesmo dirigidos pelos feitores, souberam conquistar a estima e a confiança dos indígenas, pacificamente devassando as suas terras, tendo muitas vezes porém de trocar o balcão do **negócio** pelas trincheiras da luta, afim de defenderem e imporem o respeito da Bandeira sagrada das Quinas a pretos revoltados e a estrangeiros ambiciosos e invasores.

São os militares do Exército e da Marinha

que ali mantêm a Ordem e impõem a Autoridade e as Leis portuguesas, por elas fazendo substituir cruéis e bárbaros costumes de povos primitivos, que o país tem permissão civilizar, cimentando a ocupação, que efectuam, com o sangue generoso que abundantemente derramam em cem porfiosos combates.

São, finalmente, os funcionários e os colonos de tôdas as categorias que ali têm, desde sempre, com a tenacidade própria da gente lusa, procurado fazer respeitar e amar o nome querido de Portugal; e que, se não conseguirem inteiramente vencer o clima na colonização efectiva daquelas terras, lá fixaram a língua embora caldeada com as dos indígenas num creoulo português, que é compreendido e falado, mesmo em terras que já não são nossas, desde o norte do Senegal até à Serra Leoa.

Não. Nas terras accidentais da África Equatorial nenhum povo tem levado mais longe que os portugueses o seu esforço colonizador.

Descoberta pois a Guiné por Nuno Tristão em 1446-1447, logo para ali começou a afluir o nosso comércio de tal maneira que já depois de 1447 começaram a ser as mais amistosas as relações comerciais dos portugueses com os indígenas que a habitavam, segundo se depreende da "Crónica" de Azurara, a não ser com os mandingas, cuja animosidade contra os europeus se manteve durante mais algum tempo, cedendo todavia a pouco e pouco, de modo que por ocasião da morte do infante D. Henrique (1460), no dizer de João de Barros, "o negócio da Guiné andava mui corrente entre os nossos e os moradores daquelas partes, e uns com os outros se comunicavam em as coisas do comércio com paz e amor".

Uma transformação tão rápida e tão completa das tribus guerreiras e desconfiadas da Guiné, só poderia ter-se conseguido pelo espirito de justiça, de bondade e tolerância que animava os portugueses.

Não conseguiu, é certo, o comércio da Guiné aquele desenvolvimento como que estonteante que em anos ulteriores atingiu o da Índia; mas a importância a que chegou foi ainda assim bastante notável.

A Companhia de Lagos, fundada em 1446 por Lançarote, pouco deve ter nele influido, visto haverem sido por D. Afonso V., doadas ainda nessa época as ilhas de Cabo Verde ao infante D. Fernando, e conferido a êste donatário o exclusivo do comércio da parte do continente africano que lhes ficava fronteiro, ou seja toda a extensão que vai do Senegal à Serra Leoa, afim de mais facilmente ser povoado o arquipélago, e, com o seu povoamen-

to, desenvolvida a sua agricultura e a sua colonização.

E' que naquele tempo era a escravatura objecto de comércio em tôdas as nações do mundo.

Indivíduos colocados à margem pelo seu povo, uns condenados à morte, que assim viam comutada a pênna capital, outros possivelmente ainda não condenados mas a contas com a justiça das autoridades gentílicas da sua tribo, ou com a ambição dos seus chefes, e quantas vezes dos mesmos pais, eram trocados por valores como quaisquer irracionais... Era assim naqueles tempos e por toda a parte!

Não fomos nós que inventamos êsse lamentoso estado social. Não fomos até os únicos a utilisá-lo nem quem mais dele abusou. Fomos, sim, dos que primeiro o aboliram, chegando nós a ser por isso vexados.

Felizmente não era êste apenas o comércio que na Guiné faziam os portugueses de então. Compravam tambem, em quantidade, "courama, marfim, cera, gôma, âmbar e ouro", a trôco de cavalos, milho, feijão, etc.

Fixado o comércio na Guiné, surgem dentro em pouco as povoações organizadas à roda dos estabelecimentos. E' Guinala, é a Aldela dos Buramos, de quem descende a actual vila de Cacheu, são Buba, Bissau, Gêba, Farim, — que sei eu? Onde o português se fixa, parece que surge aí um centro populacional regular, um primeiro passo na estrada da civilização.

Vêm a seguir os serviços missionários. Depois da incipiente ocupação política e do estabelecimento da vida comercial, depois da organização material e económica, vêm os cuidados do espirito.

As fortalezas surgem mais tarde. Quando a extensão dos domínios portugueses aconselha a fortificação de pontos estratégicos, como São Jorge da Mina em 1492, e principalmente quando se vê que os estrangeiros se abalançam a seguir na esteira dos nossos navios para se apresentarem enganosamente aos indígenas que procuram expoliar, ou para se apoderarem das terras cujo domínio era até então assinalado pela bandeira gloriosa de Portugal, como no declínio do século XVI e em grande parte do século XVII, é que surgem aqui e além fortalezas, mais contra as cubiças estrangeiras do que contra possíveis reclamações dos indígenas. Mas ao lado de cada fortaleza elevava-se uma igreja: como que a recordar aos guerreiros, aos colonos e até aos indígenas que a força apenas é proficua orientada pelos ditames da justiça e temperada pela caridade, subordinada em suma ao espirito como o corpo o deve estar à alma.

E entre a força material, que as circunstâncias impuzeram, e a crença religiosa, que era a bem dizer a alma de toda a nação, nunca se justificaram antagonismos; antes por mais de uma vez a mão que alteava a Cruz simbólica da civilização cristã com que a nação procurava iluminar os povos que ia descobrindo através do "Mar Tenebroso" levantava também o montante da defesa dos direitos nacionais perante os estrangeiros cubiçosos e atrevidos.

Surge mais tarde Bolama numa das ilhas dos Bijagós doada em 1607 como homenagem do rei de Guinala a Portugal.

Em 1792 descobrem os ingleses as vantagens do seu esplendido porto natural, tão seguro que, no dizer dos antigos, ali podiam amarrar os navios com cordas pobres; reclamam a sua posse com as razões classicas do leão da fábula; e lá pretendem estabelecer-se. Não lho consentiram os indígenas que se levantaram contra os estrangeiros, obrigando-os a embarcar.

Sente o governo português, que deve ali começar a levantar uma fortaleza que nos garanta contra as ambições estrangeiras, e dá-lhe início em 1831. Os ingleses protestam, e os seus navios de guerra ali praticam violências contra a nossa soberania. Sucedem-se as reclamações, até que por fim, de comum acôrdo, submete-se a questão ao juizo arbitral do presidente Ulisses Grant dos Estados Unidos da América do Norte, que em sentença arbitral de 21 de Abril de 1870 reconheceu e afirmou solenemente os direitos de Portugal àquelle recanto da Guiné. Bolama continuava assim a ser terra de Portugal.

Nove anos depois deixava a Guiné de fazer parte da provincia de Cabo Verde, a que estivera sempre ligada quasi que desde o tempo da descoberta, e formava uma provincia autónoma com Bolama por capital.

E' que fôra um argumento a favor da nossa causa o plano da mudança da capital da Guiné, de Cacheu para Bolama.

Em 1892 desce a Guiné à categoria de distrito militar autónomo, para regressar à de provincia em 1895. Bolama tem-se mantido sempre como capital; e desta maneira as ambições estranhas sobre o seu esplendido porto não se têm manifestado mais intensamente que as que têm por objecto o resto da colónia.

Actualmente a Guiné, com os seus 36.125 Km². (quasi metade do continente português) é a terceira das nossas colónias em superficie.

A sua população, de uns 400.000 habitantes, dá-lhe, supponho eu, o quinto lugar em relação às suas irmãs. A sua densidade, 10,39 a 15,8,

não é todavia inferior à das colónias estrangeiras vizinhas. E' constituída por elementos europeus, caboverdeanos, sírios e povos diversos da raça negra, antigamente inimigos mortais uns dos outros, actualmente distintos ainda mas domados na sua belicosidade pela acção das nossas autoridades, principalmente desde que se normalizou a nossa occupação pelas campanhas heroicas do capitão J. Teixeira Pinto terminadas em 1915.

O comércio tem-se desenvolvido notavelmente e dado vida a outras povoações, como Bafatá, Canchungo, Bula, Bissoram, Bubaque, etc.

A monocultura do amendoim tem sido modificada benéficamente pela cultura do arroz, das palmeiras, da cola, etc.

Do desenvolvimento comercial dão-nos idéas os seguintes números referentes ao seu movimento:

Em 1871	410.600\$
Em 1891	480.076\$
Em 1900	1.180.345\$
Em 1910	2.460.060\$
Em 1920	25.080.946\$
Em 1930	75.550.474\$

O orçamento da colónia em 1901-1902 calculava uma receita de 126.030\$ e uma despesa de 208.080\$; o de 1933-1934, ano em que a colónia se debatia numa enorme crise, previa a receita de 21.287.100\$ e a despesa de 20.969.209\$60.

E nem mesmo neste período de materialismo internacional esqueceu Portugal a sua missão espiritual para com as colónias.

Ministros das Colónias de todas as facções politicas, altos commissários e governadores coloniais têm dado à Obra Missionária Portuguesa todo o apóio da sua influencia e da sua boa vontade. Rodrigues Gaspar, João Belo, Norton de Matos, Leite de Magalhães, e tantos outros, mesmo sem ir além do actual regimen, são nomes a quem muito devem as nossas missões ultramarinas.

Terão acertado sempre nos seus esforços em pról das missões? Se acaso houver desacôrto, nunca a elles lhes pertencerão as causas.

Relativamente à Guiné, durante muitas dezenas de anos, desde antes mesmo de 1834, se manteve o serviço missionário em estado de verdadeira anemia; e os missionários saídos do antigo Colégio das Missões Ultramarinas Portuguesas de Sernache do Bom Jardim, que ali começaram a trabalhar em 1864, e os sacerdotes saídos do Seminário Diocesano de Cabo Verde, levados pelas dificuldades resul-

tantes da falta de meios materiais, pelas do clima e do fanatismo dos povos islamizados. pouco mais puderam do que manter os escombros da obra passada.

O Governador da Guiné em 1930, então Tenente-coronel do Exército Português, Sr. António Leite de Magalhães, que já em Angola como capitão-mor e governador de distrito, e até anteriormente em Timor, se havia mostrado um grande admirador e amigo das missões católicas portuguesas, a par de tantas reformas úteis que tanto salientaram o seu governo daquela colónia, conseguiu, de acôrdo e colaboração com o bispo diocesano, Snr. D. José Alves Martins, dotar a Guiné com uma profícua reforma dos serviços missionários.

Desde logo se fundaram as missões seculares de Bolama e Gêba, e a franciscana de Bula, tôdas elas com oficinas e escolas portuguesas. E, pela organização que então foi adoptada, parece ficar garantida a continuidade da acção dos actuais evangelizadores.

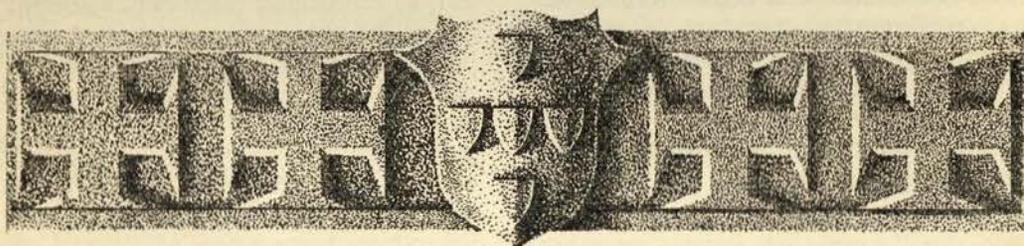
Portugal continua a ser o mesmo arauto da civilização que tem sido sempre em todos os cantos do Mundo. Pobre, sim, mas de uma visão superior e acostumado a vencer mesmo com sacrificios as dificuldades que se opõem não raras vezes à sua acção benemérita. E a Guiné, como as demais colónias portuguesas, é um padrão glorioso a demonstrar o valor da acção humanitária e civilizadora de Portugal

CÓNEGO ANTONIO MIRANDA MAGALHÃES,

(Antigo missionário português)

(1) — "Lusiadas", canto IX, est.^a XIX e seguinte.

(2) — A. Leite de Magalhães (transcrição) em "Guiné", separata do "Boletim da Agência Geral das Colónias", Fev.^o 1929.



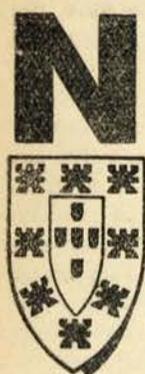
Capas

temos à venda, luxuosas capas para a segunda e terceira série do
BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.
PREÇO, 10\$000 — Pelo Correio: Brasil. 11\$000; Extrangeiro, 12\$000

PORTUGAL COLONIZADOR

Pelo TENENTE THEOPHILO DUARTE

(ESPECIAL)



O quadro da política medieval europeia, o pequeno Portugal marcou-se uma posição original, que parecendo nesse tempo, ser de mesquinho alcance, se revelou mais tarde de consequências transcendentas. Emquanto por essa Europa fóra, os senhores feudais de cada Estado procuravam por meio de combates isolados, alargar a área dos seus minúsculos domínios, os Reis seus suzeranos não as-

piravam a mais do que a sopesar pelo ferro, uma ou outra tentativa de fragmentação, ou anexar províncias estranhas; e de toda essa confusão de interesses limitados e restritos, nada de transcendente resultava para a marcha da civilização e progresso da humanidade.

Como contraste a estas actividades, o que se vê em Portugal nessa mesma época? Ausência absoluta de lutas entre castelões julgados sempre pelo poder Rial, e este, depois de ter consolidado a independência nacional, atirando o Mouro para as plagas de Marrocos e encurralando o Castelhana dentro das fronteiras que lhe impuzera, aguardar sereno e com êle, uma Nação inteira, que a experiência confirmasse a viabilidade do sonho que um dos seus super-homens concebera e que a quasi todos se afigurava um impossível. E quando isso se deu, esse povo, pletórico de força e guiado por chefes talentosos, embarcou na grande aventura das Descobertas e do Povoamento, em lances sim duma audácia espantosa, mas a que o carácter iminentemente científico da Direcção, assegurava um êxito estrondoso. E' que, emquanto na Europa, os príncipes consumiam o tempo que lhes sobrava dos combates, nos prazeres grosseiros da caça, da meza e das aventuras galantes, Portugal criara um Infante de Rial estirpe que ia descansar ao batalhar de Ceuta e Tanger, nas penedias de Sagres, entre livros, mapas, globos e sábios, 50 anos ininterruptos a estudar astronomia, geografia, e tantas outras matérias cultivadas então, não por fidalgos e muito menos por príncipes, mas apenas por um ou outro raro sábio; 50 anos

a conceber originaes teorias de carácter extremamente científico, discutidas e depuradas na sua selecta Academia; 50 anos a realizar por intermédio de escudeiros e fidalgos da sua casa, o que os sábios pressentiam, e isso em trágicas, experiências de navegações marítimas, de explorações no continente negro, de povoamento nas ilhas perdidas do Atlântico; esse meio século em que a Nação viveu, de olhos postos sempre no mar, visionando a India e desprezando as baixas intrigas do xadrez político europeu, esse meio século diziamos, imprimiu carácter a toda a história de Portugal, fazendo d'êle, um país, que durante os 500 anos que decorrem até hoje, se deixou absorver principalmente por preocupações coloniais. E essa característica da sua psicologia marcou-lhe um logar no concerto europeu, que não têm países de extensão territorial, incomparavelmente superior. E porquê? E' que as questões coloniais ocupam hoje em dia, um lugar de relevo primordial na política mundial, dominada pelo factor económico.

Emquanto que há um século, elas pouco interesse despertavam, visto que a pequena capacidade de trabalho das populações europeas não precisava de outros mercados que não fossem os do velho continente, agora tudo mudou.

O progresso industrial do nosso tempo, multiplicando quasi ao infinito, as possibilidades de produção e transformação, exige que o capitalista se lance à conquista de todos os mercados, e assim o negro, o amarelo e o malaio são prêsas que êle disputa, afim de que o incremento do consumo permita manter o ritmo febril das actividades industriais.

Acrescente-se a esta necessidade premente da posse dos mercados coloniais, a de colocação do excesso populacional de determinados países que asfixiam dentro das suas fronteiras, para se vér a importância que toima tal questão. De aqui resulta que o país, possuidor de colónias em condições climáticas e de recursos, favoráveis à recepção de toda esta corrente migratória, se encontra em excepcionais condições de valorização.

Por isso, cabe perguntar: está Portugal, em condições de tirar partido da sua situação privilegiada neste capitulo? Ora vejamos. O que é preciso para colonizar?

Gente e Saber. Gente, quer para ocupar e trabalhar regiões deshabitadas, quer para enquadrar o indígena e levá-lo a trocar a sua vida rude e primitiva, por uma outra delicada e espiritual, e Saber para que tão espinhosa e melindrosa função como esta, de transplantar uma raça de um continente para outro, ou fazer passar um povo duma civilização para outra, não redunde em fracasso criminoso, traduzido na perda de milhões de vidas humanas.

Muitos de nossos ouvintes, ficarão admirados de não mencionarmos o dinheiro como condição indispensável de tais empreendimentos, mas é que a experiência diz-nos que êle nunca foi senão um factor de 2ª ordem. Os alicerces do Brasil lançara-os Portugal, um país pobre e de finanças avariadas; as colónias espanholas, por uma nação em idénticas condições e os Estados Unidos há 200 anos, não custaram à Inglaterra, os milhões que esta tem dispendido nos tempos de hoje com os seus domínios. Estes exemplos típicos de colonização (povoamento de regiões semi-desertas, por elementos europeus) mostram que ela se faz mais com a energia e tenacidade de rudes camponeses que querem vencer, do que com facilidades financeiras, dadas a diletanti. Como contraste a estes exemplos, vemos que a Alemanha e a Italia, apesar dos seus poderosos recursos financeiros e do seu excesso populacional, apenas fixaram uns escassos milhares de brancos nos extensos territórios que administraram ou administram ainda. 24.000 a primeira e 50.000 a segunda, enquanto que nós só em Angola temos 60.000; e isto por lhes faltar a nossa longa tradição de tais trabalhos, que faz com que na terminologia do preto de África, o branco seja sinónimo de português. E porque muitos povos, consideram a colonização, apenas como um negócio de que há que tirar um lucro imediato e compensador e não uma nobre tarefa de alta humanidade, é que o Congo Belga caiu na situação desesperada em que se encontra.

Esta modalidade de colonização caracterizadamente capitalista, de sociedades anónimas, levou a colónia a um estado de prosperidade extraordinária, traduzida num colossal movimento de importações, exportações, e fixação de brancos; mas num momento a crise mundial provocou não só a paralisação, o abandono e a derrocada de fábricas, caminhos de

ferro, pôrtos e cidades, como também a fuga aflitiva do metropolitano que não considerava a Africa senão como um lugar de passagem. Dos 17.000 bélgas vivendo no Congo, regressaram á Metrópole 5.000, isto é, 30 %. Ora a nossa Angola que lhe fica vizinha, que sófre das mesmas ou peiores dificuldades, mostra-nos a diferença de concepção de 2 raças em presença das mesmas dificuldades. De ali ninguém arreda pé e o colono que hoje já não póde vestir a antiga camisa de seda, passa a usar o caki sóbre a pele encorreada; êle que já se não póde banquetear com as delicadas iguarias recebidas da Europa, recorre quasi às comidas cafreaais; êle que durante anos fizera uma vida de abastança, volta agora à negra miséria, sem que isso o faça succumbir. Sófre mas não fôge; sangra mas não deserta, e o ar com que encara a tremenda crise é o mesmo que o do seu igual da metrópole, que não se lembra de abandonar o torrão natal, porque os preços dos seus productos não são compensadores. Lá em baixo, no adusto sertão africano pensa-se da mesma forma e as estatísticas frisam o assombroso facto de não haver repartição de angolanos. Estes contumazes e rudes pioneiros de uma nova civilização são, melhor que milhões de libras, os factores da transformação da colónia num segundo Brasil. Êles como os seus ascendentes do século de seiscentos, não se deixam vencer nem pelo clima nem pela crise e mostram que as aptidões da raça para tais emprêsas se mantêm intactas.

O presente que estamos fecundando não é mais do que a reedição do passado, que desabrochou em frutos maravilhosos. Dos Açores, Madeira e Cabo Verde, ilhas desertas e inproveitadas, fizemos ricos e povoados nucleos que despertam todas as cubiças. Do Brasil pátria de escassos índios perdidos na imensidade das suas selvas, fizemos um país cujo potencial lhe poderá assegurar o primeiro lugar não só no continente Sul Americano, mas num futuro mais ou menos proximo, no próprio xadrez da política mundial. Tudo isto são as canções, que Portugal apresenta ao mundo, para garantia dos trabalhos que tem entre mãos e que conta levar a cabo. Prouvera a Deus que os seus detratores pudessem justificar de igual modo, aspirações que só nasceram nas mezas das negociações diplomáticas, quando já não havia procélas á afrenta, e canibais a combater!

Thomaz de Almeida
antigo governador de Cabo Verde e de Simão

NOTICIÁRIO

AFRICA SELVAGEM

Maria Archer, — nossa ilustre e distintíssima colaboradora —, conseguiu, com “Africa Selvagem”, folclore dos negros do grupo “bântu”, que os negros figurassem na nossa literatura colonial como gente, homens e mulheres, humanos, de carne e osso, com defeitos e virtudes, com raciocínio e outros predicados... Até aqui, salvo raríssimas e tímidas exceções, em nossa literatura africana, o preto só entrava com elemento decorativo, — manchas de côr e de pinturesco.

Isto era um verdadeiro absurdo, como absurdo, aliás, é quasi tudo que sôbre os negros têm escrito os sociólogos portugueses. Bom era que, a êste respeito, procurassem ler o que no Brasil se tem escrito nos ultimos anos sôbre o assunto. Quantas noções erradas se corrigiriam!

Maria Archer, rompendo com preconceitos tolos, introduziu, já agora, os negros em nossas letras, com seus costumes, suas lendas, seus defeitos. E fê-lo naquêle seu estilo límpido e sem artifício, que os nossos tanto apreciam.

Achamos que, nesta breve notícia, que está longe de ser uma nota critica, maior elogio lhe poderíamos fazer, dizendo, como deixamos dito, que o seu livro é um livro aparte, diferente.

TENENTE-CORONEL INACIO SOARES SEVERINO DE MELO BANDEIRA

Com a idade de 54 anos, faleceu a 11 de

Maio de 1936, no arquipélago de Cabo Verde, o tenente-coronel Inácio Soares Severino de Melo Bandeira, antigo comandante de Valença do Minho, terra de sua naturalidade e em cuja praça fez grande parte da sua notável carreira militar.

Oficial dos mais ilustres e merecidamente respeitados do Exército português, com uma folha de serviços verdadeiramente honrosa e brilhante, o tenente-coronel Inácio Severino gozava de alto prestígio nos círculos militares e colonialistas, pois, além de combater, no período da Grande Guerra, em Angola, no Cuamato, sob o comando de Alves Roçadas, com uma valentia e um heroísmo tal que mereceu a condecoração da “Torre e Espada”, e do mesmo modo em Moçambique, nas terras do Niassa e do Rowina, contra os alemães, dirigindo o 8.º Grupo de Metralhadoras, ocupou também nesta última Colónia os cargos de governador de distrito e secretário provincial, com aquela nobreza de carácter e alta noção do exacto e rigoroso cumprimento dos deveres, que eram, entre muitos outros traços sedutores do seu espírito superiormente cultivado, das características mais vivas da sua personalidade afável e distinta.

A família dolorida, e, em especial, ao talentoso jornalista e antigo deputado, Sr. Bartolomeu Severino, irmão do ilustre extinto, a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro apresenta, devéras compungida, as condolências mais vivas e sentidas.

MINAS DE PALOMÃO — Eça de Queiroz, enc.	10\$000
ALMAS NEGRAS — por João de Lemos	8\$000
AUÁ — Fausto Duarte	8\$000
HISTORIA DE ANGOLA — Castelbranco	8\$000
CARTAS DE ANGOLA — Gastão Souza Dias	8\$000
A REVISÃO DO SYSTEMA COLONIAL — D. F. Almeida	10\$000
A BATALHA DO FUTURO — (Organização corporativa), 1 vol.	9\$000

OBRAS DE FERREIRA DE CASTRO:

EMIGRANTES TERRA FRIA ETERNIDADE A SELVA
ENVIAM-SE CATALOGOS

LIVRARIA H. ANTUNES

RUA BUENOS AIRES, 133 — RIO

TELEFONE 23-754

REVISTAS:

Recebemos e agradecemos:

De PORTUGAL

China

- O Missionário Católico
- África Médica — (Cadernos Coloniais).
- O Mundo Português — (Boletim da Sociedade Broterária).
- Boletim da Casa das Beiras — (Ilustração Colonial).
- A Terra
- Boletim da Administração Militar
- Revista Portuguêsa de Comunicações
- Portugal Colonial
- Revista Militar
- Defesa Nacional
- Mundo Económico
- Neptuno
- Indústria Portuguesa
- Portugal
- Seára Nôva
- Boletim Geral das Colónias
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa
- Revista Portuguesa de Importação, Exportação e Turismo

Do BRASIL

- Revista da Camara Portuguesa de Comércio e Indústria
- Revista Brasileira de Música
- Revista do Departamento Nacional do Café
- Revista Brasil-Polonia

- Boletim do Museu Nacional
- Revista da Sociedade Rural Brasileira
- Brasil País de Turismo
- A Panificadora
- A Messe
- Revista Nacional de Educação

Da ARGENTINA

- Revista Geográfica Americana
- Claridad
- Pan

De CUBA

- Universidad de La Habana
- Revista Cubana

Do EQUADOR

- Revista América
- Anales de lá Universidad Central

Da ALEMANHA

- Ibero Amerikanisches Archiv
- Hispania

Dos ESTADOS UNIDOS (California)

- The American Association of Teachers Of Spanish

Do MÉXICO

- Universidad — México

COMPANHIA DE SEGUROS MARITIMOS E TERRESTRES

“UNIÃO DOS PROPRIETARIOS”

(FUNDADA EM 1894)

Capital realizado	1.500:000\$000
Reservas	1.955:658\$200
	<hr/>
	3.465:658\$200
Deposito no Tesouro Nacional	200:000\$000
Emprestimos sobre hipotecas	1.915:000\$000

Seguros Maritimos sôbre vapôres, navios à vela e outras embarcações e mercadorias embarcadas.

Aceita procuração para administrar bens de qualquer natureza, recebimentos de alugueis de prédios, juros de apolices e outros titulos de renda, mediante modica comissão.

Seguros Terrestres sôbre prédios, estabelecimentos comerciais, moveis, mercadorias em transito e outros riscos.

PAGA TODOS OS SINISTROS A DINHEIRO A VISTA

87, RUA DA QUITANDA, 87

EDIFICIO PROPRIO

TELEPHONE 23-3113

DIRECTORES: Jaime Jorge Gaio
Anibal Teixeira
Antônio Queiroz da Silva

Estamos recebendo e
agradecemos os seguintes:

De PORTUGAL

Imperio Português
O Espozende
Correio de Portugal
O Comercio do Porto
O Cardeal Saraiva
Mensajeiro do Ribatejo
O Povo de Aveiro
A Plebe
A Idéa Livre
Missões de Angola e Congo
Humanidade
Portugal

De MOÇAMBIQUE

Moçambique
A União
O Noticias
O Emancipador
O Brado Africano
O Norte
O Comercio da Beira
O Oriente
O Evangélico

De ANGOLA

A Província de Angola
O Comercio
A Tribuna
Diario de Luanda
O Lobito
Voz do Planalto
Noticias da Huíla
Jornal de Benguela
O Intransigente
O Sul de Angola
Angola
O Estudante

Da INDIA

O Oriente Português
Heraldo

Do RIO DE JANEIRO

Diario Português
Informação
Beira-Mar

**ARTISTAS CELEBRES,
POLITICOS EMINENTES,
JORNALISTAS CULTOS,
MILITARES ILUSTRES,
INDUSTRIAIS ABATADOS,
AMADORES EXIGENTES,**
*todos são unanimes em proclamar as
excelentes qualidades do*

Radio Philco



*PHILCO — o terrível sedutor das
irresistíveis e lindas garotas que
vivem nesta Cidade Maravilhosa.
Quantos rapazes e também velhos
gostariam de estar no lugar deste*

PHILCO !

Exclusivos distribuidores:

Isnard & Cia.

20 — Rua Evaristo da Veiga — 20

Durante os meses de Julho a Dezembro foram admitidos os seguintes sócios:

PROTECTORES

Raul Manuel Rodrigues, de Inhambane, proposto por António Fernandes Gomes de Sousa.

António Ferreira,
Sebastião Figueiredo, do Pará, proposto por Joaquim Figueiredo.

Manuel de Vanconcelos Hasse e
Amadeu S. dos Santos, de Luanda, propostos por Armando Vaz Pereira.

José Amado Neves, de Lourenço Marques, pro-
António Francisco da Silva.

Alfredo Reis.

Joaquim Pinto Martins e

José Figueiredo, propostos por José Lopes da
Silva Novo.

ACTIVOS:

Ernani Nunes e

José de Sousa, propostos por Manuel Agostinho Correla.

Mário Ferreira.

João Vieira,

António José Ferreira,

Hermínio Macedo de Oliveira e

António Viriato Alexandre, propostos por Manuel dos Santos.

José Pereira Soares, proposto por Maria das
Dóres Chaves.

Zacarias Campos,

Augusto Sampaio de Carvalho,

Manuel Correia de Almeida,

João José Gomes Geraldés,

Manuel de Almeida Rabelo,

Victorino Barbosa,

Horácio da Fonseca de Almeida,

Augusto José Garrido,

José Luis Ferreira Sampaio,

Edmundo Artur dos Reis e

José Luciano da Costa, propostos por António
Milha.

Arnaldo Silva, proposto por Alamiro Andrade.

Alvaro Teixeira de Sousa, proposto por António
Lopes dos Santos.

Arnaldo Cardoso Maltez, proposto por Anibal
Teixeira.

Joaquim B. R. Rraujo e

Augusto da Silva Lopes, propostos por C. Cesar Santos.

José Pereira Ribeiro, proposto por António
Ferreira Tavares.

Augusto Correla Vaz de Aguiar, proposto por
Tibúrcio de Oliveira.

GARAGE MODERNA

Compra e venda de automoveis, oleos e

GUARDA DE AUTOMOVEIS

ALVES PEIXOTO LDA.

Rua Senador Euzebio ns. 240 a 250

Tele. 22-4728 —:— Rio

A CAMPONESA DO MINHO

RESTAURANTE DE 1.^a ORDEM
SEM EXAGERO DE LUXO.

Genuinas petisqueiras à Portuguesa e
Vinhos das melhores regiões.

AUTENTICO "RENDEZ-VOUS DES
GOURMETS"

RUA CONCEIÇÃO, 42-48
(Antigo "36")

FONES: 43-0620 e 43-0434

OLIVEIRA LEITE & CIA.

IMPORTADORES

Louças, Cristais e Utensilios de Cozinha

FONES, 22-3160 e 22-3460

LOJAS:

LARGO DO ROSARIO, 32

RUA BUENOS AIRES, 151

Deposito: RUA SACADURA CABRAL, 89

— Rio de Janeiro —

ADELINO CASANOVA

FUNDADA EM 1926

ESPECIALIDADE EM PEÇAS FORD E CHEVROLET — IMPORTAÇÃO DE PEÇAS E ACCESSORIOS PARA AUTOMOVEIS — STOCK DE PNEUMATICOS E CAMARAS DE AR DE TODAS AS MARCAS

348-A, RUA FIGUEIRA DE MELLO, 350-A

Officina para reparações de P neumaticos e Camaras de Ar.

TELEPHONES: 28-2131 e 28-5172

End. Tel. ZANOVA — RIO DE JANEIRO

ESCRITORIO 28-5200

Banco Português do Brasil

FUNDADO EM 1918

CAPITAL..... Rs. 20.000:000\$000

MATRIZ: RIO DE JANEIRO

FILIAES EM SÃO PAULO E SANTOS

Faz todas as operações bancarias
contas correntes á ordem e a prazo

24, RUA DA CANDELARIA, 24

ADMINISTRAÇÃO DE TITULOS E PROPRIEDADES
(ESQUINA DA RUA DA ALFANDEGA)

Rio de Janeiro

ARTIGOS FINOS

PARA

HOMENS E VIAGENS
VENDAS A CREDITO

RUA DOS OURIVES, 3

(JUNTO DE OUVIDOR)

CASA JOSE SILVA

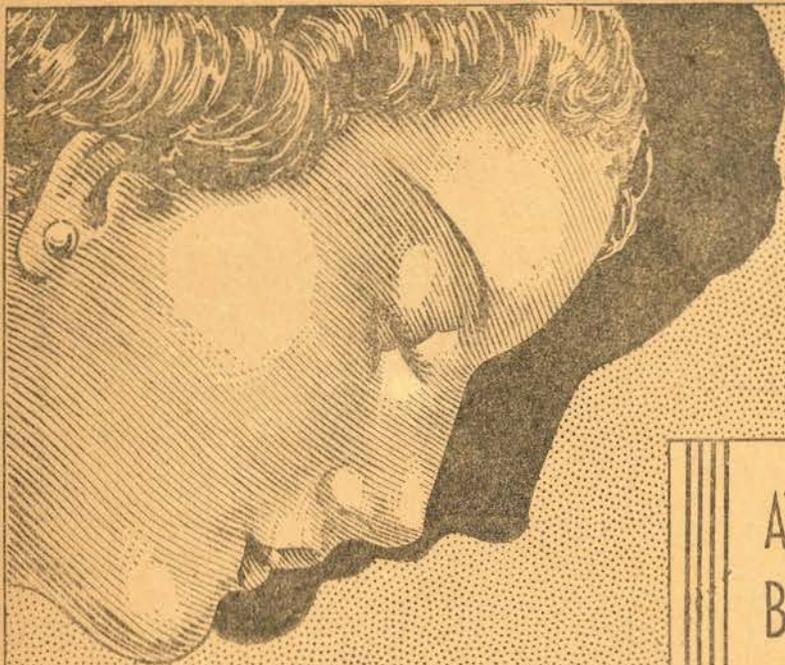
MADEIRAS E MATERIAES

CAL, CIMENTO, TELHAS, MANILHAS, TACOS, FRIZOS, ETC.

IRMAOS AMARAL NOGUEIRA

RIACHUELO, 201 —:—

Telephones: 43-2652 — 43-2375



F. FERREIRO



ÁGUA DE COLÔNIA
BRILHANTINA
CREME
LOÇÃO
PASTA DENTIFRÍCIA
PO' DE ARROZ
SABÃO LÍQUIDO
SABONETE
TALCO



SUZETTE

GRANADO